

ADRIANA ALVES DA SILVA
ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA
JERCIANO PINHEIRO FEIJÓ
MYRLA ALVES DE OLIVEIRA

ADOLESCER PARA A VIDA: DIÁLOGOS E VIVÊNCIAS



Coleção:
Labor
Laboratório de Estudos do
Trabalho e Qualificação
Profissional



Adolescer para a Vida

Diálogos e Vivências

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Universidade Federal do Ceará**Reitor**

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. Glauco Lobo Filho

Edições UFC**Diretor e Editor**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial**Presidente**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof.^a Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Adriana Alves da Silva
Elenilce Gomes de Oliveira
Jerciano Pinheiro Feijó
Myrla Alves de Oliveira
(Organizadores)

Adolescer para a Vida

Diálogos e Vivências



EDIÇÕES
UFC

Fortaleza
2019

Adolescer para a vida: diálogos e vivências

© 2019 Copyright by Adriana Alves da Silva, Elenilce Gomes de Oliveira, Jerciano Pinheiro Feijó e Myrla Alves de Oliveira

Impresso no Brasil / Printed In Brazil

Todos os Direitos Reservados

Editora da Universidade Federal do Ceará – UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60020-181 – Tel.: (85) 3366.7766 (Diretoria)

3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)

Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Vianney Mesquita

REVISÃO DE TEXTO

Leonora Albuquerque

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Perpétua Socorro T. Guimarães

CAPA

Val Macedo

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Raoni Kachille

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3/801-98

Adolescer para a vida: diálogos e vivências / organizado por Adriana Alves da Silva, Elenilce Gomes de Oliveira, Jerciano Pinheiro Feijó, Myrla Alves de Oliveira. – Fortaleza: Edições UFC, 2019.

190 p. (Coleção Labor)

Isbn: 978-85-7282-784-3

1. Adolescentes-vida saudável 2. conflitos 3. Relatos de experiências I. Silva, Adriana Alves da II. Oliveira, Elenilce Gomes de III. Feijó, Jerciano Pinheiro IV. Oliveira, Myrla Alves de V. Título

CDD: 613

Sumário

Apresentação

9

Prefácio

13

Ações Socioeducativas com Adolescentes

Experiências de extensão no Serviço Social

19

Adolescência, Valores e Espaço Escolar

Debate Necessário

41

Adolescência e Bullying:

Alguns Apontamentos para o Debate

Sobre Violência entre Pares

57

Descolado e Prevenido:

Discussão sobre Infecções Sexualmente

Transmissíveis com Adolescentes

75

**Sexualidade e Métodos
Contraceptivos na Adolescência**

Como os Jovens Lidam com o Sexo

97

Sexualidade no Contexto Escolar

Vivências e Diálogos com Adolescentes

117

**Debate da Identidade de
Gênero na Adolescência**

A Escola como Espaço Possível

131

Consumo de Psicoativos e Adolescência

Potência da Redução de Danos no Espaço Escolar

153

Autocuidado

Protagonismo de Adolescentes na

Busca de uma Vida Saudável

173

Apresentação

A EDUCAÇÃO é um terreno fecundo para debates que ampliem e complementem a formação curricular. Desta forma, é fundamental que as escolas enfatizem estratégias de trabalho direcionadas para distintas temáticas que cercam a rotina dos estudantes, enfatizando a autonomia de um sujeito ativo na mudança de suas condições de vida.

No âmbito da adolescência, tais estratégias tornam-se imprescindíveis, uma vez que nesta etapa da vida podem ocorrer algumas dúvidas, incertezas e desconhecimento de informações necessárias para uma vida saudável. Ao se direcionar para os principais conflitos, medos e dúvidas da adolescência, a escola pode atuar preventivamente, proporcionando o desenvolvimento de sujeitos capazes de promover o autocuidado, refletir sobre a realidade, criticar ideias e atuar sobre o mundo.

Foi nesse sentido e visando contribuir na formação de adolescentes a fim de que possam praticar o exercício da reflexão e da capacidade argumentativa, para tomada de decisões conscientes e exercício de seus direitos, que intervenções foram desenvolvidas em duas escolas públicas - uma em cada qual - como parte de dois projetos. O primeiro, intitulado *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável* foi realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu com estudantes do ensino médio integrado. O segundo, caracterizado como projeto de extensão, efetivou-se com estudantes do 9º ano de escolas públicas da rede municipal do Município de Iguatu - CE. Denominado *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento da cidadania*, este projeto recebeu incentivo financeiro da Pró-Reitoria de Extensão.

Esta obra é uma coletânea de relatos de experiências em que são debatidos assuntos pertinentes ao universo do adolescente. Realizados nos anos de 2017 e 2018, respectivamente, os projetos foram conduzidos por estudantes do curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE – Campus Iguatu, sob orientação de uma docente do curso e da psicóloga do Campus, e materializaram-se por meio de oficinas temáticas, as quais são relatadas aqui.

O primeiro artigo aborda a *adolescência como fase do desenvolvimento humano e elaboração social, o Estatuto da Criança e Adolescente e a relevância de projetos de intervenção e de extensão universitária como possibilidade de transformação social*.

O tema *Valores* teve centralidade na oficina relatada no segundo artigo, a qual apontou para a necessidade de debate no espaço escolar acerca da constituição de valores na adolescência, enfatizando a educação e seu papel na formação e transformação das pessoas.

No capítulo sobre *bullying*, são abordados aspectos importantes na violência entre pares e de como agressões intencionais e repetitivas podem atuar negativamente na formação subjetiva e desempenho escolar. Neste sentido, também há alguns apontamentos, a fim de que a escola possa atuar preventivamente em todas as expressões da violência entre adolescentes.

No quarto segmento, a oficina relatada teve como tema *ISTs, HIV/AIDS: como posso me prevenir?* São abordados alguns conceitos sobre infecções sexualmente transmissíveis, sua historicidade e alguns indicadores na adolescência, destacando a escola como ambiente que favorece a socialização de informações necessárias à prevenção em saúde.

O quinto módulo compõe-se de conversas sobre *métodos contraceptivos e gravidez precoce*, enfatizando a decisão consciente por parte dos adolescentes. Também há um resgate da dinâmica histórica do capital, associado às diversas modalidades de anticoncepção.

As vivências dos adolescentes a respeito do tema sexo e sexualidade foram destacadas no sexto escrito. No decurso do texto, há esclarecimentos sobre a diferença conceitual entre os termos e exposições de ideias iniciais dos adolescentes, as quais foram assumindo novas configurações desde a compreensão ampliada atinente à sexualidade.

Complementando a discussão, o relato da sétima oficina é referente a *identidade de gênero*. O segmento consiste no debate de nomenclaturas referentes à *diversidade sexual e de gênero*, com vistas ao respeito às diversas maneiras de se expressar e a desconstituição de preconceitos estabelecidos pelo modo de funcionamento de uma sociedade capitalista e conservadora.

O oitavo artigo relatou a experiência do trabalho com adolescentes com amparo no tema *substâncias psicoativas*, mostrando a redução de danos como estratégia para o uso problemático de drogas. *Adolescência e sociabilidade capitalista* são categorias discutidas no entendimento sobre a relação que os jovens estabelecem com o consumo de drogas.

O tema *autocuidado* foi examinado no último capítulo. A oficina sob relato foi planejada com vistas a reafirmar pontos abordados em oficinas anteriores, com o escopo de despertar nos adolescentes a importância do cuidado de si e do outro.

Apoiando-se em discussões nas áreas da educação e saúde, este compêndio pretendeu, com amparo num viés crítico, relacionar adolescência, escola e o debate de temas transversais como possíveis caminhos para o desenvolvimento de uma sociedade que considere os adolescentes como sujeitos de direitos e com demandas específicas, e a escola como *locus* contextual para formação ampliada e mudança da realidade social.

Os Organizadores

Prefácio

O livro *Adolescer para a vida: diálogos e vivências* é fruto da experiência de alunos do Curso de Serviço Social do IFCE, Campus Iguatu, com adolescentes de escolas públicas de ensino fundamental e médio, por meio da extensão universitária. Representa uma integração buscada explicitamente pelo coletivo de educadores comprometidos, não somente, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com seu trabalho acadêmico e profissional, mas também com a conexão do sistema federal de educação com as redes de educação pública das esferas estadual e municipal, integrando a formação pública numa unidade de rumo emancipadora.

Essa modalidade de atuação, integrada ao meio social, econômico e cultural, buscando intervir e participar num sentido geopolítico amplo, é característica fundante da existência e funcionamento da rede dos institutos federais, e expressa uma peculiaridade de sua inserção vertical na sociedade (educação média, técnica, tecnológica e superior), ao lado de sua ocupação horizontal na estrutura urbana nacional (capitais e cidades de porte médio, sedes regionais). A integração com o sistema educacional escolar público é um dos vínculos mais importantes que demonstram as possibilidades de contribuição social do IFCE, neste sentido, sem desconsiderar sua influência no desenvolvimento produtivo e no enraizamento da ciência e da tecnologia.

O trabalho materializado nesta obra incide na necessidade de ampliar a formação dos estudantes para aspectos que permeiam o cotidiano social – no entanto sem espaços de aprofundamento, em razão da multiplicidade de fatores que interferem

no dia a dia da família e da escola - para que os adolescentes possam refletir, se posicionar e agir sem os modos intolerantes, preconceituosos ou pejorativos, expressos por meio de aspectos arraigados da cultura dominante. Esses elementos culturais tradicionais, de caráter retrógrado em relação aos avanços humanistas, pluralistas e vinculados à cultura da tolerância e inclusão, constituem foco de debates muito em voga atualmente no Brasil.

Este volume conforma uma coletânea de artigos com relatos de experiências advindas das oficinas realizadas por meio de dois projetos acadêmicos, um de intervenção, intitulado *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, e outro de extensão, com o título *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento de cidadania*. Estes projetos, embora tenham como foco a área da saúde, não se limitam a esta, assumindo um escopo de transversalidade com caráter interdisciplinar, revelando-se espaços de promoção de aprendizagens socioculturais significativas e emancipadoras, uma vez que estimulam a reflexão e o posicionamento dos estudantes de modo a garantir sua autonomia.

As oficinas fugiram do sentido utilitarista de produção de deveres e tarefas e assumiram um caráter lúdico, mantendo, entretanto, a devida relação entre os jogos e brincadeiras, a seriedade necessária dos debates e a fundamentação dos temas discutidos, deixando em relevo a capacidade crítico-reflexiva dos adolescentes. A intenção é de que, quando da necessidade de tomada de decisões, estas possam ser elaboradas conscientemente, considerando o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas, para que sejam favorecidos o convívio mútuo e o autoconhecimento, por parte dos envolvidos.

A relação entre graduandos do curso de Serviço Social, como facilitadores, e estudantes das redes de ensino fundamental e médio com o público-alvo, é outro aspecto importante a ressal-

tar, pois a realização das oficinas propiciou a interação das partes, expressa na relação entre jovens e adolescentes, que, permeada de afeto, contribuiu para um ambiente seguro e livre de julgamentos e preconceitos. Considera-se, com efeito, estar se consolidando um processo formativo plural de trocas de saberes, experienciais e aprendizagem com o outro, fugindo do etnocentrismo e do egocentrismo, indo, pois, ao encontro do respeito às ideias opostas e do convívio com o diferente.

Iniciativas de desenvolvimento de projetos dessa natureza, guiados para adolescentes na sociedade atual, são oportunas, uma vez que problemas como pobreza, desemprego, violência, prostituição infantojuvenil, uso abusivo de drogas, dentre outros, se avolumam e voltam a se agravar nos últimos anos. Em adição, impende exprimir que políticas públicas para minimizar essas conjunções de problemas efetivam-se apenas de maneira focalizada sobre os efeitos, com viés empreendedorista, mercadológico e de controle, e não de modo desinteressado de proteção e produção de uma adolescência e juventude saudáveis. Com efeito, no contexto de crise internacional do capitalismo e cumprimento de uma agenda neoliberal com influxos nas condições de vida e trabalho dos adolescentes, a formação aufere maiores exigências de qualificação, deixando de ser assentada em habilidades específicas para apoiar-se numa base mais ampla e sólida passível de auxiliar no acompanhamento das mudanças socioeconômicas que deverão ser cada vez mais frequentes.

É assim que projetos como os aqui desenvolvidos obtêm sentido, contribuindo com o desenvolvimento da reflexão, posicionamento crítico e autonomia dos adolescentes. Por sua vez, a escola, *locus* por excelência de formação, conforma espaço privilegiado para que temas transversais aos conteúdos disciplinares possam ser introduzidos e trabalhados, haja vista que o direito

e o acesso à educação não somente se configuram como capacitação para o trabalho, mas também necessitam se constituir, sobretudo, como possibilidade de romper com as correntes que o alienam, favorecendo a quebra e descontinuidade dos sistemas de dominação social de classe, gênero, etnia e outros.

Se executar projetos na escola que ampliem a formação dos estudantes já é importante, estes projetos tomam relevo maior ante os ataques à educação acontecidos nos últimos anos, com o resgate de ações conservadoras, como a *Escola sem partido* e, mais recentemente, o programa *Future-se*, direcionado às instituições federais de ensino superior, trazendo cortes e contingenciamento nos orçamentos da educação pública, cabendo à sociedade, aos estudantes e, em especial, aos adolescentes e jovens do Brasil a aquisição de habilidades para luta, resistência e transformação dessa realidade.

Esta publicação, portanto, transpondo um relato das experiências dos projetos já mencionados, representa um convite a comprometer-se com a formação dos adolescentes pelo fato de acreditarem em si e na transformação social e pessoal possível, desenvolvendo protagonismo e o assumir-se como sujeitos sociais, incutindo esperança nessa nova geração. Os textos são de fácil compreensão e demonstram o desenvolvimento do comportamento dos adolescentes quanto à prática do questionamento, da reflexão crítica e ganho de autonomia, sempre acompanhados de fundamentação e análise crítica.

O trabalho editorial ora à disposição do público, integrando as experiências e vivências dos adolescentes, ratifica seus direitos como pessoas em desenvolvimento biopsicossocial e, justamente em razão disso, advoga o fato de precisarem da proteção social. Essa estrutura social necessária de proteção, bem como o acesso ao conhecimento e a uma formação ampla e experiências

mais diversificadas possíveis que possam desenvolver a reflexão e a criatividade, conformam o caminho vislumbrado de que se tornem cidadãos comprometidos a um só tempo com a realização pessoal e a responsabilidade coletiva e social. A experiência, como um todo, aponta também na direção da esperança de que esta geração, dotada de formação qualificada, pode ser protagonista de transformações sociais rumo a uma sociedade livre de todas as modalidades de subordinação e dominação social e relacional, sem abstrair do jugo de classe, levando, enfim, a uma sociedade emancipada.

Prof. Dr. Enéas Arrais Neto

Moíza Siberia Silva de Medeiros¹

Laís Layanne²

Lara Moreira Giló³

Ações Socioeducativas com Adolescentes

Experiências de extensão no Serviço Social

¹ Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE – **Campus** Iguatu. E-mail: moiza.medeiros@ifce.edu.br

² Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE – **Campus** Iguatu. E-mail: laislayannecp@hotmail.com

³ Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE – **Campus** Iguatu. E-mail: gilolara10@gmail.com

Introdução

A história acerca dos direitos da criança e do adolescente no Brasil é marcada pela perspectiva higienista e assistencialista, bem como pela repressão, ou seja, as ações direcionadas para os adolescentes se caracterizavam como caridade ou filantropia, tendo as igrejas como protagonistas ou o encarceramento por meio da internação, conforme demonstram o Código de Menores de 1927¹, o Serviço de Assistência ao Menor – SAM² e o segundo Código de Menores, em 1979³.

Essas codificações, juntamente com outras legislações, sustentavam a concepção de criança e adolescente como “menores”, “delinquentes” e “abandonados”, e a maneira de enfrentamento para qualquer situação que estivesse fora da moralidade conservadora ou do “modelo” ideal de família situava crianças e adolescentes como alvos do controle e da repressão por parte do Estado. Nesse sentido, a internação foi por muitos anos o principal instrumento da “política para crianças e adolescentes”. De efeito, crianças e adolescentes não tinham voz, não eram ouvidos, e estavam sob o poder adultocêntrico. Não existia uma legislação que os protegesse, ou mesmo a pressupor que eles estavam em decurso de desenvolvimento.

No final dos anos de 1980, com a reabertura democrática brasileira, acompanhando as discussões internacionais que culminaram com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, esses passaram a ser considerados sujeitos de direitos com a Constituição Federal de 1988 e a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, desde 1990.

A elaboração e implementação do ECA no Brasil foi um avanço bastante significativo, pois, junto com a nova Constituinte, se inaugurava a Doutrina da Proteção Integral. Essa nova configu-

ração da política para crianças e adolescentes é contrária a tudo o que veio antes do ECA, pois compreende criança e adolescente como sujeitos em desenvolvimento, que necessitam ter direitos assegurados por todos, e amplia esse dever em ultrapasse ao poder familiar, responsabilizando a sociedade em geral e o Estado. É importante ressaltar que a Doutrina de Proteção Integral também garante que crianças e adolescentes são prioridade absoluta na materialização das políticas sociais.

Tal concepção sobre criança e adolescente ainda não é unanimidade em um país com uma formação social expressa no conservadorismo e no mandonismo, sendo necessário desmitificar o que seria então a adolescência e ensinar aos próprios adolescentes o conhecimento e o cuidado de si para enfrentar esse momento tão importante de mudanças, que, além de serem biológicas, psíquicas e comportamentais, também são influenciadas pelo contexto histórico-social no qual se vive.

Neste segmento do livro, iniciamos com a compreensão de que falar sobre adolescência e realizar ações socioeducativas com este público requer de nós o conhecimento sobre os direitos e o desenvolvimento desses sujeitos. Também entendemos que diversos agentes têm um papel fundamental na defesa e garantia desses direitos em distintas políticas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos – SGD, dentre eles as instituições de ensino superior, por via de seus projetos de pesquisa e extensão.

Desta feita, nas próximas seções, fazemos breve reflexão sobre os direitos de crianças e adolescentes no Brasil, porque sua garantia não se deu, nem ocorre, sem processos contraditórios; discutimos sobre a adolescência como desenvolvimento; e destacamos o papel do Serviço Social, no contexto da extensão universitária, no trabalho socioeducativo com esse público.

Este capítulo é um relato de experiência dos estudantes do Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE *Campus Iguatu* que, por meio do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Criança e Adolescente – GEPCA, desenvolveram dois projetos: o *De Mano pra Mano: #AdolescênciaSaudável* e o *Adolescer para o mundo: Promoção do autocuidado e desenvolvimento da cidadania*, no período de 2017 a 2018.

A Elaboração Histórica dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Em 1948 foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que relata em seu Art. II:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Portanto, o adolescente não era excluído desses princípios, o que acarreta uma ambiguidade em que ele é apto para se reproduzir e trabalhar, mas não é habilitado socialmente para desempenhar este papel, o que em nós produz um questionamento: será que não estamos oprimindo a fase da adolescência? Não estamos esperando que os adolescentes se transformem para se adequar àquilo que os adultos consideram ideal para eles?

Um dos marcos importantes para esses direitos é a Convenção Internacional da Criança, de 1989, no âmbito da qual toda pessoa contando menos de 18 anos era considerada criança. Foi pela primeira vez citada a proteção integral da criança, que reconhecia os direitos fundamentais à sobrevivência e ao desenvol-

vimento para uma infância saudável. Respondendo os questionamentos levantados anteriormente, não podemos confundir proteção social com exclusão social, respeitando a liberdade desta população, sendo, portanto, compreendida e não submetida às expectativas dos adultos.

No Brasil, a principal conquista no que se refere aos direitos de crianças e adolescentes aconteceu em 1988, com a Constituição Federal, trazendo para o contexto brasileiro o ideário da proteção integral, responsabilizando todas as instituições⁴ sociais pela garantia de direitos, não mais tendo crianças e adolescentes como objeto de punição.

Assim, em 1990, procurou-se apontar as transformações legais voltadas à criança e ao adolescente, instituindo, por conseguinte, o Estatuto da Criança e do Adolescente⁵. Compreendemos, assim, que este surgiu de uma necessidade do Estado e da sociedade civil brasileira, do anseio para que houvesse, além da formulação, implementação, monitoramento e o controle social das políticas, ações que viessem a dar um novo significado à infância e à adolescência; porém,

[...] não podemos considerar o ECA produto de um movimento nacional uniforme e convergente, oriundo tão-somente dos anseios das lutas sociais, mas também como resultado de diferentes interesses políticos, jurídicos e sociais. Assim, podemos dizer que essa lei agregou conteúdos e interesses divergentes. (SILVA, 2005, p. 41).

Ante o exposto, podemos perceber que houve a existência de correlação de forças, tanto para sua criação, quanto para a efetivação, por isso é notório o distanciamento entre direitos legais e a concretização de direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Perante uma sociedade onde as relações são explicitamente desiguais, fundamentadas na repressão sexual, no patriarcado,

na violência de gênero, etnia e raça, na supremacia do mercado, na apartação social da propriedade, no abuso do poder do adulto, a concretização das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos é um desafio. É sensível a ideia de que muitas vezes o ECA não é praticado como o que está disposto no seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Portanto, é necessária a percepção de que proteger é permitir a emancipação, fazendo com que as crianças e adolescentes possam ser protagonistas da sua história e sejam participativos na criação das políticas que dizem respeito ao grupo a que pertencem, desenvolvendo, assim, a autonomia. Ou seja, partimos da compreensão de que o exercício dos direitos dos adolescentes passa por um entendimento de adolescência que rompa com uma visão engessada do que seria aceitável ou não para esta “fase”, transitando, pois, pela possibilidade de reconhecer o exercício da liberdade, bem como pela probabilidade de serem sujeitos de sua história, conscientes do seu desenvolvimento e que possam opinar sobre tudo isso.

A Que Adolescência Nos Referimos?

O período da adolescência⁶ muitas vezes, é marcado por uma fase conturbada da vida humana, etapa assinalada por descobertas, conflitos e impulsos. Com isso surge a puberdade, o que enseja mudanças hormonais e físicas, além de ser um pe-

ríodo de formulação psicológica que levará reflexos para a fase adulta. Assim, alguns autores compreendem que

Adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do pessoa em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. A adolescência se inicia com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o pessoa consolida seu crescimento e sua personalidade, obtendo progressivamente sua independência econômica, além da integração em seu grupo social. (EISENSTEIN, 2015, p. 6).

É necessário entender que a adolescência parte de um amadurecimento biopsicossocial e de intenso aprendizado de vida. Em verdade, a tendência de ver a adolescência apenas como “um período de transição” favorece o esquecimento das necessidades desta população, o desrespeito com relação aos seus direitos e uma exigência, muitas vezes inadequada, quanto ao cumprimento de seus deveres como cidadão (BRASIL, 2008).

Com efeito, se analisarmos de perto, nos dias atuais, a caracterização do adolescente não mais atende a uma concepção homogênea e naturalizante, pois encontramos grandes diferenças entre o desenvolvimento de adolescentes que vivem em regiões relativamente próximas, como, por exemplo, da zona rural e urbana do Brasil, bem assim entre adolescentes que se desenvolveram nos anos de 1980 e na atualidade.

Segundo Ariès (2012), é importante evidenciar que a concepção de adolescência aflorou por volta do século XIX, quando o sistema capitalista compreendeu que havia um prolongamento da expectativa de vida da população, tendo a aprendizagem do ofício passado a compreender uma parte maior do tempo da pessoa, bem como as transformações nos meios de produção, pois,

então, se necessitava de uma mão de obra qualificada. A educação se expandia e a fase da adolescência era moldada para uma profissionalização, pois esse quase-adulto era preparado para adentrar o mercado de trabalho.

Vale ressaltar que esta definição de adolescência é gestada em meio às elaborações sociais e culturais do mundo ocidental, relacionada também com as classes sociais, tendo em vista que essa fase traz custos para um bom desenvolvimento e que, para a maioria da população atual, se fazem necessárias, não só, as dimensões da educação, mas, também, estratégias imediatas para seu sustento, o que privilegia pequena parcela dos adolescentes que não abdicam de desfrutar esta fase de aprendizagem e descoberta.

Em contraposição, adolescentes da classe pobre são afetados pela desigualdade que o capitalismo produz e, para que consigam sua subsistência, são obrigados a trabalhar desde cedo, porquanto o Estado não oferece políticas públicas e sociais para que estes jovens tenham uma educação contínua e gozem desse período, o que caracteriza uma quebra de direitos que deveriam ser garantidos segundo a Constituição e o ECA.

Como já abordamos, o ECA contribui para que haja a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, em que se propõe a articulação da esfera estatal junto à sociedade, surgindo de maneira fundamentada os parâmetros delimitadores das funções de um Sistema de Garantia de Direitos - SGD⁷, que funciona como conjunto articulado de ações para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Essas designações podem ser observadas na Resolução nº. 113, de 19 de abril de 2006, elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), no art. 2º:

Compete ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações.

Posto isso, identificamos o SGD configurado por inúmeros agentes públicos responsáveis por essa efetivação, em um sistema articulado, criando uma rede de proteção social às crianças e adolescentes. Neste senso, argumenta Faleiros (2008), o Sistema de Garantia de Direitos é um conjunto social articulado e composto de representantes das organizações governamentais e não governamentais, constituído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infantojuvenil. Além disso, argumenta-se:

A figura mais ilustrativa do SGD é a rede, esta tecida de forma que cada nó tem sua importância e, quando um desses nós está frouxo ou desatado, a rede não é a mesma. O Sistema se desorganiza. Para que o SGD funcione bem, é necessário que todos seus integrantes façam o que lhes compete. Quando isso não acontece, reflete de forma negativa na vida de crianças e adolescentes. (VIDAL, 2014, p.141).

Aponta-se como dificuldade para a proteção integral modificar o ideal de que as crianças e adolescentes são sujeitos indefesos, vítimas do abandono, da prostituição, do trabalho infantil, violência sexual, física e psicológica, em que há uma cultura de inculpação familiar como dever de proteger essa criança e esse adolescente, sem destinar ao Estado e à sociedade o dever de contribuir para a proteção integral desse contingente.

Perceptível, contudo, é a falta de intersectorialidade das instituições responsáveis pela materialização das políticas que envolvem a área infantojuvenil, bem como é notória a dificuldade que os conselhos de direitos e os conselhos tutelares encontram para efetivá-los, que são de grande relevância para que as crianças e adolescentes não tenham seus direitos violados. Isso ocorre em virtude de uma parcela dos conselheiros não obter aproximação com o prescrito no ECA, o que fragiliza o SGD. Da mesma maneira, é comum as políticas estarem ligadas a um assistencialismo, como aponta Pinheiro (2004, p. 352):

As práticas de proteção concretizam-se em ações de benemerência, filantropia e compaixão, através de duas vias: políticas sociais focalistas, seletivas e voltadas para os mais carentes, distanciando-se do caráter inclusivo e de garantia de direitos; e pela intensificação das ações de filantropia empresarial e voluntariado, com predominância de práticas de assistência.

Muitas são as dificuldades encontradas na atualidade, entre as quais a manutenção das crianças e adolescentes no sistema educacional, a falta de incentivo ao protagonismo infantojuvenil, à míngua da discussão sobre temas transversais na perspectiva dos direitos humanos, bem assim o retorno das concepções de práticas de controle e disciplinamento, assim como de repressão social. Entre todas essas dificuldades, é latente a inexistência de investimento nas políticas para crianças e adolescentes, visto que todas as dificuldades retrocitadas não podem ser resolvidas sem que o Estado saia dessa conjuntura de negligência ante a inexistência de materialização do Estatuto e da Constituição.

É importante pontuar a ideia de que o Brasil vive um período ultraconservador, em que os direitos sociais estão em crise, em um transcurso de retrocesso, quando a violência e o precon-

ceito estão estampados nas mídias e nos discursos políticos, o que contribui para o retorno do ideário punitivo e repressor.

Podemos perceber que a proteção integral da criança e do adolescente e o SGD trouxeram inúmeras mudanças, entretanto é notório o fato de que a concepção menorista ainda ocorre na cultura social brasileira, ainda se fazendo necessárias muitas mudanças para concretizar a cidadania de crianças e adolescentes. Também é relevante destacar, entretanto, que, mesmo em uma realidade como esta, é necessário e possível realizar ações socioeducativas com adolescentes em uma perspectiva que os reconheça sujeito de direitos, pessoas pensantes, que necessitam de orientação e apoio para a consolidação de seu estatuto de cidadãos. Foi partindo dessas compreensões que desenvolvemos um trabalho socioeducativo com adolescentes, objetivando contribuir para uma adolescência saudável.

A Extensão como Prática Educativa e as Contribuições para a Formação Profissional em Serviço Social

As práticas educativas são inerentes ao fazer profissional dos assistentes sociais. Por muito tempo, essas práticas foram desenvolvidas para reprimir e controlar a classe trabalhadora. No contexto da política de criança e adolescente, os assistentes sociais reproduziram práticas menoristas e higienistas. A profissão inaugurou, porém, nos anos de 1980, uma concepção de projeto profissional, este que se consolidou no ano de 1993, situando-se como um projeto de profissão amplamente alinhado com os interesses da classe trabalhadora, especialmente com a defesa de seus direitos.

Assim, em consonância com a Lei de Regulamentação da Profissão⁸, o Código de Ética do Assistente Social⁹, esses pro-

fissionais, em sua atuação, buscam realizar o enfrentamento das expressões da Questão Social¹⁰, como instrumento para contribuir com a materialização dos direitos sociais, respeitando a autonomia e a liberdade dos usuários, conforme os princípios da profissão.

Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social é permeado por dimensões da profissão, sendo elas a dimensão ético-política, a técnico-operativa, a teórico-metodológica e a formativa-interventiva, isto é, o profissional, em sua prática, relaciona essas quatro grandezas com a finalidade de compreender criticamente a realidade social e ter aparatos para intervir nela e, nessa circunstância, a dimensão pedagógica da profissão é imprescindível, porquanto o exercício da relação teoria e prática como uma unidade deve ser algo constante que só se realiza com esteio no fazer pedagógico do assistente social. De acordo com Abreu (2009, p. 12),

[...] a função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade.

É nesse sentido que a teoria e a prática se constituem unidade, e, para tal se materializar, é impositivo se realizar uma mediação associada às demais dimensões profissionais. Assim, esse processo também precisa ser vivenciado durante a formação dos assistentes sociais como parte da aprendizagem do fazer profissional, e esse exercício entre teoria e prática deve ser efetuado por meio do estágio supervisionado e/ou projetos de extensão e de intervenção, pois esses espaços de atuação estão diretamente relacionados, tanto com a realidade social e os desafios do cotidiano profissional, quanto com a academia, onde sucedem as discussões e reflexões acerca da prática profissional.

De tal sorte, o estudo e a realização de projetos que interve-nham na realidade social durante a formação profissional dos assistentes sociais são de grande relevância, haja vista que os estudantes conseguem relacionar com maior autonomia e mais responsabilidade, as dimensões profissionais nesses espaços de unidade entre a universidade e contextos sócio-ocupacionais. De efeito, a realização de projetos de intervenção e extensão também pode contribuir com a sociedade, como devolutiva social das produções acadêmicas realizadas no âmbito das instituições de ensino superior.

Assim expresso, a extensão universitária se posiciona como importante espaço de formação acadêmica, mas também de possibilidade de exercício da função educativa do Serviço Social, uma vez que o professor de Serviço Social que coordena as atividades de extensão e os estudantes envolvidos articulam teoria e prática, investigação e intervenção, com esteio na ética profissional, que tem como alguns dos seus princípios:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática [...]. (CFESS, 2012, p. 23).

Tais princípios possibilitam que as ações de extensão/intervenção se expressem numa perspectiva de defesa dos direitos dos adolescentes, na promoção de práticas pedagógicas que contribuam para o exercício de sua autonomia e emancipação, com o objetivo de promoção da cidadania e de acesso às políticas sociais.

Relato de Experiência

Com base na concepção de criança e adolescente como pessoas em desenvolvimento e, portanto, sujeitos de direitos, a Constituição Federal de 1988 inaugurou, no Brasil, a Doutrina de Proteção Integral, implementada com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 13 de julho de 1990, que, no seu artigo 4º, dispõe:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2017, p. 11).

Portanto, sobra entendido que a responsabilidade sobre a criança e o adolescente não está mais restrita somente ao poder familiar, mas também se estende ao poder público e à sociedade, com vistas a assegurar a efetivação dos direitos das pessoas em desenvolvimento, ou seja, o dever de efetivação dessa política se amplia a diversas áreas e instituições, como o ambiente educacional, a assistência social, o atendimento à saúde, esporte, cultura, entre outros.

Considerando que as instituições de ensino superior têm papel fundamental na produção e socialização do conhecimen-

to, que a profissão de Serviço Social atua na defesa e garantia dos direitos humanos, e, ainda, que ações de intervenção social e a extensão universitária se expressam como possibilidade de transformação social mediante uma prática dialógica entre sujeitos de saberes distintos, relatamos aqui uma experiência singular de ações desenvolvidas com suporte em dois projetos que, se fortalecidas, podem contribuir para as ações do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, uma vez que ele não se limita apenas às instituições que operacionalizam os serviços de acesso aos direitos sociais, pois ali também estão as ações socioeducativas e de prevenção das violações de direitos, empreendidas na experiência que relataremos a seguir.

Com arrimo nas pesquisas e discussões acerca da política para crianças e adolescentes realizadas no Curso de Graduação em Serviço Social no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE *Campus* Iguatu, foi criado, em 2017, o Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Crianças e Adolescentes – GEPCA, o qual é coordenado por uma docente do curso, juntamente com a psicóloga da mesma instituição. Os demais integrantes do grupo são estudantes do mencionado programa de graduação, tanto bolsistas como voluntários, totalizando atualmente 16 integrantes.

O grupo tem por objetivo colaborar com a qualificação profissional dos estudantes de Serviço Social e busca também contribuir na formação de adolescentes da educação básica, por meio de ações que proporcionem aos adolescentes o exercício da reflexão e da capacidade argumentativa, para tomada de decisões conscientes e exercício de seus direitos, fomentando a implementação de uma sociedade que favoreça a criatividade, a autonomia, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas, tendo como

referência o debate e problematização dos determinantes e condicionantes da saúde.

Iniciando em 2017, o GEPCA desenvolveu o projeto de intervenção *De Mano pra Mano: #AdolescênciaSaudável*, que tinha como público participante os estudantes do 1º ano do ensino médio do IFCE. A experiência exitosa conduziu ao segundo projeto, submetido à Pró-Reitora de Extensão, *Adolescer para o mundo: Promoção do autocuidado e desenvolvimento da cidadania*. Este foi realizado em parceria com a Secretaria de Educação de Iguatu/CE, com adolescentes na faixa etária 14-15 anos inseridos no 9º ano da Rede Municipal de Ensino e que faziam parte do grêmio correspondente a cada escola.

Releva compreender que os projetos foram elaborados e realizados pelo GEPCA, ambos tendo como objetivos: subsidiar com os conhecimentos e estimular adolescentes a comprometerem-se com o autocuidado e o desenvolvimento de comportamentos saudáveis de saúde; contribuir para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente com suporte na promoção de discussões com adolescentes, no intuito de fortalecer a capacidade crítico-reflexiva para tomada de decisões sensatas e de autocuidado em saúde e incentivar a adoção de hábitos e comportamentos saudáveis para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva.

Os projetos surgiram da necessidade de estabelecer diálogo com os adolescentes acerca das principais temáticas que envolvem seu cotidiano, entendendo que a adolescência é um período que, além de ser permeado por diversas mudanças - sejam biológica, física ou social - também é perpassado pela curiosidade dos sujeitos em razão de tantas mudanças e novidades, o que pode em alguns momentos situar os adolescentes em ocasiões de risco.

Ademais, juntamente com essa curiosidade, vem a necessidade de proteção, cuidado e orientação em relação aos adoles-

centes, considerando que, nem sempre, esses elementos estão na vida deles. Essa falta de informações, frequentemente, pode resultar em consequências não planejadas ou indesejadas na vida desses sujeitos, como nos eventos da gravidez precoce, infecções sexualmente transmissíveis, desenvolvimento de transtornos psicológicos, entre outros.

Sabemos que, quando os adolescentes têm conhecimento mais sólido da fase que estão vivenciando, passam a valorizar mais as informações e desenvolvem hábitos saudáveis assentados na reflexão a respeito das próprias decisões. Por esse pretexto, a metodologia adotada para a realização desses projetos coincidiu com as oficinas de trabalho com base na “construção compartilhada do conhecimento”, cuja abordagem com os adolescentes partiu do desenvolvimento de atividades lúdicas para criação de um *locus* no qual pudessem ser debatidos assuntos relacionados à saúde na adolescência.

Realizaram-se, então, oficinas nas quais foram abordados diversos temas, entre eles: sexo e sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis – ISTs; métodos contraceptivos, *bullying*, autocuidado, identidade de gênero, substâncias psicoativas e tabagismo. As experiências, metodologias e resultados de cada oficina são expressos nos demais capítulos deste esforço de investigação, reunido na obra ora relatada.

As oficinas foram realizadas para um grupo de até 20 alunos e tiveram como facilitadores estudantes do Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE - *Campus* Iguatu. Estes passaram por qualificação e capacitação e tiveram acompanhamento sistemático do professor-coordenador deste projeto. O formato das oficinas obedeceu à relação da ação-reflexão-ação, e cada uma durou, em média, duas horas, com momentos de acolhimento, debates acerca do tema central, por meio de atividades diversas, e avaliação.

Com esteio nessa metodologia, as oficinas foram permeadas por questionamentos, pelo diálogo e escuta do outro, tomando como ponto de partida do processo pedagógico o saber anterior e de senso geral dos adolescentes, resultante de suas experiências e vivências de situações concretas, o que possibilitou a troca e a elaboração de conhecimento entre os saberes técnico e popular.

Nessa perspectiva, gerou-se um ambiente de sadio debate e formulação de conhecimento sobre si, a realidade que o circunda e, ainda, a respeito dos determinantes e condicionantes da saúde, de modo a contribuir na promoção e prevenção dos riscos e agravos à saúde de si e do outro.

Neste sentido, os projetos arrimaram-se em uma proposta pedagógica dialógica, numa perspectiva de feitura de saberes e trocas de experiências, possibilitando constituir mais conhecimentos, com amparo na realidade individual e coletiva dos adolescentes.

Considerações Finais

As reflexões procedidas neste capítulo sinalizam para a necessidade de pensar a adolescência como um fenômeno complexo de desenvolvimento, que requisita apoio, orientação, reflexão e informação. Consideramos que, quando dispusemos os pares para o diálogo entre si, isto se exprime de maneira muito mais significativa, porque a troca de experiências possibilita a formação de mais saberes, pois propicia, não só, a consolidação de si, mas também do outro.

De tal maneira, as experiências desenvolvidas, por via dos projetos, ensejaram aos estudantes do ensino superior, do Curso de Serviço Social, o diálogo com estudantes da educação básica, sobre os processos que envolvem a adolescência: os fatores de risco e as possibilidades de estabelecer uma adoles-

cência saudável. A metodologia dos projetos foi assentada no diálogo e na escuta do outro.

Aqui ressaltamos a importância da extensão como espaço importante de formação profissional, o que, no caso da experiência em foco, ensejou aos estudantes de Serviço Social entrar em contato com as expressões da Questão Social e, desde a leitura crítica da realidade vivenciada pelos adolescentes, instituir estratégias de intervenção, articulando uma dimensão importante do fazer profissional do assistente social: a de ordem pedagógica, que congrega outras dimensões - as de cariz teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Numa perspectiva de educação dialógica, o aprendizado e a socialização do conhecimento deram azo a novos saberes, tanto para os facilitadores como para os estudantes. Além disso, o trabalho na perspectiva da socialização de informações para efetivar os direitos dos adolescentes está intimamente relacionado aos princípios éticos do Serviço Social, à responsabilidade social das instituições de ensino superior e à articulação do Sistema de Garantia de Direitos - SGD.

Referências

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Democráticas. In: CFESS. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 29 jul. 2019.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 115 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de ações programáticas estratégicas saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

DOCUMENTO oficial **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. 2008-2019. Disponível: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-01-10.html> Acesso em: 27 jul 2019.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005. Disponível: http://adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167 Acesso em: 15, julho, 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. In: _____. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: MEC, 2008. (Edição Eletrônica).

PINHEIRO, Ângela de Alencar. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.9, n.3, p. 343-355, set./dez., 2004.

SILVA, Maria Liduina Oliveira e. Especial Criança e Adolescente. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.83, p. 30-48, set. 2005.

Notas de fim

¹ Decreto nº 17.943-A de 1927.

² Decreto nº 3.799 de 1941.

³ Lei nº 6.697 de 1979.

⁴ As instituições podem se configurar como família, Estado e sociedade civil, para que garantam a proteção de crianças e adolescentes.

⁵ Lei Federal n.8.069/1990

⁶ A Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, dispõe dos direitos da criança e do adolescente e de outras providências que competem ao sistema de garantia de direitos, o conhecido ECA. Para o Estatuto da adolescência compreende a idade dos 12 aos 18 anos, como está disposto no referido estatuto "Art.2º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade".

⁷ O Sistema de Garantia de Direitos é a articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, efetivando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco legal brasileiro de 1990. Disponível: <https://educacaointegral.org.br/glossario/sistema-de-garantia-de-direitos/> Acesso em: 27, jul, 2019.

⁸ Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

⁹ Resolução CFESS Nº 273 de 13 março de 1993.

¹⁰ A Questão Social pode ser entendida como um conjunto de desigualdades geradas a partir da relação antagonica entre capital e trabalho, que tem por base a exploração e a propriedade privada.

Carmem Maria Vieira de Amorim¹

Marcionília Vieira Macêda²

Patrícia Barbosa dos Santos³

Sandy Andreza de Lavor Araújo⁴

Adolescência, Valores e Espaço Escolar

Debate Necessário

¹ Pós-graduanda em Seguridade Social e Direitos Sociais (FACULDADE EINSTEIN). Atualmente, assistente social na Política de Habitação no Município de Iguatu - CE. E-mail: camem.ip@hotmail.com

² Graduanda em Serviço Social no IFCE - **Campus** Iguatu - CE. E-mail: marcioniliamac2019@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social no IFCE - **Campus** Iguatu - CE. E-mail: pattyjpeg@gmail.com

⁴ Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (UFC); graduada em Serviço Social no IFCE - **Campus** Iguatu - CE. Assistente social do IFCE- **Campus** IFCE- Iguatu-CE. E-mail: sandyandreza@hotmail.com.

Introdução

A adolescência é a etapa da vida que ocorre da infância ao começo da fase adulta, marcada por complexo crescimento e desenvolvimento, com transformações sociopsicológicas, fisiológicas, enfim biopsicossociais, que se processam de maneira diferenciada. Conforme Castellar (*apud* PERES e ROSENBERG, 1998, p. 58), “Em realidade, não existe uma adolescência, mas sim, Adolescências, em função do político, do social, do cultural e do momento em que estará inserido o adolescente”.

Em decorrência das transformações orgânicas que ocorrem nesse período, bem como das indefinições socioculturais que afetam os jovens, torna-se necessário refletir sobre como se processam as relações interpessoais dos adolescentes para entender suas reações nesta fase da vida (SALUSTIANO; SANTOS, 2015). Para Bock (2007, p. 68):

A adolescência não é vista aqui como uma fase natural do desenvolvimento e uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. A adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência enquanto fenômeno social, mas o fato de existirem enquanto marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural.

Portanto, constitui um período de elaboração de identidade, entendimento do “eu”, formação de caráter e reflexão, em que a pessoa se descobre como autora de sua vida, capaz de operar mudanças em si e no mundo por meio de suas decisões e atitudes (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004). Assim, na perspectiva

de Salles (2005), a adolescência é considerada período de experimentação de identidades, papéis sociais e valores que poderão permanecer na vida adulta.

Macedo e Kublikowski (2009) definem valor como crenças expressas na excelência das ações, e que não estão ligadas somente às histórias individuais, mas inscritas na história das sociedades. Conforme Godoy e Monteiro (2015), quando tratamos da temática de valores no sentido psicológico, aspectos sociais, culturais e históricos devem ser salientados.

Hernandez, Arango e Quintana (2012) sintetizam essa riqueza das dimensões, ao assinalarem que os valores humanos são adquiridos e se formam como resultado da realidade em que cada sujeito vive. De tal maneira, a escola e a família terão papel preponderante na aquisição dos valores por parte de crianças e adolescentes, e, à medida que ensinam normas e padrões, expressam o conjunto de valores da sociedade, reproduzindo os valores de gerações atuais e passadas.

Trabalhar e discutir temáticas transversais, relevantes à adolescência, é fundamental para desconstruir padrões e conceitos impostos pela sociedade de maneira acrítica, principalmente para orientação, cuidado e apoio nesta fase vital, quando as pessoas são instigadas a experimentar o novo, quase sempre sem a noção do impacto que esse novo pode causar. A discussão das temáticas transversais é indispensável também para o desenvolvimento saudável e contribui para a convivência social e o desenvolvimento da cidadania.

Este capítulo descreve a experiência ocorrida por meio de uma oficina realizada com a vivência dos alunos extensionistas do curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará *Campus* Iguatu (IFCE), discentes do ensino médio da mesma instituição.

A temática se faz de suma importância, pois é de interesse dos alunos, assim como dos docentes, e deve ser, não somente, constituída, mas também discutida entre a comunidade institucional. A reflexão é no sentido de desconstituição e quebra de padrões relacionados à intolerância e aos preconceitos, estes passados de geração em geração (em especial, pela família e a sociedade), fazendo-se importante o debate no espaço escolar, pois este é um dos ambientes onde são formados pelas pessoas opiniões e valores na qualidade de sujeitos em sociedade.

Adolescência, Valores, Espaço Escolar e Constituição de Identidade: Alguns Apontamentos

É na adolescência que as pessoas iniciam a elaboração, construção e desconstrução de seus valores, com base em questionamentos atinentes a preceitos até então estabelecidos em sua vida, de modo que as referências familiares e sociais que constituem essa fase contribuem diretamente na construção desses valores.

Assim, vivemos constantemente ancorados em um jeito de ser e de agir, imposto pelo nosso modo de sociabilidade, e nem todos os valores absorvidos contribuem positivamente para o desenvolvimento humano, portanto, ações arrimadas em valores positivos são essenciais para diminuição de vulnerabilidades e riscos na adolescência.

Dai a relevância da questão dos valores para a sociedade, sobretudo quando pensamos nas novas gerações, responsáveis em primeira instância, pelas novas mudanças sociais futuras e pela renovação dos valores e tradições. Se as tradições estão em constante reconstrução, valores novos surgem, nem sempre tão positivos ou altruístas como eticamente desejável. Impõe-se en-

tão a responsabilidade moral da sociedade em geral com ênfase na família, escola e demais instituições encarregadas de educar formalmente os jovens, pelo processo de transmissão de valores positivos. (MACEDO; KUBLIKOWSKI 2009, p. 690).

Nas várias etapas da vida, da infância à velhice, os estímulos recebidos são assimilados de maneira diferenciada entre os seres humanos, uma vez que estes vivem em constante transformação, modificam os diversos espaços sociais e recebem influências do meio em que vivem, e assim a pessoa, na qualidade de ente social, é fundada pelo trabalho, conforme exprime Lukács (*apud* LESSA, 1996), pois, “[...] ao transformar a natureza, a pessoa também se transforma”.

É nesse mutualismo que os valores da sociedade e da pessoa são constituídos, e nessa fase nem tudo é absorvido e filtrado conscientemente, uma vez que o adolescente, como pessoa em desenvolvimento, muitas vezes, recorre à busca de informações equivocadas, e, pela falta de orientação, muitos fazem escolhas sem pensar nas reais consequências.

Desse modo, “[...] ‘valor’ implica escolha, a qual, por sua vez, implica oportunidades ou possibilidades para escolher” (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2009, p.690), e, nessa fase repleta de transformações biológicas e subjetivas, os adolescentes são alvo de várias influências da sociedade. De modo geral, estas defluem, principalmente, dos veículos de comunicação coletiva, da indústria do entretenimento, dentre outros. A inexperiência e desinformação ensejam influxos que incidem diretamente em suas vidas, como, por exemplo, gravidez não planejada e indesejada, exposição a infecções sexualmente transmissíveis, uso de álcool e/ou substâncias psicoativas, desenvolvimento de distúrbios alimentares etc, o que enseja uma preocupação na sociedade.

A sociedade em que vivemos, com seu quadro de violência e destruição, não oferece garantias suficientes de sobrevivência e aí uma nova dificuldade para o desprendimento. O adolescente, cujo destino é a busca de ideais e de figuras ideais para identificar-se, depara-se com a violência e o poder e também os usa. (ABERASTURY, 1989, p. 19).

A adolescência, período da formação humana, é perpassada por todas as dimensões da vida social, tais como classe social, gênero, raça/etnia, conflitos geracionais, dentre outras, fazendo com que esse período seja vivenciado das mais variadas maneiras, sob riscos e vulnerabilidade social, com mais ou menos acesso à informação. Essas dimensões, pois, influenciam diretamente no desenvolvimento desse período, promovendo enorme diversidade de vivências com inúmeras possibilidades e desafios.

Compreender a adolescência à luz do materialismo histórico e dialético como uma formulação social é imprescindível para desconstruir estereótipos, como o que expressa ser a adolescência uma fase de “aborrecência” (MELLO, 2006), e superar o senso comum que a entende como uma quadra difícil, pois, somente assim, é possível entender que essas transformações não são a-históricas, tampouco, podem ser concebidas como naturais ou vivenciadas de igual modo por todos.

A abordagem sócio-histórica, ao estudar a adolescência, não faz a pergunta “o que é a adolescência”, mas, “como se constitui historicamente este período do desenvolvimento”. Isto porque para esta abordagem, só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade, na qual este fato foi produzido, totalidade essa que o constitui e lhe dá sentido. Responder o que é a adolescência implica em buscar compreender sua gênese histórica e seu desenvolvimento. (BOCK, 2007, p. 68).

Observamos que os valores estão relacionados à formação da pessoa como ser social e que estes são emergentes da cultura e/ou

do modo de sociabilidade a que pertence o sujeito. Assim, os valores estão submetidos à transformação, oscilando conforme a cultura e o desenvolvimento de cada sociedade, e estarão constantemente nas relações que mantemos com as pessoas e com a sociedade em geral.

Propiciar espaços para discussão que instiguem os adolescentes à reflexão crítica da realidade social, política e histórica, configura-se como modalidade de resistência perante uma sociabilidade desumana e desigual, que impõe um modo de ser e agir, em que as relações sociais se fazem efêmeras, o “ter” se sobrepõe ao “ser”, ao mesmo tempo que o “ser” só o é se “tiver”, as identidades são estabelecidas numa cultura cuja característica marcante é a indústria da informação, de bens de consumo, com ênfase no cotidiano, no presente, no aqui e agora, e na busca pelo imediatismo: a chamada Pós-Modernidade¹.

É com esta visão que entendemos a necessidade de incitar a reflexão de ideias que possam desconsiderar discursos que reforçam o conservadorismo, posicionamentos que conduzam ao ódio e à violência, paradigmas ultrapassados, totalmente desvinculados da realidade por não atenderem às recentes necessidades sócio-históricas que surgem, nos desafiando a traçar meios capazes de levar informações que possam contribuir de algum modo com possibilidades para os jovens estabelecerem suas identidades, desenvolverem potencialidades e serem protagonistas de sua história.

De tal sorte, resta propiciada outra visão de mundo, onde prevaleça o respeito às diferenças, constituindo, assim, “novos valores” para a sociedade, pois “[...] qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. (FREIRE, 1996, p. 25).

Deste modo, podemos depreender que agir num processo educacional que pressupõe uma dialogicidade entre as diversas esferas da vida social de um cidadão que vive em constante for-

mação contribui para o entendimento dos valores das relações na sua formação feito pessoa e reflete as novas informações.

Procedimentos Metodológicos

Como já expressei alhures, este capítulo configura um relato de experiência, a qual foi vivenciada numa oficina realizada com adolescentes, como parte do Projeto *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, desenvolvido com os estudantes.

Além da observação participante realizada nos vários segmentos do projeto, foi empregada pesquisa bibliográfica, oportunidade em que recorreremos a algumas das importantes fontes teóricas pertinentes.

Os procedimentos empregados na materialização desta oficina foi a exposição dialogada, desenvolvida dinamicamente, para facilitar o ensino aprendizagem dos estudantes, uma vez que se estabeleceu uma relação de troca entre os extensionistas e os estudantes, principalmente com suporte nos questionamentos e debates desencadeados pelo momento.

Como leciona Freire (1996, p. 13),

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade.

O projeto sob relação trabalhou com temas transversais, com vistas a levar o conhecimento, quebrando tabus e proporcionando ao público envolvido maior dialogicidade para com os estudantes. Assim, a oficina relacionada à temática de *valores* foi assim organizada: primeiramente, foi trabalhada uma dinâmica com

o objetivo de integração entre os estudantes, denominada **Dinâmica dos Balões**. No primeiro instante, os estudantes deveriam brincar com os balões que continham um papel com o nome, sem os deixar cair no chão. No segundo momento, cada estudante deveria ficar com um balão, estourá-lo e falar características positivas e negativas da pessoa cujo nome estava descrito no papel. Conforme a dinâmica ia acontecendo, os estudantes identificavam uns aos outros e selavam o respeito com um abraço. Esta foi realizada no intuito de promover a interação dos estudantes.

A segunda fase da oficina deu-se pelo pretexto de trazer a discussão de valores por meio do sorteio de vocábulos escritos em papéis, dentre os quais termos como *mulher*, *casamento*, *drogas*, dentre outros. Os estudantes iam respondendo e trazendo sua concepção acerca do assunto e a ideia de sua família, cujo intuito não era mostrar o que é considerado “certo” ou “errado” e sim as distintas concepções de mundo, e que estão cotidianamente em nossas vidas, debatendo criticamente e respeitando os variados posicionamentos.

Na terceira etapa, os estudantes escolheram alguns valores, ordenando-os de maneira decrescente conforme prioridade em suas vidas. Após esta organização e destaque dos valores realizados, houve discussão com os estudantes sobre estes valores e o modo como estes eram vistos e reproduzidos como sociedade, nos principais espaços de formação social e interação (ex. família e escola), convívio nosso como pessoas em desenvolvimento e formação, estes sendo resultados de nossas ações feitos seres sociais e de relações sociais, evidentemente, em sociedade.

Ao final, foi realizado um momento de avaliação sobre a oficina trabalhada, a qual ocorreu por meio da entrega de um questionário (instrumental), que permitiu avaliar as metodologias utilizadas e as contribuições das oficinas na vida dos adolescentes.

Resultados e Discussão

Observamos que, ante uma sociedade patriarcal, machista e desigual, se faz de alçada importância a discussão, em sociedade, de temáticas que possibilitem a desconstituição de tabus e padrões engessados e reproduzidos sem nenhuma reflexão nem senso crítico.

A sociabilidade capitalista reforça, cria e recria seus valores, ao passo que o sujeito constitui sua identidade em tensionamentos com a identidade cultural, sendo padronizadas visões de mundo, valores, crenças e modo de ser e agir impostos e ditos corretos, tendendo a excluir tudo o que estiver ao encontro dos padrões estabelecidos, propiciando a exclusão de pessoas.

De efeito, a matéria em foco - *valores* - nos faz perceber o quão importante é a discussão em todos os espaços sociais, uma vez que, por sermos seres em constante mudança (transformação) e nos socializamos, somos frutos das nossas relações sociais. Assim, é relevante a quebra desses tabus e desses aspectos enraizados na sociedade, ainda muito reproduzidos.

Destacamos aqui a importância e contributo da extensão, como tripé de uma formação acadêmica de qualidade, juntamente com pesquisa e ensino, e salientamos a importância deste projeto na formação, não só dos extensionistas, mas, principalmente, dos adolescentes participantes dessa aprendizagem, um espaço de troca de conhecimentos e vivências de valor inestimável, e por trazer à tona debates que, em sua maioria, vão além dos conteúdos inseridos no currículo escolar.

De modo geral, a oficina propiciou um debate rico e produtivo, pois os estudantes demonstraram-se participativos. Notamos que, apesar da pouca idade, eles compreendem a importância de se discutir valores, posicionando-se de maneira bastante democrática e respeitando concepções divergentes da sua. Um exem-

plo reporta-se ao fato de, em dado instante, um dos estudantes haver se posicionado com um comentário machista, quando os demais se posicionaram contrários, o que produziu pequeno debate sobre o papel da mulher na sociedade.

Assim, durante a execução desta oficina, os estudantes depararam perguntas referentes a mulher, casamento, drogas e diversos outros temas, dos quais estes teriam que externar concepções e também sobre a ideação de sua família. Estes ficaram à vontade para expor seu ponto de vista, demonstrando, assim, um instante muito rico de troca de saberes e opiniões, que, embora divergentes, serviram para instigar os estudantes a refletirem de maneira crítica sobre o seu posicionamento e a posição do outro, e perceberem as variadas concepções de mundo que devem ser respeitadas.

Com base, porém, em alguns questionamentos, verificamos em certas falas dos discentes, ao exporem ideias, a reprodução da *communis opinio* algumas posições machistas, produzidas socialmente, com amparo nas relações sociais, permeadas de preconceitos, conservadorismo, intolerância, dentre outros, o que tem influência na formação e preparo dos sujeitos.

Posteriormente às falas, houve uma rodada de debate e reflexões acerca das temáticas expostas, direcionando e desconstituindo as falas, reproduzidas e advindas de um construto social, em que, na maioria das vezes, esses adolescentes vivenciam um contexto de violação, assim como preconceitos, onde há os valores formados e reproduzidos por uma sociedade com bases escravocratas, onde se vivencia um presente com raízes fincadas no passado, de retrocessos de direitos, em uma conjuntura adversa.

Vale destacar, com base nestes fatos, a noção de que a elaboração de valores está muito ligada à formação social. O Brasil, sob o prisma histórico, é um país dependente econômica, política e socialmente dos outros Estados externos (grandes centros). Os

acontecimentos aqui sempre se deram tardiamente, tendo de maneira predominante uma sociedade patriarcal², machista, onde tem curso um conservadorismo cada vez mais arraigado, reproduzido em discursos de ódio e intolerância, tendo como principal mecanismo os meios de propagação maciça – os *media* (ou a mídia) - o que repercute diretamente nos jovens e adolescentes.

Destarte, destacamos a importância do ambiente escolar na desconformação de valores e na quebra de tabus, assim como o da família, estes podendo levar e proporcionar aos estudantes um sítio de formação, de acesso à informação, ao saber, conhecimento, de molde a se respeitar a diversidade, considerando que a educação é um dos pouquíssimos mecanismos capazes de transformar e libertar os seres humanos das amarras dessa sociabilidade equívoca.

Por conseguinte, o conhecimento é a chave para desconstruir valores, tendo na educação um dos meios que possibilitem a transformação das pessoas, conduzindo o conhecimento por via da dialogicidade, e respeitando as modalidades de saberes e vivências de cada qual, acreditando que, em meio a essa socialização do conhecimento nesses vãos, em especial na escola e na família, sejam destruídos preconceitos e ideias reproduzidas erroneamente.

Assim, devemos considerar que se faz de subida importância estabelecer uma dialogicidade maior entre escolas, famílias e sociedade, para ampliar a socialização do conhecimento nesses *locus*, levando, assim, a uma propagação maior do conhecimento em sociedade, este validado sem padrões, preconceitos, livres das amarras desta sociabilidade, tendo-se a elaboração de valores e a socialização destes, para que atendam às necessidades em comum convívio e assegurem o bem-estar em sociedade a todos, sendo propagados de uma melhor maneira nos espaços sociais (escola, família e sociedade), havendo um elo e um objetivo em comum - o bem-estar de todos.

Considerações Finais

Em decorrência de nossas relações sociais, destacamos a escola como principal mediador do conhecimento, uma vez que este é um dos lugares de maior convívio e se faz importante na luta dessa desconstituição de valores permeados de tabus e preconceitos.

Com isso, percebemos que a oficina foi de máxima importância, porquanto trouxe ocasiões e aspectos positivos, facilitando uma circunstância de troca de conhecimentos e quebra de tabus/preconceitos entre os adolescentes participantes. Assim, indubitavelmente, a educação é a chave para transformar e libertar os seres em sociedade, despertando para o conhecimento e os desafios do cotidiano, propiciando um acordar e agir, na qualidade de seres críticos e conscientes de seu papel em sociedade.

Ficou avaliado como positivo o jeito como os temas foram trabalhados, com atividades diversas que fugiam do modo tradicional de repasse de informações. As dinâmicas utilizadas favoreceram a expressão de opiniões e a criação de um sítio mais acolhedor de escuta e reflexão. A relação entre estudantes foi fundamental para que os adolescentes pudessem expressar ideias e exteriorizar questionamentos.

Restou claro o interesse dos estudantes pelas oficinas como partícipes na discussão de conjunções de problemas, vividas cotidianamente, dentro e fora da escola, bem como na partilha de saberes e vivências.

Referências Bibliográficas

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2007, p. 63-76.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GODOY, Priscilla Brandi Gomes e MONTEIRO, Nancy Ramacciotti Oliveira-. Estudo sobre Valores em Adolescentes. **Revista Psico**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 400-408, jul.-set. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico>>. Acesso em: 7 Jul. 2019.

MACEDO, Rosa M. S. de; KUBLIKOWSKI, Ida. Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: perfil de jovens paulistanos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 689-698, out./dez. 2009.

PERES, Fumika; ROSENBURG, Cornélio P. Desvelando a concepção de adolescência/ adolescente presente no discurso da saúde pública. **Saúde e Sociedade**, v. 7, n. 1, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas. v. 22, n. 1, jan./mar. 2005.

SALUSTIANO, Maria do Socorro Moraes Nascimento e. SANTOS, José Ozildo dos. As relações interpessoais na adolescência numa visão psicopedagógica Interpersonal relationships in adolescence in a psychoeducational view. **Revista Brasileira de Educação e saúde - REBES**, Pombal - PB, Brasil. v. 5, n. 3, p. 44-50, jul-set., 2015. [ISSN 2358-2391]

SANTOS, Josiane Soares dos. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questão da Nossa Época). v. 132.

Notas de fim

¹ Jameson (apud SANTOS, 2007, p. 44/45) enfatiza que o pós-modernismo assim referido “[...] é uma concepção histórica e não meramente estilística” [...] pois traz, nas mais diferentes áreas onde se expressa (arte, arquitetura, sociologia, linguística, política etc.) a celebração das imagens reificadas do presente e transforma o passado em uma miragem visual, em estereótipo, ou textos, abolindo efetivamente qualquer sentido prático do futuro e de um projeto coletivo. Abandona, assim, a tarefa de pensar o futuro, as fantasias da pura catástrofe e cataclismos inexplicáveis.

² Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade civil, mas impregnam também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. “A liberdade civil depende do direito patriarcal”. (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

Leidiane Ferreira da Silva¹

Maria Raniely de Sousa²

Myrla Alves de Oliveira³

Adolescência e *Bullying*

Alguns Apontamentos para o Debate
Sobre Violência entre Pares

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Serviço Social (IFCE – **Campus** Iguatu). Email: silvaleidiane82@gmail.com

² Graduanda do curso de Bacharelado em Serviço Social (IFCE – **Campus** Iguatu). Email: ranielymaria94@gmail.com

³ Mestra em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará. Psicóloga do IFCE – **Campus** Iguatu. Email: myrla.alves@ifce.edu.br

A não violência, na sua forma ativa, é uma boa disposição para tudo o que vive.
(MAHATMA GANDHI)

Introdução

A escola caracteriza-se como circuito social e de interação e não apenas de apreensão de conteúdos e cumprimento de currículo. No contexto escolar, os adolescentes estão expostos a diversos conflitos para sua faixa etária e devem aprender a lidar com situações do cotidiano que podem acarretar graves problemas ou contribuir para o seu desenvolvimento saudável. Desta maneira, a escola atua na formação subjetiva, podendo agir na constituição de sujeitos que sejam capazes de estabelecer relações saudáveis consigo e com o próximo ou agir na instauração de contextos de violência (SILVA; COSTA, 2016).

A violência escolar faz parte da realidade de muitas instituições de ensino, é multidimensional, possui caráter complexo e pode trazer implicações difíceis para a vida dos estudantes (CARVALHO; CHAVES; CUNHA, 2013). Uma das ramificações da violência na escola é o *bullying*, fenômeno que possui dificuldade de identificação e, recorrentemente, não é conferida a ele a devida importância por parte da família e da comunidade escolar.

O *bullying* caracteriza-se por um tipo de violência intencional e repetitiva de um estudante contra outro, podendo produzir constrangimentos e outras consequências, como dificuldade na socialização, tristeza e ideação suicida. A alta prevalência de *bullying* e outros comportamentos agressivos entre adolescentes enseja preocupações no Brasil e em outros países (PIGOZI; MACHADO, 2015; REISEN; VIANA; SANTOS-NETO, 2019).

Seguramente, a escola precisa compreender o seu papel ampliado na formação dos estudantes e realizar ações que pri-

vilegiem os principais problemas vivenciados no contexto da infância e adolescência, principal período em que o fenômeno do *bullying* é percebido. A promoção de um ambiente de convivência saudável, o desenvolvimento de atividades de prevenção à violência e a discussão de temáticas variadas podem diminuir os índices de *bullying* no contexto escolar e, por consequência, melhorar as relações em sociedade.

O relato que ora passamos a proceder tem como objetivo realizar alguns apontamentos acerca do debate sobre *bullying* por intermédio de duas intervenções, desenvolvidas por meio de oficinas, com estudantes do ensino médio de escolas públicas do Município de Iguatu (CE). As oficinas integraram dois projetos maiores que trabalharam com o público adolescente as principais temáticas que perpassam o seu cotidiano. As intervenções representaram um início para o debate sobre *bullying*, apontando para um desejo entre os adolescentes de conversarem sobre esta temática e para a necessidade de ações contínuas e de ampliar a formação integral na escola.

Adolescência, Escola e Prática de Bullying

A adolescência é um período do desenvolvimento humano cuja conceituação varia de acordo com a área de estudo. A Medicina estuda o conceito, compreendendo-o como algo inerente à natureza humana e, com base no entendimento biomédico, considera as transformações físicas e biológicas como definidoras dessa fase da vida humana (PERES; ROSENBERG, 1998).

Para as teorias do desenvolvimento humano, há discordâncias na conceituação, a depender da abordagem teórica. De um modo geral, compreende-se que os adolescentes podem vivenciar momentos de afastamento da família, mudanças de

interesses, conflitos em relação à aceitação grupal e à identidade. Estas vivências, no entanto, não podem assumir um caráter universal, haja vista que o desenvolvimento humano é derivado de condições estabelecidas social e historicamente, ou seja, cada adolescente vivencia o fenômeno de maneira diferente (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 2018).

Em consonância com este pensamento, nas Ciências Sociais, a adolescência é concebida sob uma perspectiva histórica e dialética, entendendo-a como um processo originado na e pelas relações sociais, onde não há significados unilaterais para defini-la, necessitando ser observado o chão histórico vivenciado pelas pessoas, haja vista o fato de serem as condições materiais/objetivas e subjetivas dos sujeitos reais que os determinam (PERES; ROSENBERG, 1998).

A ausência de definição precisa da adolescência conduz à complexidade que é esta etapa da vida. Devemos considerar as mudanças físicas, biológicas e psicológicas, mas também devemos situar os adolescentes como sujeitos influenciados por condições sociais, econômicas e históricas, não havendo, portanto, homogeneidade.

Resguardadas as vivências individuais, algumas situações são conflitantes na adolescência, entre elas a violência escolar, caracterizada como um fenômeno social que abrange toda a sociedade. Por distintos fatores, os atos violentos estão na educação infantil até o ensino médio, nas escolas públicas e privadas. A escola, por possuir diversos agentes em constante interação social, denota as múltiplas expressões da violência e suas complexas manifestações (CARVALHO; CHAVES; CUNHA, 2013).

Para Minayo e Souza (1998, p. 514), “[...] a violência consiste em ações humanas de pessoas, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua inte-

gridade física, moral, mental ou espiritual”. Sarita Amaro (2017) concorda e complementa o conceito de violência, quando trata o termo como um ato relacionado ao uso do poder. A pessoa que se sente diminuída ou teme situações de violência pode buscar sua hegemonia e prestígio por via da intimidação e da força.

Uma das modalidades de expressão da violência escolar é o *bullying*, fenômeno caracterizado por atos de violência física ou verbal, que acontecem de maneira repetitiva contra uma ou mais vítimas (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013). As atitudes agressivas têm caráter intencional e se estabelecem com procedência numa desigualdade de forças, podendo manifestar-se por meio de agressões físicas, como bater ou empurrar; verbais, pelo uso de ameaças ou apelidos; e subjetivas, caracterizadas por processos de exclusão, entre outros (SILVA; COSTA, 2016).

A palavra *bullying* tem origem do inglês *bully* que significa valentão, brigão. A literatura sobre *bullying* obteve maior destaque no Brasil no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. As discussões que se seguiram apontam para o *bullying* como um problema de saúde pública mundial (PIGOZI; MACHADO, 2015).

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) apontam o *bullying* como fator que interfere na saúde dos estudantes e, portanto, na sua vivência escolar. Realizada no ano de 2015, a terceira edição da pesquisa aponta a adolescência como a fase mais estudada quando o assunto é *bullying*, sendo ocorrente entre estudantes mais novos, desde o sexto ano escolar, e diminuindo no curso do tempo (SILVA *et al.*, 2019). Reisen, Viana e Santos-Neto (2019) destacam que, na medida em que os adolescentes avançam na idade, há uma tendência de o *bullying* diminuir.

As escolas da região Sudeste são indicadas com os maiores índices de *bullying*, embora os números o sinalizem em todas as

escolas brasileiras. Consideradas as devidas diferenças culturais e de compreensão acerca do fenômeno, as taxas do Brasil são consideradas altas em relação aos demais países.

A pesquisa também apontou a prevalência do evento entre estudantes do sexo masculino (SILVA *et al.*, 2019). Os meninos tendem a ser, em maior número, os agressores em razão da necessidade de se mostrarem os detentores do poder em detrimento dos outros. Uma reflexão mais profunda para explicar essa hegemonia masculina entre os agressores pode ser encontrada em Saffioti (1987), na medida em que ela discute o poder do *macho* em relação ao gênero feminino. A autora conduz como símbolo do poder masculino a necessidade de seguir valores como força, independência e dominância. Os homens inibem sua sensibilidade e seus sentimentos e representam os detentores da razão e da coragem. Os que não acompanham estes preceitos impostos pela sociedade patriarcal, são tidos como homossexuais ou “fracotes”. Crianças e adolescentes do sexo masculino são educados para reproduzir essa ideologia de dominação, sendo vetados de demonstrar afetividade, tristeza, carinho ou timidez.

No âmbito escolar, são perceptíveis estas diferenças de gênero e, mesmo que de maneira velada, alguns estudantes assumem atitude de agressividade como meio de demonstrar seu poder e tornam-se símbolos de força e coragem para os outros escolares. Consoante Amaro (2017), os agressores, também chamados de *bullies*, são aqueles que vivem ou viveram situações de agressões ou exclusões e que, portanto, aprenderam a responder numa mesma linguagem, a fim de manter o poder perante os demais.

Os protagonistas do *bullying* são o agressor, a vítima e a testemunha. O agressor é o autor, aquele que agride outro estudante considerado mais fraco. A vítima, a seu turno, é o alvo do *bullying*, e a testemunha, por sua vez, é a pessoa que presencia o ato, mas não sofre nem pratica, calando-se por medo de reta-

liações (CARVALHO; CHAVES; CUNHA, 2013). A testemunha é igualmente importante para se compreender o *bullying*, uma vez que, quando assistem calados, estão sendo coniventes com a situação (OLIVEIRA; GOMES, 2012).

Há vários fatores para a ocorrência de *bullying*. Fante (2005) proclama que aspectos sociais, econômicos e históricos contribuem para sua permanência na sociedade, além de fatores ocorrentes na relação parental, como pouca afetividade, educação passiva e falta de tempo para os filhos, que também são fortes aliados para quem pratica ou sofre *bullying*. Outros aspectos a serem destacados são a baixa autoestima entre os adolescentes, dificuldades em relacionar-se com colegas, uso de substâncias psicoativas e o emprego excessivo das tecnologias e mídias sociais sem atenção parental, as quais estão contribuindo para o aumento significativo do *cyberbullying* (PIGOZI; MACHADO, 2015).

Não há uma só definição para o *cyberbullying*. Os conceitos variam entre aproximações e diferenciações em relação ao conceito de *bullying*, no entanto, ele pode ser reconhecido como uma modalidade de violência psicológica e sistemática perpetrada nas redes sociais, podendo ocorrer a qualquer tempo (FERREIRA; DESLANDES, 2018).

Na perspectiva de Amaro (2017), o *cyberbullying* é uma extensão dos conflitos não solucionados ocorridos no plano real e transpostos para o terreno virtual. Com maior facilidade de acesso às tecnologias, a gravidade de certas violências aumenta consideravelmente, haja vista ser uma esfera em que uma quantidade expressiva de pessoas pode visualizar e interagir com outras, ensejando consequências devastadoras para a vida dos envolvidos, em especial, para as vítimas de *bullying*.

Os atos de violência carregam consequências que variam para cada pessoa. As vítimas, os agressores e testemunhas sofrem em maior ou menor proporção, podendo denotar dificul-

dade de aprendizagem, aumento do nível de estresse, insegurança e supervalorização da violência (CARVALHO; CHAVES; CUNHA, 2013). Pigozi e Machado (2015) apontam as consequências do *bullying* para o desenvolvimento intelectual e emocional do adolescente por meio de fatores como baixo desempenho escolar e desinteresse pelos estudos, menor capacidade de resolução de problemas, baixa autoestima, ansiedade, pensamentos negativos, tristeza e autoagressão.

O contexto escolar onde ocorre o *bullying* interfere na vivência, tanto da vítima quanto do agressor, de maneira a afetar o bem-estar subjetivo (ALCÂNTARA *et al.*, 2019). As vítimas de *bullying*, em sua maioria, exprimem dificuldades de relacionamento por estarem envolvidas pelo sentimento de insegurança consigo mesmas e com as pessoas que as cercam, o que propicia, com frequência, sentimento de revolta e sofrimento psíquico, podendo evoluir para a manifestação de transtornos mentais ou ideias autoinflitivas (SILVA; ARAÚJO, 2015).

Há a necessidade de que o assunto seja conversado e discutido entre jovens, uma vez que eles podem não perceber a seriedade do *bullying*. As poucas estratégias desenvolvidas não se mostram suficientes, fazendo-se necessários o desenvolvimento de trabalhos direcionados para as habilidades interpessoais dos estudantes, a discussão das variadas temáticas que envolvem o universo do adolescente, o treinamento para os profissionais de educação e o fortalecimento da relação educação, saúde, família e comunidade (PIGOZI; MACHADO, 2015).

O conceito e a taxinomia do *bullying* são de grande importância para combater esse formato de violência. Conhecê-lo e reconhecê-lo é um importante começo para definir uma intervenção eficaz, sendo fundamental que as escolas atuem na formação de professores e demais profissionais da educação, vi-

sando entender os prejuízos para o desenvolvimento, tanto dos *bullies* quanto da vítima (CARVALHO; CHAVES; CUNHA, 2013).

No raciocínio de Reisen, Viana e Santos-Neto (2019), a escola deve ser um ambiente de não replicação da violência social, devendo promover ações sistemáticas de promoção da saúde e prevenção dos atos de agressividade. De efeito, ela pode atuar no combate à violência por meio de práticas que estimulem a boa convivência, favoreçam a percepção acerca da diversidade cultural, econômica, étnica, de crença, de gênero e orientação sexual, bem como promovam reflexão sobre a cultura de paz.

Bullying: Relato da Experiência

Este capítulo cobre estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado com esteio nos projetos *De Mano pra Mano #AdolescênciaSaudavel* e *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento da cidadania*, realizados nos anos de 2017 e 2018, respectivamente. O primeiro desenvolveu-se com estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, localizado na cidade de Iguatu – Ceará. O segundo ocorreu com estudantes gremistas da rede pública de ensino, também desse Município cearense.

A metodologia de trabalho assentou na realização de oficinas de caráter lúdico e educativo, priorizando a participação e o compartilhamento de experiências. Os facilitadores foram estudantes do curso de Bacharelado em Serviço Social, os quais tiveram formação na temática abordada, participaram da feitura da estratégia metodológica de cada oficina e tiveram acompanhamento sistemático pelas coordenadoras dos projetos.

O planejamento das oficinas fez observância à faixa etária dos estudantes, compreendida de 14 a 17 anos, e surgiu da pers-

pectiva de que o adolescente, seus pensamentos, sentimentos e ações deveriam ser despertados e considerados no decorrer do encontro. Berbel (2011) aponta que, para o estímulo à participação e autonomia dos estudantes, devemos problematizar as situações em curso na escola, estimular a reflexão sobre a realidade, despertar a curiosidade e fortalecer a percepção de que o escolar pode agir sobre o mundo.

Foram realizadas duas oficinas, uma por projeto, as quais tiveram duas horas de duração, obedecendo a seguinte sistemática: acolhimento, atividade central, dinâmica envolvendo a temática e avaliação. Ambas tiveram como objetivo central a discussão sobre o *bullying* sofrido ou praticado na escola e, com isso, refletir sobre as consequências para o cotidiano escolar e a vida dos estudantes.

A oficina realizada como parte do projeto *De Mano para Mano: #AdolescênciaSaudavel* iniciou com uma acolhida e a rememoração do acordo de convivência estabelecido na oficina anterior. Posteriormente, houve a execução do curta-metragem *A peste de Janice* como mecanismo de introdução do teor que seria discutido, já que o vídeo enfatiza aspectos relacionados aos fenômenos de exclusão e sofrimento na escola. Ao fim do vídeo, foi questionado com os estudantes qual seria o tema da oficina trabalhada e a maioria conseguiu entender que se tratava de *bullying*.

A exibição do vídeo conduziu a um momento de intensa participação dos estudantes, com relatos de vivências escolares e a identificação de ações que caracterizavam *bullying*, cuja gravidade, entretanto, não foi considerada, denominando-a apenas como uma “brincadeira de mau gosto”. Amaro (2017) assinala que

[...] esses atos, pelo fato de serem subterrâneos, raramente são acompanhados ou percebidos pelos professores e pais dos alunos e seguem muitas vezes invisíveis, disfarçados de ‘meras brincadeiras’. (p. 78).

O que auferiu mais destaque em relação aos comentários do curta foi uma garota declarar ser uma “Janice” na sala de aula, explicando que o *bullying* sofrido não dizia respeito a agressões físicas, mas de ordem psicológica, pois suas colegas de sala tidas como “amigas” a excluía das atividades realizadas dentro e fora da escola. Percebemos que as agressões podem adquirir um jeito sutil, como incitar um grupo à exclusão de uma pessoa ou diminuir o outro nas relações interpessoais (AMARO, 2017).

A problemática do *bullying* pode ser despercebida ou negligenciada pela comunidade escolar, ocasionando processos subjetivos de muito sofrimento. Os atos silenciados alimentam toda uma

[...] carga de dores, rancores, sentimentos de injustiça, medo, pânico, pressão ou vontade de vingança, os quais variam e têm alternância, conforme cada sujeito vitimado e o contexto de violência. (AMARO, 2017, p. 78).

As consequências advindas do *bullying*, por atingir os direitos de crianças e adolescentes, influenciam diretamente na qualidade de vida, vivência escolar e autonomia desses sujeitos.

O curta ofereceu subsídios para a continuidade da discussão na segunda atividade, a qual ocorreu com o auxílio de um questionário, contendo as seguintes perguntas: *O que é bullying? O que é violência? Quem participa do bullying? Quais as consequências do bullying? O que devo fazer diante do bullying?* As indagações nortearam o repasse de informações e a participação dos estudantes, que continuaram a expor experiências e opiniões.

Aspectos como falta de motivação para os estudos e dificuldade de relacionamento interpessoal foram percebidos em alguns relatos. Indisciplina e dificuldade para trabalhos em grupo eram algo em curso na turma, fato que conduziu ao planejamento de momentos futuros com foco na interação deles.

A terceira atividade disse respeito a situações do cotidiano. Para tanto, foi utilizado um instrumental com frases seguidas do desenho de um semáforo. Para cada afirmação, os estudantes deveriam pintar a cor vermelha para *bullying*, o amarelo para situações de violência escolar e o tom verde para circunstâncias de boa convivência com os outros. A atividade permitiu que os estudantes despertassem para situações de *bullying* presenciadas, contribuindo para mais identificação e autopercepção de vivências diárias.

A oficina encerrou com um momento de avaliação, quando foi utilizado um instrumental composto por questões objetivas e subjetivas. A posterior análise deste instrumental apontou para a ampliação da percepção de como estão estabelecidas as relações cotidianas, indicando maior conhecimento dos estudantes acerca da temática.

No projeto *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento de cidadania*, a primeira atividade realizada consistiu na execução de uma dinâmica de integração denominada *Círculo de Integração*, tendo por objetivo despertar o grupo para a importância de uma convivência coletiva. A dinâmica consistia em formar um grande círculo com as mãos, sendo que no grupo todos deveriam ficar voltados para fora, de costas para o centro do círculo, sem se soltar. A pedido dos facilitadores, os estudantes teriam que buscar opções para conseguir virar o círculo pelo avesso, para que todos pudessem ficar de frente um para o outro, mas sem soltar nenhuma das mãos. Depois de atingir o objetivo, o grupo deveria desvirar, voltando a estar como antes. No final, foi feita uma ponderação a respeito da importância do trabalho coletivo.

A oficina continuou com breve discussão sobre a diversidade de valores e opiniões na escola e como isso pode contribuir para existência ou não de violência. Foi exposto e explicado o que é violência escolar, o que é *bullying*, aditando-se a diferença entre eles, além de terem sido comentados os tipos de *bullying* e as con-

sequências para todos os que participam dessa prática, mesmo para quem apenas testemunha o ocorrido. O tema trouxe percepções e relatos de experiência diversos, uma vez que o grupo era constituído de representantes de várias escolas municipais, que exibem dinâmicas e contextos territoriais também diversificados.

A oficina prosseguiu com a divisão da turma em pequenos grupos. Em seguida, foram entregues algumas situações cotidianas que acontecem no espaço escolar, as quais foram descritas por meio de pequenos textos. O objetivo era que os estudantes refletissem sobre as situações com base nas seguintes indagações norteadoras: *é um caso de violência ou bullying? Já aconteceu algo parecido com você ou com alguém próximo? Como mudar essa situação?*

Depois de debatido nos grupos menores, foi feita a exposição das situações, com as respectivas soluções para o grupo maior. Observamos que os estudantes não tiveram dificuldade para intervir nas situações exibidas, denotando uma lógica coerente e concisa nas respostas elaboradas. Por fim, foi realizada a avaliação da oficina, utilizando-se o mesmo instrumental do projeto anterior.

Constatamos que a ocorrência de *bullying* foi narrada pelos estudantes de todas as escolas. A mostra da temática ensinou uma identificação que auxiliou na desenvoltura das discussões e favoreceu mais sensibilidade no combate ao *bullying*.

A disseminação e a reflexão de informações entre os adolescentes constituem expedientes de prevenção à violência na escola, com ênfase no *bullying*. Na medida em que este assunto é discutido, observamos que a maioria já foi vítima e, com o narrar dos fatos para os demais colegas, foi produzido um sentimento de empatia entre todos, despertando um sentido de cuidado consigo e com o próximo (OLIVEIRA; GOMES, 2012).

As oficinas aqui relatadas obtiveram êxito na sua execução, facilitado pelo elo firmado entre estudantes e acadêmicos de faixas etárias aproximadas, o que assegurou confiança e abertura

maior para expressões, questionamentos, bem como exposições verbais e não verbais dos escolares. A realização das oficinas pôde ser acompanhada por uma escuta qualificada, sem julgamentos e com análises e reflexões das temáticas pretendidas, numa linguagem mais acessível ao mundo dos jovens, realizando de fato um diálogo de *mano para mano*, tendo em vista que os acadêmicos já haviam vivenciado a etapa da adolescência compreendida no ensino médio e, portanto, já entendiam o espaço escolar e seus conflitos.

Considerações Finais

A realização das oficinas ratificou a necessidade de que a temática *bullying* não seja negligenciada pelas escolas. A participação, o engajamento, o compartilhamento de experiências e a produção de conhecimento foram indicativos da importância das oficinas para a vivência escolar de cada estudante.

Reafirmamos a qualidade das relações interpessoais, a percepção acerca da diversidade e o respeito às diferenças como fatores fundamentais para que a violência entre pares diminua. Igualmente importante é o apoio da família às demandas emocionais dos seus filhos, proporcionando um ambiente de afeto e de segurança, para que os adolescentes enfrentem os conflitos que podem existir neste momento da vida.

Este estudo demonstrou que projetos de caráter formativo/educativo, quando devidamente conduzidos, são uma estratégia valiosa para prevenção de violência nas escolas e, na medida em que assumem uma perspectiva contínua, podem contribuir ativamente na transformação da sociedade, despertando no educando uma índole solidária, empática e de promoção do autocuidado.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Estefania Carneiro de. Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 509-522, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232019000200509&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 jul. 2019.

AMARO, Sarita. **Serviço social nas escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As Metodologias Ativas e a Promoção da Autonomia de Estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf. Acesso em: 08 jul. 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T.; FURTADO, Odair. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 15. ed. São Paulo: Saraivauni, 2018.

CARVALHO, Valéria Carmen Mazzoni Souza de; CHAVES, Karina Coelho; CUNHA, Sther Mendes. *Bullying* escolar, questão social e serviço social: alguns apontamentos para o debate. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2013. **Anais...** Belo Horizonte, 2013, p.1-15. Disponível em: <<http://www.cres-smg.org.br/arquivos/simposio/BULLYING%20ESCOLAR,%20QUEST%C3%83O%20SOCIAL%20E%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20alguns%20apontamentos%20para%20o%20debate.pdf>>. Acesso em 16 jul. 2019.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

FERREIRA, Taiza Ramos de Souza Costa. DESLANDES, Suely Ferreira. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3369-3379, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232018001003369&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2019.

MINAYO, M. C. de S. SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. IV, n. 3, p. 513-531, nov. 1997-fev. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701997000300006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 jul. 2019.

OLIVEIRA, Josi Rosa de Oliveira; GOMES, Magda Altafini . Bullying: reflexões sobre a violência no contexto escolar. **Revista Educação por Escrito – PUCRS**, v.2, n.2, jan. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/viewFile/7947/7475>. Acesso em: 26 jul. 2019.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, SP, v. 15, n. 2, p. 203-215. maio-ago. 2013. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/5070>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PERES, Fumika; ROSENBERG, Cornélio P. Desvelando a concepção de adolescência/ adolescente presente no discurso da saúde pública. **Saúde e Sociedade**, n. 7, p. 53-86, 1998. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7018/8487>. Acesso em: 14 jul 2019.

PIGOZI, Pamela Lamarca. MACHADO, Ana Lúcia. Bullying na adolescência: visão panorâmica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3509-3522, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015001103509&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jul. 2019.

REISEN, A. VIANA, M. C. SANTOS-NETO, E. T. Bullying among adolescents: are the victims also perpetrators? **Braz. J. Psychiatry**. 2019;00:000-000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-4446-2018-0246>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SILVA, Jorge Luiz da. *et al.* Prevalência da prática de *bullying* referida por estudantes brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 28, n. 2, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222019000200304. Acesso em: 12 jul. 2019.

SILVA, Anne Heracléia Brito; ARAÚJO, Laiane de Sousa. Bullying - uma expressão da questão social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2738>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SILVA, Cíntia Santana; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Opressão nas escolas: o *bullying* entre estudantes do ensino básico. **Cad. Pesqui.**, v. 46 n. 161, São Paulo July/Sept. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-1574-20160003000638&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 17 jul. 2019.

*Renata Lúgia Rufino Neves de Souza*¹

*Talita de Freitas Lima*²

*Tatiane Souza da Silva*³

Descolado e Prevenido

Discussão sobre Infecções Sexualmente
Transmissíveis com Adolescentes

¹ Docente do curso de graduação em Serviço Social do IFCE-**Campus** Iguatu. E-mail:renataneves.as@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social no IFCE-**Campus** Iguatu. E-mail:talitaafreitas87@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social no IFCE-**Campus** Iguatu. E-mail:tatianesouza123456@gmail.com

Introdução

O corrente capítulo descreve e analisa uma das atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, com estudantes do Instituto Federal do Ceará (IFCE), *Campus Iguatu*, que abordou a temática *ISTs - HIV/AIDS como posso me prevenir?*.

Este texto está dividido em duas partes, a primeira das quais objetiva estudar os conceitos do que são IST's, HIV/AIDS, sua historicidade, as referências acerca desse tema, bem como indicadores sobre a adolescência; a segunda relata a experiência da oficina, a metodologia utilizada, assim como as dificuldades e avanços consideráveis observados no decorrer das dinâmicas.

O grupo de alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foi composto por 13 estudantes. A ordem de planejamento da oficina ocorreu em seis etapas e os recursos didáticos usados em cada uma foram escolhidos conforme critério de melhor adequação ao assunto a ser trabalhado no dia.

Para tanto, o projeto se apoiou em orientações e discussões críticas na área de educação e saúde, tendo a educação como base para a obtenção da dignidade do ser humano, e como um direito social, exatamente por ter como objetivo a criação de uma sociedade de sujeitos capazes de se desenvolverem e de adquirirem suporte necessário para conviver em sociedade.

Foram abordadas, então, temáticas que dizem respeito à saúde dos adolescentes em seu período de descoberta, expressando o desenvolvimento de sua sexualidade, o que inclui os riscos de contrair infecções transmitidas sexualmente. Compreendemos que, para que haja essa prevenção, se torna imprescindível a discussão em ambientes nos quais os jovens se inserem diariamente, neste caso, o *locus* escolar.

Com isso, a oficina obteve alguns avanços, como: desmistificar alguns tabus; conscientizar os participantes sobre os métodos que podem ser utilizados para a prevenção; e enfatizar que os profissionais de Serviço Social podem se tornar ponto de referência para essas discussões e auxiliar outros agentes escolares, no que se refere aos problemas que permeiam a escola.

A Organização Mundial de Saúde divide a adolescência em três fases, sendo dos dez aos 14 anos considerado pré-adolescência; dos 15 aos 19 anos completos, configura adolescência, e dos 15 aos 24 anos constitui juventude. Percebemos adolescência com base no ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, que assim define a fase da pessoa dos 12 aos 18 anos de idade.

Ressaltamos que, consoante Frota (2007), a adolescência deve ser entendida além da idade cronológica, da puberdade e mudanças físicas que ela causa, dos ritos de passagem ou de elementos originados *a priori* ou de maneira natural. “A adolescência deve ser pensada como uma categoria que se constrói, se exercita e se reconstrói dentro de uma história e tempo específicos”. (p. 154).

Sabe-se que a adolescência é entendida como período de mudanças biológicas, psicológicas e sociais, sendo assim, um momento da vida quando estes irão experimentar novas possibilidades, como maior independência dos pais, passando a confiar mais em seus pares e amigos do que na família, e descoberta da sexualidade. É nesse período que, ao adotarem comportamentos impulsivos, os adolescentes situam-se sob risco, tornando-se vulneráveis, como acontece nos casos das infecções sexualmente transmissíveis.

ISTs e Adolescência: Debate Educacional

As Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) são difundidas por meio do ato sexual, seja vaginal, oral ou anal. Elas podem ainda ser transmitidas por meio do

[...] compartilhamento de fluidos e secreções corporais, como a menstruação, a lubrificação vaginal e o sêmen. Há diversos tipos de DSTs desde as mais comuns e de tratamento simples, como a candidíase e tricomoniase, até a aids, que ainda não tem cura. A maioria das DSTs se manifestam através de corrimentos, feridas e verrugas, coceiras ou vermelhidão nos órgãos genitais. (FIGUEIREDO, 2008, p. 28).

Segundo o Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DDCCIST) vinculado ao Ministério da Saúde, a expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) foi substituída pela terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), isso porque “[...] destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas”.

Essas infecções são causadas por vírus, bactérias ou por outros microrganismos, e seu principal meio de transmissão é por contato sexual sem uso de preservativo com uma pessoa já infectada. Podem ser transmitidas também durante a gestação, parto ou amamentação, da mãe para a criança. A esse respeito, Figueiredo (2008, p. 31) assinala que,

No caso das gestantes, se elas realizarem um tratamento específico e adequado nos serviços de saúde, o risco do bebê ser contaminado diminui muito. Atualmente existem vários medicamentos que reduzem a reprodução do vírus, o que tem significado maior qualidade e tempo de vida para as pessoas com aids.

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é uma doença que se manifesta após a infecção do organismo humano pelo vírus da imunodeficiência humana, mais conhecido como HIV. Conforme o Ministério da Saúde (MS),

HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana. Causador da aids, ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. E é alterando o DNA dessa célula que o HIV faz cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção. (BRASIL, 2018).

De acordo com Ferraz; Paiva, (2015), acredita-se que as DSTs tenham surgido no final do século XV e início do século XVI, na Europa, quando da emergência das grandes navegações, dando abertura para um considerável fluxo de pessoas ao continente, o que era propício para o surgimento das doenças e para que se espalhassem pelo mundo. Nos anos de 1960, as DSTs tiveram significativo aumento no âmbito do desenvolvimento do sistema capitalista, em que a mercantilização se tornou base principal para sua expansão, incluindo a comercialização de corpos, quando as profissionais do sexo eram inculpadas pela propagação da moléstia.

Até o século XVI, essas doenças eram conhecidas por “doença dos indecentes”, pois atingia principalmente as partes íntimas e porque a população começava a perceber que a transmissão se dava através do ato sexual. Foram, então, denominadas “doenças venéreas” em “em alusão” a Vênus (deusa do amor).

No século XIX, período em que as DSTs atingiam pessoas com idade de 20 a 30 anos, os agentes que as transmitiam começaram a ser descobertos, levando a uma divisão das doenças de maneira que fossem identificados os modos de transmissão, como apontam Nadal e Manzione (2003, p. 128):

Naquela ocasião, as doenças foram divididas em venéreas, quando a transmissão era exclusivamente sexual, tais como a gonorreia, sífilis, cancroide, linfogranuloma venéreo e a de Nicholas-Favre; e em paravenéreas, não consideradas exclusivamente sexuais, como herpes, balanite, condiloma, molusco e tricomoníase.

No pós-Segunda Guerra, a dissipação dessas doenças aumentava em grande escala, tal ocorrendo, principalmente, pelas mudanças no comportamento sexual das pessoas e pelas outras modalidades de contaminação antes “inexistentes”. Em geral, foram denominadas como doença venérea – conforme adiantado há pouco - sem a distinção de grupos. Após esse período, precisamente em 1983,

[...] adotou-se o nome doenças sexualmente transmitidas (DST) para as afecções de transmissão sexual, de caráter endêmico e múltipla expressão. Outro aspecto interessante é que no século XX as doenças bacterianas predominavam e o tratamento com antimicrobianos era eficaz. Todavia, atualmente predominam as doenças virais, como o herpes, o condiloma acuminado, as hepatites B e C e a AIDS, sem cura disponível até o momento, de difícil controle e associadas a situações colaterais que incluem o câncer. (NADAL; MANZIONE, 2003, p. 128).

De acordo com Ferraz; Paiva (2015), estima-se que o vírus da AIDS teve origem em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, nos anos de 1920, conforme concluíram os investigadores que reconstituíram o caminho do vírus responsável pela morte de 36 milhões de pessoas. Os virólogos já sabiam que o HIV fora transmitido de macacos para o ser humano, mas investigadores da Universidade de Oxford entendiam que a dissipação do vírus de 1920 a 1950 se deu por vários elementos, como o crescimento urbano, a construção de ferrovias na República Democrática do Congo e o surgimento de profissionais do sexo, que tinham um grande número de clientes e um maior acesso a seringas compartilhadas por usuários de psicoativos. No final de 1930 e início de 1950, o vírus da AIDS chegava a Mbuji-Mayi e Lubumbashi, no extremo sul do país, e à Kisangani, no norte.

No Brasil, os primeiros casos de AIDS começaram a surgir em 1980. A doença era desconhecida pela Medicina brasileira, mas,

em 1977 e 1978, os Estados Unidos informaram que era um câncer raro que atingia o sistema imunológico e que potencializava doenças fracas e de fácil combate, tornando-as mortais para o portador do HIV. Quando emergiu no Brasil, a AIDS atingiu um enorme número de pessoas, como homossexuais (acreditava-se que era única população passível de ser atingida), hemofílicos, profissionais do sexo etc. Souza *et al.* (2010) apontam que, no ano de 1985, o Brasil já contabilizava dezenas de casos de AIDS, e só então, era percebida a gravidade da doença, tornando-se caso de saúde pública, assim, é nesse ano que através da portaria 236, o ministro da Saúde criou o Programa Nacional da AIDS e estabeleceu as primeiras diretrizes e normas para o enfrentamento da epidemia no país (SOUZA *et al.* 2010, p. 24).

De acordo com Gesteira (2017, p.2), em “[...] 1999, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou um total de 340 milhões de casos novos por ano de DST curáveis em todo o mundo, entre 15 e 49 anos, 10 a 12 milhões destes casos no Brasil”.

Conforme o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais, em dados divulgados em 2018, de 1980 ao mês de junho de 2018, foram apontados 926.742 casos de AIDS no Brasil, o qual tem catalogado por ano a média de 40 mil casos nos últimos cinco anos. Desde 2013, os casos do vírus foram se reduzindo, ano em que atingiu 43.269 casos; em 2017, foram registrados 37.791 casos.

De acordo com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (2018), a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que ocorra mais de um milhão de casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) por dia na Terra. Ao ano, estimam-se aproximadamente 357 milhões de novas infecções de HPV, clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase. Mesmo com a

promoção de campanhas de incentivo à utilização de preservativo, somente pouco mais da metade dos jovens de 15 a 24 usa o emprega nas relações sexuais.

Estudos confirmam que os adolescentes tem conhecimento sobre a aids, mas possuem dúvidas sobre questões básicas de prevenção e que esse conhecimento, ainda, não resulta na adoção de práticas de prevenção, o que demonstra o hiato entre a preocupação em relação à doença e aos baixos níveis de comportamentos preventivos. (BORGES; MEDEIROS, 2006; OLIVEIRA; DIAS; SILVA, 2005; VIEIRA *et al.*, 2004 *apud* TOLEDO, 2008, p. 29).

A Organização Mundial da Saúde estabelece a adolescência como o período que começa aos dez anos e termina aos 24, estando intercalada com a juventude, estendida até essa idade. De efeito, a OMS divide a adolescência em três fases, sendo dos dez aos 14 anos um período considerado como pré-adolescência; dos 15 aos 19 anos completos, adolescência, e dos 15 aos 24 anos, juventude.

Entendemos adolescente com suporte no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, que a define assim: “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (*apud* DIGIACOMO; DIGIACOMO, 2010, p. 4).

[...] atualmente, tem-se usado agrupar ambas denominações – adolescência e juventude ou adolescentes e jovens – em programas comunitários, englobando estudantes universitários e também os jovens que ingressam nas forças armadas ou participam de projetos de suporte social, denominado de protagonismo juvenil. O termo adolescência parece estar associado às teorias psicológicas que consideram o pessoa como ser psíquico, moldado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude está relacionado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece [...]. (EISENSTEIN, 2005; SILVA; LOPES, 2009; BRASIL, 2013d; FELTES FILHO, 2013, *apud* BRUM, 2017, p. 30).

Para Figueiredo (2008, p. 12), as experiências sexuais da pré-adolescência tendem a ser mais intensas, definindo gostos e preferências de cada um para a maioria, no exercício da prática sexual completa. “Essa solidificação do processo de autocohecimento leva à noção da orientação sexual homo, hetero ou bissexual pelo pessoa”.

Segundo Eisenstein (2005), a adolescência é o período de passagem da infância para a vida adulta e tem como características os impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social; é também caracterizada pelos esforços do sujeito em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade.

Toledo (2008) caracteriza a adolescência como uma fase de descoberta, o que inclui as experiências sexuais e novidades do próprio corpo. O adolescente, na procura pelo exercício da sexualidade, inicia a atividade sexual cada vez mais precocemente, e, segundo Mello *et al.* (2005 *apud* TOLEDO, 2008), ele é influenciado “[...] culturalmente e pelos meios de comunicação; geralmente acontece sem nenhuma orientação acerca dos métodos contraceptivos e de prevenção às DST/AIDS”. (TOLEDO, 2008, p. 29).

Estar vulnerável é expresso por alguns autores como condição inerente ao ser humano. Compreende a complexidade e diversidade destes, especialmente quando se trata de adolescentes (AYRES, 2003; BRÊTAS, 2011). Chamis (2010) corrobora ao descrever que as vulnerabilidades lhes são atribuídas pela dificuldade dos adolescentes em prever riscos devido ao pensamento mágico de que nada lhes acontece. (BRUM, 2017, p. 40).

A dimensão social da vulnerabilidade compõe as características a partir do que é socialmente construído, envolve relações de poder, normas, possibilidades de acesso à vida material, à cultura, à política. Assim, a situação de cada sujeito na organização social pode determinar sua condição de acesso a bens de consumo, serviços, conhecimento e direitos sociais, como a saúde. (BENEDETTO; SILVEIRA, 2013 *apud* BRUM, 2017, p. 41).

A insuficiência das ações de educação em saúde dirigidas à prevenção das DSTs/AIDS junto aos adolescentes é indiscutível, haja vista, como já abordado, o fato de ser um período em que as informações são necessárias para se promover uma adolescência de autocuidado. Acredita-se que a caracterização da vulnerabilidade à infecção pelo HIV envolve três dimensões – individual, social e programática. A individual se refere às informações que a pessoa tem sobre o problema e à possibilidade de empregá-las para a proteção; a social envolve aspectos que dependem do acesso aos meios de comunicação, disponibilidade de recursos materiais e fatores políticos. A programática coincide com os programas de prevenção e cuidado, as políticas públicas oferecidas pelo Estado, devendo estas ser disponibilizadas de modo efetivo e democrático (AYRES *et al.*, 2009). Dessa maneira, haverá subsídios concretos, isto é, aderentes à realidade do adolescente para o planejamento e desenvolvimento de ações protetoras contra as condições que determinam a ocorrência da infecção.

A adolescência é caracterizada pela vulnerabilidade decorrente das características da própria idade, da falta de habilidades para a tomada de decisões, das dificuldades e, por que não dizer, da inexperiência destes jovens ao lidarem com os seus sentimentos e com os sentimentos dos outros, bem como da responsabilidade nem sempre existente ao se envolverem em relacionamentos afetivos e sexuais. Esse aspecto do desenvolvimento adolescente representa uma condição de vulnerabilidade às DST e à AIDS. (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 834).

As ISTs estão entre os problemas de saúde pública mais comuns no mundo e causam influência significativa, tendo como consequência um crescente aumento da infertilidade em ambos os sexos, quando transmitidas da mãe para o filho. Denotam, ainda, como consequências, possíveis perdas gestacionais ou, também, doenças congênitas e, assim, o risco aumentado de a pessoa ser infectada pelo vírus HIV.

De acordo com o *Boletim Epidemiológico HIV/Aids* (2018), o número de infecções em relação aos sexos mostra diferenças regionais significativas, mesmo havendo, em todas elas, a predominância de casos do sexo masculino. Isso varia também de acordo com a faixa etária; ainda segundo o *Boletim* (2018), observa-se que, desde 2009, entre os jovens de 13 a 19 anos, houve uma tendência de aumento das infecções entre os homens. Em todas as regiões do Brasil, a principal via de transmissão entre homens e mulheres, com 13 anos de idade ou mais, foi a via sexual.

O Ministério da Saúde destaca que, na mesma faixa etária (13 a 19 anos), pôde-se verificar que o número, em 2007, considerando os sexos, era de oito casos em homens para cada dez em mulheres, passando para 22 casos em homens para cada dez em mulheres no ano de 2017. Em relação à faixa etária, no entanto, não foram observadas diferenças expressivas no ano de 2017 entre os coeficientes de mortalidade por sexo em pessoas de até 19 anos. Em todas as demais faixas etárias, o coeficiente de mortalidade é maior em homens. No geral, os coeficientes de mortalidade em menores de 14 anos expressaram tendência de queda nos últimos dez anos, mais acentuadamente em menores de cinco anos. Entre os jovens de 15 a 19 anos, notou-se uma tendência de aumento, especialmente entre mulheres; entre os homens, a tendência é linear (*Boletim Epidemiológico HIV/AIDS*, 2018).

O Brasil avançou no controle da transmissão do HIV de mães para bebês. A chamada transmissão vertical do vírus da aids caiu pela metade entre 1995 e 2015. No entanto, de 2004 a 2015, o número de novos casos entre meninos e meninas de 15 a 19 anos aumentou 53%. (UNICEF).

Conforme a UNICEF, o Brasil possuía, em 2016, uma população de 206,1 milhões de pessoas, segundo estimativa do IBGE;

destes, 57,6 milhões têm menos de 18 anos de idade. São, pois, milhões de pessoas que possuem direitos e deveres e necessitam de condições para desenvolver com plenitude todo o seu potencial.

Para que se alcance a dignidade humana, faz-se necessária a educação como base, visto que ela é “[...] um veículo que transita entre os valores sociais.” (GOMES; JUNIOR; JOB, 2017, p.269). Discutir sobre a temática IST no ambiente escolar é de grande relevância, pois faz parte da educação do jovem para a vida em sociedade. Desse modo,

[...] a Constituição Federal consagrou em seu artigo 6º a educação como um direito social, um dos mais importantes, justamente por ter o objetivo de criar para a sociedade pessoas capazes de se desenvolverem e adquirirem o mínimo necessário para sua sobrevivência em sociedade. (GOMES; JUNIOR; JOB, 2017, p. 269).

A discussão acerca da importância de tratar sobre as ISTs-HIV/AIDS nas escolas não é novidade. No ano de 2003, foi lançado o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Seu início, como exprime o *Guia HQ SPE*, foi basilar para integração saúde-educação, fortalecendo a escola e tendo nela o melhor espaço para a articulação das políticas para adolescentes e jovens.

Mais do que isso, enfatiza a participação dos sujeitos desse processo – estudantes, famílias, profissionais da educação e da saúde – como fundamentais na redução das vulnerabilidades de adolescentes e jovens às DSTs, à infecção pelo HIV e aids. (*HQ SPE*, 2010, p. 7).

Esse projeto tinha como um de seus objetivos

[...] incentivar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, com a redução da incidência das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV na população jovem (*HQ SPE*, 2010, p. 7).

Em demanda realizada com adolescentes de duas escolas do Rio de Janeiro, Oliveira *et al.* (2009) demonstram que, no atinente à procura de informações sobre saúde (e, portanto, também sobre doença), a maioria das respostas atribuídas pelos jovens se relaciona à família (20,4%), seguida de um percentual de 19,7% que tem como fonte os postos de saúde, 18,7% jornais e revistas, 16,9% rádio e televisão, 14,2% amigos e apenas 10,1% a escola. A escola e os professores, como se pode observar, tiveram pouca citação entre os adolescentes.

A escola foi o meio menos procurado para se obter informações sobre a saúde, quando deveria ser um dos principais meios para este tipo de ação, pois é lá que o jovem passa considerável parte do seu tempo e é para este universo que leva suas dúvidas. A escola é um espaço social significativo para onde o adolescente pode levar suas experiências de vida, suas curiosidades, fantasias, dúvidas e inquietações sobre a sexualidade. Este fato demonstra a necessidade de maior compreensão das dificuldades dos professores em abordar o tema, bem como das suas representações, de forma que a escola exerça um dos seus principais papéis na sociedade: a de educadora e de formadora de conceitos e representações. (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p. 840).

Ainda de acordo com Oliveira *et al.* (2009), o ambiente escolar tem um sentido particular na vida dos jovens, uma vez que proporciona o exercício de sua identidade, transpondo a família. Permite, então, que se estabeleçam “[...] contatos com contextos ricos e diferenciados e cria condições para a produção e o acesso a novos saberes e ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado”. (OLIVEIRA, *et al.*, 2009, p. 840). Destarte, é perceptível a relevância do debate sobre os temas transversais nas escolas, uma vez que permite o autoconhecimento, contribui com a socialização dos jovens para superação de tabus e a vivência de uma adolescência saudável.

Infecções Sexualmente Transmissíveis: Relato de Experiência

A adolescência, como já expressei, é uma quadra do desenvolvimento humano caracterizada por descobertas, curiosidades e, com isso, pela iniciação de uma vida sexual ativa. Assim, torna-se necessária a discussão acerca de temas transversais no âmbito escolar, com vistas a estimular os jovens a desenvolverem a autonomia do cuidado com sua saúde.

Destarte, é importante destacar que as temáticas transversais devem ser incorporadas às disciplinas curriculares, com o objetivo de se efetivar um trabalho educativo no ambiente escolar. A denominação “transversal” ocorre pela maneira como são organizadas, objetivando conduzir informações e facilitando a compreensão social sobre temáticas relevantes da vida cotidiana dos jovens.

Compreendemos que a sexualidade na adolescência deve ser algo acompanhado pedagogicamente, para que estes a desenvolvam de maneira responsável, conhecendo prazeres e riscos. Desse modo, a educação sexual tem como finalidade abordar não só aspectos fisiológicos, mas também dimensões sociais às quais estão interligados, projetando uma orientação para promover o autocuidado.

Ante o exposto, detalhamos a experiência no ambiente escolar, ao fazer referência à temática *ISTs – HIV/AIDS, como posso me prevenir?* Este relato retrata o conteúdo da 5ª oficina do Projeto *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, com estudantes do Instituto Federal do Ceará (IFCE), *Campus Iguatu*. A turma, formada por apenas 13 estudantes, é consideravelmente pequena e composta por alunos com faixa etária de 15 a 17 anos.

As atividades foram desenvolvidas por discentes do curso de Serviço Social do IFCE. A ordem de planejamento da oficina ocorreu em seis etapas. Os recursos didáticos usados em cada

fase foram escolhidos conforme critério de melhor adequação ao assunto a ser trabalhado no dia. Foram empregados exposição dialogada, dinâmicas de grupo e filme comentado.

Na primeira, foi realizada a dinâmica do círculo, triângulo e quadrado. O círculo representava as pessoas protegidas (no caso, utilização da camisinha). O triângulo significava a pessoa infectada com a Aids. Por fim, o quadrado configurava as pessoas desprotegidas. Foram distribuídas tarjetas nas quais já havia um dos símbolos. Apenas uma pessoa recebeu a tarjeta do triângulo. Com o auxílio de música, os estudantes deveriam caminhar pela sala até que a música parasse, momento em que eles conversariam com o colega mais próximo, adicionando o símbolo na sua tarjeta. Ao final da troca de símbolos, foi promovida uma reflexão, destacando os significados do círculo, triângulo e quadrado, enfatizando a importância da relação sexual protegida.

No segundo momento, houve a exibição do vídeo *AIDS – O que é AIDS/HIV?*, em que foram mostrados os significados dos termos, as maneiras de contrair e prevenir, os mitos, os sintomas e o tratamento. Em seguida, foi realizado um debate acerca do que foi assistido. Indagamos sobre o que foi entendido em relação ao assunto, o que já sabiam, quais as dúvidas e os mitos que acreditavam ser verdadeiros. Dessa maneira, fomos desmistificando os equívocos expressos em suas falas.

Na terceira etapa, ocorreu uma explicação sobre infecções sexualmente transmissíveis, como sífilis, gonorréia, HPV, herpes genital, clamídia, candidíase, cancro, *Mycoplasma genitalium*, denovanose, hepatite e tricomaníase. Foi utilizado o subsídio de gravuras de tais infecções para que os estudantes observassem as manifestações e, assim, discutimos modalidades de contrair a patologia, proteção, tratamento e sintomas.

Na quarta etapa, foi realizada a dinâmica “o repolho”, com perguntas relacionadas à matéria. A dinâmica prosseguiu com a

formação de um círculo, ocasião em que os estudantes deveriam passar o repolho ao som de uma música e esta, quando cessada, indicaria que o estudante que estivesse com o repolho deveria responder à pergunta escrita na folha.

Durante as atividades, os discentes de Serviço Social procuraram manter um diálogo com os estudantes, incentivando-os a expor seus conhecimentos e experiências, bem como suas dúvidas e inseguranças em relação ao conteúdo trabalhado. No último instante, foi realizada a avaliação da oficina. Desenvolver essa intervenção foi vista pelos alunos graduandos como um grande desafio. Pudemos perceber que ensinar a uma turma de adolescentes, mesmo que pequena, demandou mais do que o simples conhecimento teórico sobre o assunto, pois exigiu competência para decidir qual o melhor método didático a desenvolver para obter a atenção dos estudantes.

O objetivo da oficina foi alcançado, pois as informações sobre ISTs e AIDS foram repassadas, considerando que a turma interagiu com as temáticas transmitidas. Evidenciamos que a interação dos alunos de uma mesma instituição e com idades próximas faz com que os adolescentes desenvolvam laços de confiança, conseguindo relatar suas vivências, medos e dúvidas com bastante facilidade.

Foram observados atritos entre os adolescentes, o que é bastante comum de acontecer entre jovens na sua vivência diária. Constatamos, também, o desrespeito por opiniões expostas durante a oficina, bem como opiniões machistas advindas da reprodução de ideias decorrentes do *popularibus intellectus* (senso comum), baseadas nos ideais do sistema capitalista e patriarcal em que vivemos. Isso sinaliza a necessidade de se discutir temas transversais nas escolas, pois, ante o evidenciado, é possível observar o quanto esses momentos são relevantes para estabe-

lecer paradigmas que rompam com uma sociedade patriarcal, sexista, homofóbica etc. Esse momento também revelou a ausência de espaços de orientação sexual, uma vez que ficou evidente a lacuna de ações de educação em saúde para esses adolescentes, tanto no ambiente escolar quanto nas instituições de saúde do Município *locus* do experimento. Impõe-se destacar a necessidade de que haja ações efetivas e que garantam a intersectorialidade das políticas sociais, na busca de perceber e debater as especificidades que envolvem a adolescência.

Considerações Finais

Com amparo nos elementos apontados, concluímos que, mesmo com todas as informações, dados e propagandas difundidos sobre a matéria, ainda é necessária uma boa assistência às ISTs. São indescartáveis uma educação que conduza informações à população acerca dos riscos de uma relação sexual sem proteção, o conhecimento sobre o que é o SUS e a garantia de acesso fácil e não discriminado ao sistema público de saúde, uma vez que faltam serviços de saúde específicos para o público adolescente, desconsiderando as especificidades que envolvem essa fase de desenvolvimento biológico e psicossocial.

Destacamos, por oportuno, o fato de que a interação de alunos de uma mesma instituição e com idades próximas fez com que os adolescentes desenvolvessem laços de confiança, alcançando relatar suas vivências, medos e dúvidas com bastante facilidade. Com isso, a oficina conseguiu obter alguns avanços, como a desmistificação de tabus, ao operar com métodos que podem ser utilizados para prevenção.

Como expressa Figueiredo (2008), é preciso respeitar a sexualidade do adolescente, suas sensações e práticas, encarando-as como

sérias e íntimas. Todos os exercícios sexuais no período da adolescência precisam ser subsidiados de ações e orientações preventivas quanto às infecções sexualmente transmissíveis, visto que quase todos os jovens terão a vida sexual iniciada nesse período.

É inegável que as ISTs e Aids ainda atingem grande parcela da população, principalmente jovens, mesmo havendo informações para que haja a prevenção nas modalidades de contágio da doença. Concluimos, pois, que essa parcela da população necessita que a educação acerca do assunto seja intensificada em todos os espaços e políticas, inclusive no âmbito escolar.

Do mesmo modo, faz-se importante que haja diálogos multidisciplinares e transdisciplinares, com enfoque em temas transversais que proporcionem a autonomia e o autocuidado desses adolescentes, especialmente nas áreas da educação e da saúde, propiciando, assim, o estímulo para que esses jovens procurem os serviços de saúde.

Evidenciamos o fato de que trabalhar com adolescentes demanda uma prática pedagógica diferenciada, levando em conta a especificidade da fase da vida em que eles se encontram. O campo da universidade como núcleo formador de profissionais deve objetivar o desenvolvimento de atividades como esta, que permitam uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esse tipo de experiência contribui bastante para o crescimento profissional dos graduandos como futuros assistentes sociais, haja vista que têm êxito na proximidade com seus usuários, promovendo informações e a autonomia destes.

Referências Bibliográficas

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita; *et al.* Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In:

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita, *et al.* **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo. HUCITES/FIOCRUZ, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 140 p. (Série Manuais, n. 68, v. 1.)

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério de Saúde. (Biblioteca virtual em Saúde Pública). **Boletim Epidemiológico HIV/Aids (2018)**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaid-2018>www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRUM, Maria Luiza Bevilaqua. **Percepções de adolescentes frente as IST/HIV/AIDS: demandas de cuidado à saúde na perspectiva das vulnerabilidades**. 2017. 253f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DANTAS, Nara Maria. **Adolescência e psicanálise: uma possibilidade teórica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2002.

DIGIACOMO, Murillo José; DIGIACOMO, Ildeara Amorim. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 2010. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolesc Saude**, v. 2, n. 2, p. 6-7. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167. Acesso em: 13 jul. 2019.

FERRÃO, V. S; POLI, M. C. Adolescência como tempo do sujeito na psicanálise. **Adolesc Saude**, v. 11, n. 2, p. 48-55, 2014.

FERRAZ, Dulce; PAIVA, Vera. In: Sexo, direitos humanos e AIDS: uma análise das novas tecnologias de prevenção do HIV no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18 supl.1, p. 89-100, 2015. versão On-line ISSN: 1980-5497.

FIGUEIREDO, Regina *et al.* **Sexualidade, prática sexual na adolescência e prevenção de DST/AIDS e gravidez não-planejada, incluindo contracepção de emergência**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2008.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000100013&lng=pt&nr-m=iso>. acessos em 29 ago. 2019.

GESTEIRA, Poliana. **Conhecimentos Específicos de Técnico de Enfermagem - 2017**. Estratégia Concursos (Livro Eletrônico) Disponível: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/main/downloadPDF?aula=135825>. Acesso em: 14 jul. 2019

JOB, Anna Carolina Geschwind; PEDROTTI JUNIOR, Carlos Alberto Herrmann; GOMES, Aline Antunes. A importância da educação e dos movimentos estudantis na luta pelos direitos no Brasil. **Revista do Seminário de Educação de Cruz Alta-RS**, v. 5, n. 1, p. 263-271, 2017.

NADAL, Sidney Roberto; MANZIONE, Carmen Ruth. Identificação dos grupos de risco para as doenças sexualmente transmitidas. **Rev. Bras. Coloproct**, v. 23, n. 2, 2003.

OLIVEIRA, D. C. de *et al.* Conhecimentos e práticas de adolescentes acerca das DST/HIV/AIDS em duas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro. **Esc. Anna Nery Rev Enferm**, v. 13, n. 4, p. 833-41, 2009.

SILVA, Valéria. **Ensino, pesquisa e extensão**: uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. Vitória, 2011. Base de dados do Scielo. Disponível em: <https://docplayer.com.br/74229431-Ensino-pesquisa-e-extensao-uma-analise-das-atividades-desenvolvidas-no-gpam-e-suas-contribuicoes-para-a-formacao-academica.html>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SÍNDROME. Dicio. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SOUZA, B. B; VASCONCELOS, C. C; TENÓRIO, D. de M; LUCENA, M. G. A; HOLANDA, R. L. T. de. A Política de AIDS no Brasil: uma abordagem histórica. **JMPHC - Journal of Management & Primary Health Care**, v. 1, n. 1, p. 23-26, 2010.

TOLEDO, Melina Mafra. **Vulnerabilidade de adolescentes ao HIV/AIDS**: revisão integrativa. (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, 2008.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Cícera Yanka de Souza Dias¹

John Mateus Barbosa²

Talita de Freitas Lima³

Sexualidade e Métodos Contraceptivos na Adolescência

Como os Jovens Lidam com o Sexo

¹ Graduanda em Serviço Social no IFCE- **Campus** Iguatu. E-mail:yanka.souza1@gmail.com

² Professor EBTB do Instituto Federal do Ceará - IFCE, **Campus** Iguatu, Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Membro do Gestor - *Grupo de Pesquisa em Gestão e Políticas do Tempo Livre*. Membro do GPPEL - *Grupo de Pesq. Transdisciplinar em Formação Docente, Educação Inclusiva, Ensino de Línguas e Literatura nas Relações Sócio-Políticas do Campo (Grup. Pes. e Est. em Educação, Linguística e Letras-GPEL)*. E-mail: johnmateusbar@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social no IFCE- **Campus** Iguatu. E-mail:talitaafreitas87@gmail.com

Introdução

Descrevemos neste segmento a prática desenvolvida numa oficina, parte de dez intervenções ocorridas durante a execução do Projeto *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*. Este experimento foi realizado no Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará - *Campus Iguatu* com estudantes do ensino médio.

Com vistas a facilitar a compreensão do assunto abordado, este módulo foi dividido em dois subcapítulos. A primeira parte, intitulada *Crise do Capital, Adolescência e Métodos Contraceptivos*, reporta-se aos conceitos sobre adolescência e ao conjunto dos fatores que constituem sua história; exprime, sucintamente, a definição de métodos contraceptivos, sua historicidade, dados acerca dos tipos, quais os mais comuns e os mais usados/conhecidos pelos adolescentes. Revela, ainda, indicadores dos Ministérios da Saúde e da Educação.

Na segunda parte, é narrada a experiência da oficina, que indica os métodos utilizados para tratar o tema com os adolescentes, bem como são expressos os obstáculos e dificuldades encontrados e, ainda, a contribuição dessa atividade no cotidiano dos adolescentes e acadêmicos de Serviço Social.

É relevante destacar o fato de que a adolescência é uma quadra do desenvolvimento e se exhibe em distintas modalidades para cada adolescente. Em alguns casos, essa ocasião de descobertas e de novas responsabilidades é compreendida sem grandes problemas, mas, para outros grupos, pode se manifestar como um algo caótico, em que são necessárias orientações conducentes a esse caminho, ressaltando que a família deve ser um lugar seguro e aberto para os questionamentos.

Além dessa complexa configuração que envolve a fase da vida aqui destacada e o deficiente diálogo no âmbito familiar,

a mídia potencializa essa realidade como um eficiente veículo que bombardeia os adolescentes com os mais variados informes, o que neles desperta a curiosidade. Salientamos que esse modelo tem influência direta na formação desses adolescentes. As informações, no entanto, em sua maioria, não são repassadas corretamente, o que pode direcioná-los a escolhas equívocas. De fato, esses dados chegam para os jovens sem que haja um controle de como serão absorvidos por eles. É possível inferir que esse caráter alienante assumido pela mídia é funcional aos interesses do capitalismo, sob a perspectiva de legitimar, garantir e ampliar a reprodução desse sistema.

A disseminação desenfreada desses informes contribui na iniciação precoce da vida sexual desses jovens, em que aspectos sobre sexualidade ainda não lhes foram totalmente desvelados. De acordo com a literatura, adolescentes do sexo feminino são as principais afetadas, como aponta o Censo de 2010, pois 2,9% das meninas já tinham tido pelo menos um filho no período de dez a 17 anos. Das adolescentes nessa mesma idade que nunca viveram com um cônjuge, cerca de 1,3% já haviam tido filho, enquanto mais de 40% das que tinham vivido com o companheiro tinham ao menos um filho (UNICEF, 2017).

Por tais razões, evidenciamos que a principal maneira de prevenção quanto às situações retrocitadas são os métodos contraceptivos, que hão de ser adotados por pessoas que têm vida sexualmente ativa e a sua utilização deve se constituir como resultado de uma decisão consciente, pois se faz necessária a orientação de um profissional de saúde que avalie a melhor opção, dentre tantas, de acordo com a necessidade da pessoa.

Observamos que a contracepção abrange inúmeras complicações até no estágio da vida adulta e, na adolescência, as dimensões dessa prática podem ter faces ainda mais complexas,

considerando todas as circunstâncias materiais e subjetivas que envolvem essa etapa do desenvolvimento humano.

É consabido o fato de que são múltiplos os aspectos a envolverem o não uso de métodos contraceptivos pelos adolescentes, “[...] tais como: influência dos meios de comunicação e da mídia, redução de tabus e inibições sexuais, falta de diálogo e desestruturação familiar, distanciamento entre os conteúdos ministrados em sala de aula e a realidade”. (MENDONÇA; ARAÚJO, 2009). Esses aspectos, malgrado possuírem autonomia e se referirem a determinadas partes da realidade social, se conectam à totalidade do modo de produção capitalista que rege as relações sociais, as quais recebem todos os influxos das crises desse sistema e são submetidas à sua ideologia dominante.

Adolescência e Métodos Contraceptivos

A adolescência, em ultrapasse ao que é natural, constitui, também, produto sócio-histórico, e conforma relevante período na elaboração psicossocial dos sujeitos. É um estágio representado, essencialmente, por modificações físicas e mentais, compreendendo uma das fases da vida, sendo a passagem e a mediação da infância à vida adulta.

É um período da vida fortemente caracterizado por ligeiras e profundas alterações do desenvolvimento biológico, psicológico e social. Primeiramente, acontecem as transformações biológicas, sob as quais o corpo do adolescente começa a se modificar, sucedendo rápida aceleração do crescimento esquelético. São os primórdios do desenvolvimento sexual, nas meninas e nos meninos, indicando que as mudanças estão cada vez mais próximas, iniciando a puberdade, tempo que marca a adolescência (LEVISKY, 2013, p. 6).

Faz-se necessário ressaltar que adolescência também expressa conceituação e níveis de compreensão que se distinguem de acordo com o contexto histórico. Quanto a isso, Ariès, em sua obra intitulada *História Social da Criança e da Família* “1986”, faz um apinhado das mudanças que ocorreram no papel social das crianças e adolescentes no desenrolar da história, na qual evidencia que

[...] tem-se a impressão, portanto, de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX. (1975, p.37).

Na Idade Média, não havia consciência nem determinação quanto à etapa da vida aqui abordada. O crescimento era concebido somente como ampliação e desenvolvimento dos caracteres físicos e amadurecimento mental. Nesse período, as crianças e adolescentes não dispunham de papel específico no âmbito familiar e eram mantidas em relação de igual medida para com os adultos, principalmente no campo do trabalho.

No momento histórico em destaque, e em conformidade com a obra de Ariès, é possível observar que inexistia a própria ideia de sentimento dos pais em relação aos filhos menores, em razão da prole em grande quantidade e da elevada taxa de mortalidade infantil nessa quadra. Havia banalização e escassez dos cuidados que deveriam ocorrer nesse intervalo etário. O autor destaca essa naturalização da morte ou qualquer outra modalidade de perda.

De onde tirastes a ideia, meu irmão, vós que possuíis tantos bens e tendes apenas uma filha - pois não conto a pequena - de mandar a menina para um convento? A pequena não contava porque podia desaparecer. Perdi dois ou três filhos pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero. (p. 143).

A compreensão quanto a essa fase da adolescência transitou por modificações ao decurso temporal. Assim, apenas no século XX, a ideia desse tema auferiu maior expressividade, quando essa parte da vida passou a ser tratada de acordo com os limites físicos e intelectuais característicos desse ciclo vital. Anteriormente, as crianças e adolescentes eram vistos como pessoas de tamanho diminuto, de sorte que aprendizagem, socialização e descobertas sobre a vida eram reduzidas e canalizadas, principalmente, para a realização do trabalho.

Impende mencionarmos que o novo papel das crianças e dos adolescentes, assim como seu lugar no mundo, estão em concordância com as novas relações de trabalho, organização social e política que a sociedade passou a estabelecer. Como há pouco citado, foi em meados do século XX que a determinação sobre adolescência acolheu novos contornos, acompanhando e recebendo influência desses acontecimentos.

Faz-se importante destacar o fato de que, nesse período, a urbanização¹ estava sob crescente progresso, como ocorria com a intensificação da indústria, que, na perspectiva de Henri Lefebvre (2001), é a motriz das transformações e caracteriza a sociedade moderna. Uma das principais modificações desse momento foi o deslocamento dos grupos rurais para o âmbito urbano, buscando melhores condições de vida oferecidas por esse novo movimento inerente ao modo de produção capitalista.

Ante essas novas circunstâncias, as relações se fizeram complicadas, especialmente no mundo laboral, pois, então, em decorrência da crescente demanda do capitalismo, era necessária intensa e disponível força de trabalho². Nesse sentido, é relevante mencionar o fato de que as mulheres, crianças e adolescentes aí se inseriram. Compreensível, no entanto, é que a atuação das mulheres foi objeto de vários ataques, principalmente por pre-

textos morais, porquanto predominava o pensamento arcaico de que as elas deveriam se dedicar ao gerenciamento dos lares e aos cuidados para com filhos e maridos.

Essa ocorrência intensificou a luta feminista, que teve início³ no íntimo da Revolução Francesa e reivindicava condições de igualdade nessa sociedade e direitos que privilegiassem as diferenças entre homem e mulher. Foi em razão das pressões exercidas na contextura do movimento feminista que as mulheres obtiveram algumas conquistas, estando entre elas o acesso ao mercado de trabalho. Lícito é ressaltar, porém, que esses direitos, apesar de conquistados, foram moldados de acordo com os interesses e são funcionais ao modo de produção capitalista.

Outro ponto importante nas grandes conquistas e mudanças, foi ainda na segunda metade do século XVIII, com a vinda da Revolução Industrial, que acabou por absorver de forma importante a mão-de-obra feminina pelas indústrias, com o objetivo de baratear os salários, trazendo definitivamente, a inserção da mulher na produção. (LOPES *apud* BAYLÃO; SCHETTINO, 2014, p. 3).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho resultou em diversas mudanças na estrutura e organização das famílias, pois, ante essa nova configuração, a dependência financeira em relação à figura masculina diminuiu e a idade para estabelecer uma união matrimonial também foi alterada. As características há instantes mencionadas tiveram implicações no crescimento populacional, pois, com a incorporação da força de trabalho feminina à produção e com o avanço da ciência na criação de métodos eficazes na contracepção, as mulheres reduziram em grande escala o número de filhos.

[...] as taxas de crescimento demográfico começaram a baixar após a segunda metade do século XX. A urbanização provocou

transformações sociais que ajudam a explicar essa redução dos índices de natalidade, como: o trabalho familiar, o custo da criação dos filhos, o trabalho da mulher e os métodos anticoncepcionais. (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002 *apud* SILVA *et al.*, 2015, p. 119).

Mediante o exposto, compete citar que os métodos anticoncepcionais, em destaque a pílula anticoncepcional, representam importante componente no controle de natalidade, no planejamento adequado para uma gestação desejada e como objeto de autonomia feminina em relação ao uso do seu corpo. Por ser um método controlado pela própria mulher, teve grande aceitabilidade pelo público feminino, considerando que, até os anos de 1950, um dos recursos de contracepção mais utilizados era o preservativo masculino, prevalecendo, portanto, a decisão do homem.

No desenvolver dos Cinquenta, os Estados Unidos iniciaram a produção dos primeiros contraceptivos orais, realizando a distribuição em 1960. A sua utilização ganhou intensiva expressividade em decorrência da sua eficaz contribuição no controle populacional e no planejamento familiar. Com a descoberta dos efeitos colaterais, todavia, o movimento feminista⁴ se apropriou de várias críticas ao método, em especial, porque este não oferece proteção contra as doenças sexualmente transmissíveis. Com isso, podemos inferir que a utilização dos métodos deve ser resultado de uma escolha consciente, merecendo maior atenção os anticoncepcionais orais, que devem ser acompanhados por orientação médica.

Na contemporaneidade, testemunhamos a intensificação criativa de várias modalidades de anticoncepção, sendo estas compreendidas em: coito interrompido⁵ e tabela, que são métodos comportamentais; preservativo masculino, diafragma e dispositivo intrauterino (DIU), métodos de barreira; anticoncepcional oral combinado (pílula anticoncepcional), anticoncepção de emergência, anticoncepcionais injetáveis, como métodos hormonais; laqueadura tubária e vasectomia, que consistem em métodos cirúrgicos.

É possível observar que é corrente a banalização no uso e não uso dos métodos de contracepção. E o público mais atingido com esse problema é o dos adolescentes. Tendo em consideração todas as particularidades mencionadas, ao perpassarem esse estágio do desenvolvimento humano, jovens e adolescentes constituem potencial parcela vulnerável ao uso incorreto dos contraceptivos. Ora, se essa decisão conforma algo delicado e complexo, até mesmo no período da vida adulta, esse fato se intensifica na adolescência.

No Brasil, observamos que existe pesado estigma que envolve a utilização dos métodos de anticoncepção, pois o País ainda arrasta um profundo vínculo com a tradição católica, adensando o posicionamento conservador quanto a sexualidade e reprodução humana. Em decorrência desse fator, grande parte dos adolescentes é privada de informações essenciais quanto ao ato sexual e modos de contracepção. Além disso, somam-se outros aspectos que não podem ser desconsiderados, como a realidade econômica e social na qual esses jovens estão inseridos.

Como destacado por Carmen Barroso (2016), integrante do Painel Independente da Estratégia Global sobre Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes da ONU,

[...] apesar de o Brasil ter avançado nas últimas décadas na disseminação do uso de anticoncepcionais [...] entre as adolescentes de classes mais baixas o acesso a esses métodos ainda é deficiente. (ONU, 2016).

Na informação advinda de Figueiredo (2008), mais de 60% dos jovens de até de 19 anos declararam ter feito uso de preservativo em sua primeira relação sexual.

Essa escala de riscos e o processo de aprendizado das noções de prevenção revelam a exposição dos jovens aos problemas constatados atualmente: apesar da maior adesão ao uso de camisinha

na primeira relação sexual (apontado por 65,2% dos jovens brasileiros segundo o Ministério da Saúde), a prática sexual anterior ao uso de qualquer contraceptivo ainda ocorre para muitos e dura, em média, cerca de 1 ano; a gravidez costuma ocorrer antes, nos primeiros 6 meses após o início desta prática. Isso explica porque a UNICEF constatou que 16% das adolescentes haviam engravidado, 13% tinham filhos e, das com vivência de gestações, 29% haviam tido algum aborto. (p. 14).

Conforme o Ministério da Saúde (2017), os métodos contraceptivos ofertados pelo SUS podem ser disponibilizados para adolescentes de acordo com as especificidades de suas condições individuais.

O uso de preservativos, masculinos ou femininos, por pessoas sexualmente ativas é o método mais eficaz para a redução do risco de transmissão do HIV e de outros agentes sexualmente transmissíveis. É o único método que oferece dupla-proteção, ou seja, é eficaz tanto para a redução do risco de transmissão do HIV e outras DST, quanto para contracepção. A disponibilidade do preservativo distribuído pelo sistema público de saúde, entretanto, nem sempre é suficiente para suprir as necessidades dos usuários. Assim, é importante fortalecer a ideia de co-responsabilidade no suprimento deste insumo para o cuidado da saúde sexual e reprodutiva por parte de homens e mulheres. (BRASIL, 2005, p. 20).

Dessa maneira, é indiscutível a necessidade da educação sexual no âmbito escolar, principalmente nas escolas de ensino fundamental e médio, considerando que estes períodos abarcam o público focalizado. A educação sobre sexualidade é essencial no que tange a ações preventivas de inúmeras situações indesejadas, como infecções sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e as experiências sexuais traumáticas.

O acesso à informação de qualidade e às oportunidades para o exercício desses direitos individuais, sem discriminação, coerção ou violência, baseia as decisões livres e responsáveis sobre a vida sexual e a vida reprodutiva. É importante que a sociedade,

principalmente os/as profissionais de saúde, construa um novo olhar para a adolescência, reconhecendo esse grupo populacional como sujeito de direitos, o que exige novos modos de produzir saúde. (BRASIL, 2018, p. 49).

Salera Júnior (2011) ensina que, por serem reconhecidas como necessidades fundamentais do ser humano, a educação e a saúde, sempre foram tratadas como temas principais nas políticas públicas. Assere que o Governo brasileiro desenvolve diversas iniciativas na seara escolar numa perspectiva de melhorar a saúde dos estudantes. Inicialmente, estas experiências tinham como foco os cuidados de higiene, primeiros socorros, assistência médica e odontológica. Estas ações baseavam-se na ideia de que cada qual era responsável pela própria saúde.

Na perspectiva de Salera (2011), a ideia de educação para uma vida saudável ampliou-se consideravelmente, haja vista ser consensual a noção de que as condições indispensáveis para que as pessoas sejam “mais saudáveis” vão muito além da inculpação dos sujeitos. Assim, numa perspectiva menos individualista, a escola achou de tratar saúde como matéria oblíqua, na qual os assuntos relacionados a esta área passaram a ser abordados obrigatoriamente nas disciplinas, projetos e diversos setores educacionais.

De acordo com o Ministério da Educação, muitas expressões da “questão social” poderiam ser escolhidas como temas transversais para o trabalho escolar, pois o que os norteia - a conquista da cidadania e a democracia - são pontos envolvendo diversos aspectos e diversificadas dimensões da vida social (BRASIL, 1998).

[...] os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à in-

tervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões. (BRASIL, 1998, p. 26).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, a transversalidade refere-se à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados, os problemas da vida real e de sua transformação, compreendendo sobre a realidade, na realidade e a metamorfose da realidade. Com efeito, torna-se uma maneira de sistematizar esse trabalho e incluí-lo na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento durante a escolaridade (BRASIL, 1997).

Portanto, depreendemos a informação de que a adolescência e a sexualidade eram tratadas no Medievo sob uma óptica particular, considerando o metabolismo social fundado nas relações de produção daquela época. Sobre nítido, então, após análise, o fato de que as mudanças em torno da sexualidade na juventude estão intrinsecamente articuladas ao próprio movimento do capital em sua dinâmica histórica. Esses fragmentos da realidade social abordados neste texto não devem ser desarticulados das características e contradição inerentes ao modo de produção capitalista que está em constante modificação e rearticulação em virtude de suas crises cíclicas.

Oficina sobre Métodos Contraceptivos Realizada com Adolescentes

A garantia a informações e a educação em saúde reprodutiva e sexual são direitos dos jovens, assim como o acesso aos métodos

e meios que os auxiliem na prevenção as infecções transmitidas sexualmente e que, também, os ajudem a evitar uma gravidez não planejada, tendo, para tanto, sua liberdade de escolha respeitada.

É certo que a introdução de projetos educacionais nas escolas públicas torna o ensino e aprendizagem mais dinâmico. Em face do exposto, explanaremos a experiência vivenciada, no âmbito da qual o tema foi *Métodos Contraceptivos*.

Este relato se reporta à sexta atividade do projeto denominado *De mano para mano*, com apoio em orientações e debates críticos na senda de educação e saúde. Esta intervenção foi realizada por estudantes do curso de graduação em Serviço Social do IFCE – *Campus Iguatu*, com alunos do ensino médio da mesma instituição. A oficina exibiu os métodos contraceptivos, tipos, qual a sua função e que efeitos colaterais incidem no organismo.

Como já mencionado, a mediação foi realizada por estudantes de graduação, que participaram do projeto como bolsistas/voluntários. A oficina foi a estratégia escolhida para desenvolvimento da atividade, uma vez que a ideia principal consistia em dar ensejo à troca de conhecimentos e a experiências, com suporte na vivência destes adolescentes.

Os recursos instrutivos utilizados em cada passo da oficina foram propostos de maneira que melhor se adequassem ao tema abordado na ocasião, como exposição dialogada, material demonstrativo e dinâmica grupal. A intervenção ocorreu em três etapas.

A primeira atividade realizada pelo grupo de facilitadores foi uma roda de conversa, quando os estudantes puderam ter sanadas dúvidas referentes ao tema da oficina anterior, que se reportou a infecções sexualmente transmissíveis. Logo em seguida, foi realizada a explanação sobre as regras que iriam servir de parâmetro para a convivência em grupo durante as oficinas. Reportamo-nos à relevância da participação dos estu-

dantes, e estes foram esclarecidos de que poderiam se abster da participação quando da dinâmica.

No segundo momento, sucedeu o aprofundamento do tema, com a apresentação dos métodos contraceptivos por meio de itens demonstrativos. Sabendo-se que a carga horária disponibilizada era bastante reduzida, foi preciso que os bolsistas/voluntários definissem de antemão que métodos seriam mostrados, assim ficando estabelecido que trabalhariam com a abordagem da camisinha masculina e feminina, o dispositivo intrauterino (DIU), a pílula anticoncepcional, o diafragma, a pílula do dia seguinte, a injeção anticoncepcional e o adesivo.

Para este segmento, o IFCE forneceu os materiais necessários para que fosse possível realizar a demonstração de como usar os métodos citados. Durante a exibição dos métodos, várias dúvidas foram surgindo, sendo esclarecidas com o passar da exposição.

Seguindo a trajetória, os futuros profissionais de Serviço Social iniciaram a aplicação da dinâmica em grupo, com o intuito de trazer para a turma informes sobre a mudança que viria a ocorrer no caso de uma possível gravidez não planejada durante a adolescência.

Nessa ocasião da oficina - a terceira - houve a divisão dos alunos em três grupos e cada equipe recebeu uma folha de trabalho que continha quatro perguntas relacionadas às transformações e aos choques que uma gravidez na adolescência acarretaria em suas vidas. Durante a dinâmica, foram feitos novos esclarecimentos acerca da temática, trazendo para estes, ludicamente, que conflitos seriam enfrentados ao depararem nova responsabilidade, numa época em que ainda não se encontram “capacitados” para assumi-la. No decorrer da intervenção, as mudanças positivas e negativas foram sendo apontadas em diversas áreas, como: 1) Educação/Carreira, 2) Amigos/Vida Social, 3) Finanças/Dinheiro e 4) Rotina Diária.

Restou bastante positiva a participação dos alunos, uma vez que estes tiveram bastante interesse pelo assunto. Consideramos como positiva a interação dos facilitadores com os adolescentes, uma vez que, por terem faixa etária aproximada, foi propiciada a exposição de temores e conflitos de maneira mais confiante. A oficina tornou-se, portanto, um espaço onde os jovens puderam dividir seus sentimentos, anseios, motivações, interesses e dúvidas, sem que houvesse medo de serem julgados, como acontece frequentemente em outros espaços.

Ressaltamos, também, que a mesma ansiedade por conhecimento que os fazia ter interesse em aprender com todas as informações discutidas os deixava agitados, fazendo com que, em alguns momentos, eles não conseguissem se concentrar, conversando entre si ou tentando trazer, desorganizadamente, relatos de suas experiências, de modo que não conseguiam escutar os mediadores e mesmo os próprios colegas.

Em decorrência dos acontecimentos relatados, entendemos que conhecer os métodos não é suficiente para haver a conscientização dos jovens. Impõe-se, por conseguinte, existir uma instrução sobre a importância da metodologia, qual a eficácia, como podem ter acesso a esta e todos os demais pontos abordados, como as implicações do não uso. Sabe-se que as escolas, a família, a mídia e os serviços de saúde já realizam a divulgação dos métodos contraceptivos. É necessário, todavia, mais do que mencioná-los, pois é fundamental se ter um trabalho interdisciplinar entre os ramos da saúde e da educação, para haver de fato a compreensão sobre as vantagens e desvantagens de não os empregar.

Considerações Finais

Tomando-se em conta os resultados obtidos e expostos, pôde-se concluir que os educadores têm uma função essencial na

introdução da problematização dos temas relacionados à sexualidade na adolescência, no âmbito escolar. Identificamos, ainda, que essa matéria - a qual não é simples - também transporta desafios aos profissionais da saúde. É preciso haver um trabalho interdisciplinar, já que militar com adolescentes demanda mais do que o conhecimento da teoria, porquanto requer ação dinâmica, metodologias que permitam melhor compreensão, visando tratar os temas transversais de maneira que lhes despertem o interesse.

Como relatado, a oficina foi trabalhada em três momentos. No primeiro, foi realizada a leitura das dúvidas referentes à intervenção anterior, intitulada *IST's, HIV/AIDS, como posso me prevenir*. Após o esclarecimento das dúvidas, discutimos sobre as regras que serviram de parâmetro para a boa convivência em grupo durante as oficinas e foi instigada a participação ativa e assídua dos estudantes nesse espaço. Na segunda oportunidade, foram mostrados alguns métodos contraceptivos, como camisinhas masculina e feminina, dispositivo intrauterino (DIU), pílula anti-concepcional, diafragma, pílula do dia seguinte, injeção anticoncepcional, adesivo. No terceiro lance, efetivou-se uma dinâmica na intenção de fazer os discentes perceberem as mudanças que ocorreriam no caso de uma possível gravidez na adolescência.

Deste modo, evidenciamos a relevância do trabalho realizado pelos facilitadores, pois a técnica aplicada foi de simples execução e compreensão, permitindo a todos os participantes a manifestação de opiniões e a reflexão pertinente aos pontos suscitados.

Com amparo nos resultados, é possível destacar a ideia de que, para grande parcela dos adolescentes, o assunto sexualidade e as aspectos daí decorrentes ainda permanecem envolvidos em tabus e preconceitos, arraigados, principalmente, no ponto de vista moral e no prisma religioso.

Durante a experiência, outro ponto observado foi a escassez de esclarecimento sobre os aspectos abordados no desenvolver da oficina, principalmente no interior das famílias, considerando que estas ainda comungam de um pensamento conservador.

Dessa maneira, sobra evidente a necessidade de se investir em políticas que promovam a garantia de segurança e saúde desses jovens, assim como a importância de se trabalhar sexualidade e outros temas no ambiente escolar, considerando possuir o chão da escola um papel de sobeja relevância na vida e formação dos adolescentes.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1975.

BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. SEGET-SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. 11, **Anais...** Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 11, Resende-Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações sobre os métodos contraceptivos**. 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/artigos/826-adolescentes-e-jovens/40806-orientacoes-sobre-os-metodos-contraceptivos>. Acesso em: 21, jul. 2019.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília, 2009.

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Manual de controle das doenças sexualmente transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde. 2005. 140p. (Série Manuais, n. 68. 4. ed).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília : MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília : MEC/SEF, 1998.

DINIZ, Carmen Regina Bauer. Movimentos Feministas da Década de Sessenta e suas Manifestações na Arte Contemporânea. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS, **18, Anais...** 2009.

FIGUEIREDO, Regina; KALCKMANN, Suzana; BASTOS, Silvia. **Sexualidade, prática sexual na adolescência e prevenção de DST/AIDS e gravidez não-planejada, incluindo contracepção de emergência**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2008. 78p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. 4. ed. São Paulo: Zagodoni, 2013.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71-91, 2009.

LOPES, C. L. E. 8 de março, Dia Internacional da Mulher: uma data e muitas histórias. Citado em **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENDONÇA, Rita de Cássia Magalhães; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista. Métodos contraceptivos: a prática dos adolescentes das escolas agrícolas da Universidade Federal do Piauí. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 863-871, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/gravidez-na-adolescencia-e-mais-frequente-em-grupos-de-maior-vulnerabilidade-social-diz-oficial-do-unfpa/>. Acessado em: 21, jul. 2019.

SALERA JÚNIOR. **Projeto saúde na escola**. Ilha de Marajó (PA), 2011.

SILVA, José Adailton Barroso *et al.* Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 2, n. 3, p. 113-124, 2015.

Notas de fim

1 Segundo Henri Lefebvre, urbanização, por sua vez, configura a disseminação do urbano, que se ampliava e generalizava em escala mundial - deveria ser entendida como expressão das relações sociais, ao mesmo tempo em que incidiria sobre elas (LEFEBVRE, 1972 *apud* LIMONAD; Ester, 2009, p. 72).

2 A força de trabalho é a energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos em bens úteis à satisfação de necessidades (NETTO; BRAZ, 2011, p. 68).

3 Um dos importantes marcos desse processo foi a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã - 1791. *"Este documento foi proposto à Assembléia Nacional da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799). Marie Gouze (1748-1793), a autora, era filha de um açougueiro do Sul da França, e adotou o nome de Olympe de Gouges para assinar seus panfletos e petições em uma grande variedade de frentes de luta, incluindo a escravidão, em que lutou para sua extirpação. Batalhadora, em 1791 ela propõe uma Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã para igualar-se à outra do homem, aprovada pela Assembléia Nacional. Girondina, ela se opõe abertamente a Robespierre e acaba por ser guilhotinada em 1793, condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher 'desnaturada'"* (Biblioteca virtual de direitos humanos). Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 21 jul. 2019.

4 A partir da década de 1960, diversos grupos que clamavam por mudanças foram encontrando brechas para seus questionamentos. Reforçava-se o movimento das feministas nos Estados Unidos e na Europa, com repercussões no Brasil. Este foi o momento em que começou a se destacar a norte-americana Betty Friedan que fundou a NOW (Nacional Organization for Women), que deu origem ao Movimento de Libertação da Mulher. Foi assim que surgiu o Novo feminismo, ou a chamada First Wave Feminism (Primeira Onda feminista) conclamando as militantes para atuarem nas lutas feministas, mas, também nas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo fim da Guerra do Vietnã. Dessa forma, o movimento feminista foi ganhando corpo, e passou a garantir o seu espaço no mundo ocidental. (Diniz, Carmen Regina Bauer, 2009, p. 1543).

5 O coito interrompido é um método contraceptivo que consiste em retirar o pênis da vagina da parceira e ejacular fora dela, mantendo seu sêmen afastado dos genitais externos da mulher. Também conhecido como “tirar na hora” ou “gozar nas coxas”. Disponível em: <http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1340374229Portuguese-Chapter18.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

Carmem Maria Vieira de Amorim¹

Rachel Araújo de Matos²

Adriana Alves da Silva³

Sexualidade no Contexto Escolar

Vivências e Diálogos com Adolescentes

¹ Graduada em Serviço Social no IFCE - **Campus** Iguatu - CE. E-mail: camem.ip@hotmail.com. Atualmente assistente social na Política de Habitação no Município de Iguatu - CE.

² Graduada em Serviço Social no IFCE - **Campus** Iguatu - CE. E-mail: rachel.araujo@outlook.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará- UFC; professora EBTT no IFCE - **Campus** Iguatu - CE. E-mail: adriana.as.ce@gmail.com

Introdução

A adolescência é uma fase de transição da vida, em que as pessoas têm muitos questionamentos e conflitos, fazendo-se importante o debate, discussão e orientação nos espaços escolares e, em especial, na família, de temas pertinentes a esta fase, para a desconstrução de determinados preconceitos e tabus relacionados à intolerância, proporcionando, assim, o desenvolvimento de uma adolescência saudável. É nesta direção que trabalhar temáticas transversais na escola, dentre essas sexo e sexualidade, faz-se de indescartável importância.

Relativamente ao tema sexo e sexualidade, é necessário compreender que as ideias não têm a mesma definição. Conforme Eisenstein (2013, p. 62),

[...] a sexualidade é o processo evolutivo que dura toda a vida, pelo qual nascemos e nos reproduzimos e está intimamente associado ao desenvolvimento biológico, psicológico e social, contribuindo para a formação da personalidade e realização pessoal.

Maia (2014) assevera que a sexualidade está em todos, porquanto todo ser humano vive e cresce desenvolvendo a sexualidade com suporte nas mudanças ocorridas durante o desenvolvimento: o crescimento e amadurecimento do corpo físico, as práticas sexuais e reprodutivas, a orientação sexual e o erotismo, os vínculos amorosos, entre outras mudanças. Certamente, o que somos hoje, relativamente à expressão da nossa sexualidade, é bem diferente do que fomos quando crianças e do que seremos no final da vida. “Já o sexo é um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos vinculados ao ato sexual, resultante das concepções existentes sobre ele”. (RIBEIRO, 2005, p. 1).

Depreende-se, pois, que existe a dimensão sociocultural, aliçada historicamente por normas e padrões que concedem a

toda pessoa a percepção do que sejam sexo e sexualidade. Acrescenta Ribeiro (2005, p. 1) que,

Quando pensamos em questões envolvendo sexo ou quando nos deparamos com situações sexuais que nos levam a tomar alguma posição, (seja para concordar, para conter ou reprimir) não ocorre à maioria das pessoas que aquele pensamento, atitude ou comportamento talvez tenha sido normal ou natural em alguns períodos. Ou ainda, contido e negado em outras épocas. A maneira como as civilizações entendiam e lidavam com comportamentos, valores e normas ligados ao sexo nunca foram iguais e, tampouco, constantes. Cada cultura e momento histórico viam e viviam sua sexualidade diferentemente. Inclusive, o pensamento sexual ocidental é fruto, em grande parte, das concepções e valores do século XIX. Um período muito próximo de nós e que nada tinha em comum com as práticas e atitudes sexuais da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna. Em dez mil anos de história, a relação sexo - humanidade sempre foi extremamente complexa, pois envolveu (e envolve) questões sociais, culturais, religiosas e psicológicas, construídas historicamente, determinadas diferentemente em cada povo e época.

Embora seja uma elaboração social, sexo e sexualidade em vivência “[...] são marcados por limites sociais que muitas vezes desafiam os riscos da impulsividade e da liberdade, assim como as regras de proteção, códigos morais e éticos, que operam tanto subjetivamente como na dimensão social”. Com efeito, o

[...] desenvolvimento da sexualidade é um dos aspectos do desenvolvimento da personalidade humana e da socialização na adolescência, com a incessante e difícil busca do encontro de si mesmo e do par amoroso. (EISENSTEIN, 2013, p. 64).

Se, então, praticados com respeito e cuidado, tanto o sexo como a sexualidade podem contribuir para uma vida segura e saudável; em caso contrário, podem se tornar também ameaças e ofere-

cer riscos à saúde, principalmente se considerarmos a sociedade contemporânea, na qual os adolescentes estão expostos a uma série de influências sociais e culturais, além da disponibilidade de informações da internet no alcance de todos nas mais diversas tecnologias. Em sua maioria, essas informações disponibilizadas pela internet promovem uma visão superficial e preconceituosa sobre sexo e sexualidade, dando margem para problemas como exploração sexual, pornografia e pedofilia *online*, entre outras.

Uma formação segura, ética e educativa que propicie conhecimento, mas também prevenção e alerta de problemas para o adolescente sobre essa temática, se fez urgente. Foi nesse propósito que o projeto de *Mano para Mano #AdolescenciaSaudável* se constituiu, sendo a exposição sequente fruto das vivências e diálogos estabelecidos com adolescentes do ensino médio do IFCE, Campus Iguatu, na oficina intitulada *Sexo e sexualidade: como afeta minhas relações e quais as minhas responsabilidades*.

Adolescência, Sexo e Sexualidade no Âmbito Escolar: Relação Intrínseca e Debate Necessário

A adolescência se configura por meio do desenvolvimento físico e psicológico, como etapa da vida estabelecida social e historicamente. Em consonância com a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é a idade dos dez aos 19 anos, sendo a pré-adolescência dos dez aos 14 anos e a adolescência, dos 15 aos 19 anos. Nesta fase, ocorrem diversas transformações - aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança da composição corporal, eclosão hormonal, incluindo hormônios sexuais e evolução da maturidade sexual, acompanhada pelo desenvolvimento de caracteres sexuais secundários masculinos e femininos. Paralelamente às mudanças físicas, ocorrem as psicoemocionais, como, por exemplo, a busca da identidade, a tendência a compor grupos sociais, o desenvolvimento do pensamento con-

ceitual, a vivência da singularidade e a evolução da sexualidade (CAMARGO; FERRARI, 2009).

De tal sorte, podemos perceber que a sexualidade na adolescência é um elemento central da vida, exprimindo-se de maneira complexa, repleta de várias manifestações, tanto físicas como psicológicas, que, por vezes, produz confusões e conflitos internos no adolescente.

A sexualidade, como expresso na introdução deste capítulo, é uma dimensão essencial da vida humana que diz respeito a sexo, gênero, identidade, papéis e orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Para os adolescentes, este é um período de experimentações e descobertas, influenciado pelas relações de poder, no que se refere a gênero, valores, culturas, comportamentos, contextos políticos, econômicos e espirituais, aspectos relativos a raça/cor e modelos de sociedade (AMARAL *et al.*, 2017).

Em consonância, no que diz respeito a adolescência, Camargo e Ferrari (2009, p. 01) evidenciam que

As transformações dessa fase da vida fazem com que o adolescente viva intensamente sua sexualidade, manifestando-a muitas vezes através de práticas sexuais desprotegidas, podendo se tornar um problema devido à falta de informação, de comunicação entre os familiares, tabus ou mesmo pelo fato de ter medo de assumi-la. A evolução de suas sensações, comportamentos e decisões sexuais será influenciada pelas interações que desenvolve com outros jovens do seu vínculo familiar e social.

Em verdade, a vivência da sexualidade na adolescência envolve aspectos amorosos e de desejos relacionados à afetividade, à saúde, à satisfação e ao prazer, elementos importantes na elaboração da identidade.

Os relacionamentos, o equilíbrio emocional e a manifestação de sentimentos da pessoa dependem de uma boa evolução da sexualidade, durante as etapas da infância à adolescência. (COSTA *et al.*, 2001, p. 217).

Na sexualidade, estão circunscritos elementos relativos ao sexo, às identidades e aos papéis de gênero, à orientação sexual, ao prazer, à intimidade e à reprodução. Uma vivência saudável da sexualidade implica autoestima e vivência sexual segura e também responsável em que as práticas realizadas por ele serão de menor risco, não interferindo no seu projeto de vida. Não obstante, o exercício negativo da sexualidade pode acarretar consequências que interfiram no modo de vida do adolescente com efeitos para a fase adulta, como gravidez precoce e indesejada, infecções sexualmente transmissíveis e até mesmo imaturidade emocional, submissão e violência sexual.

Ante o exposto, percebemos a importância da orientação sobre o exercício da vivência da sexualidade, uma vez que ela se faz relevante na formação da identidade, da autoestima e da “[...] construção da igualdade de gênero e da autonomia, implicando nas práticas sexuais seguras”. (KERNTOPF *et al*, 2016, p. 109). É imperativo o estímulo, antes do início da vida sexual, do uso de métodos contraceptivos, e, também, de uma orientação que compreenda o adolescente como copartícipe do seu cuidado, a fim de atuar na prevenção da gravidez precoce e indesejada, bem como das IST.

Como ressaltam Carvalho, Pinheiro e Gouveia (2017, p. 250),

O acesso à educação e à informação sobre a sexualidade, enquanto direito sexual (International Planned Parenthood Federation [IPPF], 2007, 2008; World Health Organization [WHO], 2010), é considerado indispensável na prevenção dos comportamentos sexuais de risco, em particular junto da população jovem (Lei nº. 60/2009; Ministério da Educação, 2000; Portaria nº. 196-A/2010; WHO, 2010). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a realização de uma educação sexual holística fornece a crianças e jovens informação cientificamente correta sobre todos os aspectos da sexualidade e, ao mesmo tempo, ajuda-os a desenvolver as habilidades para agir em conformidade com essa informação (WHO, 2010). De acordo com a literatura, a ausência de conhecimentos nesta área pode ter implicações negativas na tomada

de decisão e na realização de escolhas pouco informadas, corretas e seguras em termos de saúde sexual e reprodutiva. (FARIH, KHAN, FREETH, & MEADS, 2014; IPPF, 2007).

É nesse sentido que se percebe a necessidade de ampliação de espaços para esse debate, de maneira responsável e fazendo com que os adolescentes se achem confortáveis e seguros, sempre na perspectiva de romper com os tabus e preconceitos. A escola se exprime como *locus* essencial para a abordagem dessa temática, indo além da dimensão conteudista de sala de aula e propiciando ao estudante a apropriação do debate.

Para Santos (2017), a escola tem o papel importante de intervir no que diz respeito à educação sexual. Prevista na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - a educação sexual se configura como um dos temas transversais inclusos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A educação sexual deve estar em todas as áreas do saber, do ensino fundamental até o ensino médio. A sexualidade quando tratada pelos PCNs é definida como algo inerente ao ser humano e que tem relação com práticas sexuais, sentimentos, afetividade, desejos, prazer e saúde. É nessa direção que a educação sexual deve ser pensada e materializada no dia a dia da escola, mesmo em meio a tantos desafios.

Reforça Carneiro (2015) a ideia de que a escola tem importante papel na educação sexual, pelo fato de ser esse o espaço adequado para a apreensão da anatomia e da fisiologia do corpo humano, de métodos de prevenção da gravidez precoce e das IST, bem como para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Para possibilitar que as escolas realizem sua função nessa área, foi instituída no Brasil a Lei nº 60/2009, publicada no Diário da República nº 151/2009, série I de 2009/08/06 que adiciona a educação sexual no currículo do ensino básico e do ensino secundário em todo o País.

A lei, além de se aplicar nos estabelecimentos da rede pública, deve ser implementada nas escolas do sistema privado e cooperativas em contrato de associação em todo o Território Nacional. Essa lei tem como finalidades da educação sexual:

- a) A valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa; b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade; c) A melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais dos jovens; d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as infecções sexualmente transmissíveis; e) A capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais; f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais; g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada; h) A promoção da igualdade entre os sexos; i) O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde; j) A compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos; l) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual.

Cabe destacar o fato que,

[...] embora o conhecimento por si só não garanta a modificação dos comportamentos, este é considerado um pré-requisito (*sic*) fundamental nos programas de prevenção dos comportamentos sexuais de risco. (CARVALHO, PINHEIRO E GOUVEIA, 2017, p. 250).

Não obstante, vivenciamos um retrocesso imposto pelo atual governo por via de medidas conservadoras que ofendem a autonomia e a dignidade humanas. O *kit gay*, por exemplo, recai no senso comum e, junto com outras medidas, dificulta o trabalho de profis-

sionais que querem atuar no sentido de uma educação sexual que possibilite à pessoa viver de maneira saudável sua sexualidade.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização da oficina, objeto deste estudo, foi planejada de maneira a proporcionar dinamismo em sua materialização, assim facilitando o ensino e aprendizagem dos estudantes, uma vez que se estabeleceu relação de troca entre adolescentes e facilitadores.

Ressaltamos que todo o projeto *De Mano para Mano #Adolescência Saudável* trabalhou com temas transversais aos conteúdos escolares, mas existentes no cotidiano dos adolescentes e visou proporcionar a troca e socialização do conhecimento, cisão de tabus e preconceitos, levando ao público envolvido maior dialogicidade a respeito das temáticas trabalhadas.

A oficina *Sexo e Sexualidade* iniciou com a rememoração da temática trabalhada anteriormente, isto é, *Métodos Contraceptivos*.

No segundo lance, os adolescentes foram dispostos em círculo e receberam uma tarjeta que continha os termos *sexo* ou *sexualidade*. Cada qual deveria explicar o significado da palavra que recebeu. Na sequência, os facilitadores realizaram uma exposição dialogada do tema, com base em literatura científica, confirmando ou esclarecendo o que os adolescentes tinham posto, de modo a se proceder à distinção entre os dois vocábulos.

Na terceira vez, os estudantes foram divididos em pequenos grupos, os quais deveriam recortar e colar em cartazes gravuras que representassem aspectos relacionados a sexualidade. Após essa tarefa, estudantes expuseram a produção coletiva e o entendimento a esse respeito, afixando os cartazes na parede da sala.

Ao final da oficina, foi aplicado um instrumental de avaliação, o qual permitiu uma análise das metodologias utilizadas, bem como as percepções, dúvidas, sugestões e contribuições das oficinas na vida dos adolescentes.

Resultados e Discussão

A oficina se desenvolveu como roda de conversa, fator que possibilitou melhor dialogicidade entre o grupo de facilitadores e estudantes, contribuindo para que todos ficassem à vontade para expor ideias, de maneira a quebrar o tradicionalismo na exposição de aulas conteudistas. Deste modo, perceberemos efeitos positivos na metodologia, pois os estudantes se sentiram mais confortáveis para expressar posicionamentos.

O questionamento acerca da oficina realizada anteriormente provocou inquietação, uma vez que foi observada, nas falas dos estudantes, a compreensão de que os métodos contraceptivos, em sua maioria, são pensados para mulheres. No desdobramento dessa reflexão, destacou-se que há uma responsabilização não só do Estado, mas também da sociedade, de modo geral, quanto à vida das mulheres. Levantou-se também o debate sobre aborto, assim como sua legalização, que salvaria a vida de muitas mulheres, em especial, negras, pobres e de favelas, reconhecendo aqui o recorte de classe.

Como é possível constatar, o diálogo sobre essa matéria possibilitou a desconstrução de algumas ideias preconceituosas e conservadoras acerca da temática e estimulou reflexões sobre outras áreas da vida e das relações sociais, revelando como todos esses aspectos estão interligados e fazendo parte da sociedade, sendo reproduzidos por meio de padrões e estereótipos que recaem sobre a mulher. Um exemplo disto são as instituições sociais, estas que têm intenso poder de reprodução de valores, como os

de ordem religiosa, postos em nossa sociabilidade, havendo por parte delas uma criação de dispositivos de poder que aprisiona a sexualidade e a utiliza como um mecanismo reproduzido histórica e culturalmente pela sociedade.

Cabe destacar o fato de que essas são ideias padronizadas, reproduzidas por uma ideologia dominante que influencia diretamente na vida das mulheres, ditando o modo como vivem e se socializam, reverberando, especificamente, em sua sexualidade, que se torna manipulada por expedientes midiáticos, instituições sociais e mesmo pelo Estado, fortalecendo a reprodução de uma sociedade no molde machista patriarcal.

Em relação ao tema da oficina propriamente dito - *sexo e sexualidade* - questionou-se aos estudantes o que eles compreendiam acerca das palavras, se alcançavam seus significados, constatando-se que, em maioria, os estudantes conseguiram compreender que sexo e sexualidade não significam a mesma coisa e que se complementam, embora não conseguissem estabelecer definições precisas para cada uma destas palavras.

É oportuno referir que muitas colocações se deram no terreno do senso comum (*global intellectus*) e, por isso, marcadas de estereótipos. Nesse sentido, os facilitadores atuaram estimulando a reflexão dos estudantes para que percebessem os padrões constituídos socialmente, os quais influenciam negativamente na vida dos adolescentes e reverberam diretamente na sua socialização e vivência, em especial no modo como irão sentir e expressar a sexualidade, tema tratado ainda como tabu com discussão insuficiente na escola e na família, podendo ocasionar problemas, tanto na fase jovem como adulta das pessoas.

Ante as constatações da atividade com as tarjetas, a exposição dialogada privilegiou o debate, desconstituindo concepções, a exemplo de uma estudante, ao expressar que compreendia sexualidade como “[...] a maneira de cada um se relacionar, pois

estaria ligada a opção sexual de cada um”. Tal exemplo foi discutido, levando-a a compreender a diferença entre opção sexual e orientação sexual. Percebemos a necessidade do tema definido para a oficina seguinte, que trabalharia as diversas nomenclaturas e ressignificações acerca da sexualidade, pois, sendo essa um conjunto amplo e complexo, não seria compreendida numa pequena explicação, devendo ser cuidada com maior profundidade.

Na atividade de recorte e colagem de gravuras, os estudantes conseguiram exibir seus cartazes e expressar a diversidade e complexidade que envolvem a sexualidade, não limitando esta ao ato sexual.

A avaliação referente à oficina ocorreu com a entrega de um instrumento no qual os estudantes responderem a dois quesitos: 1- **Como cheguei** e 2- **Como estou saindo desta oficina**. Com a tabulação, notamos que os estudantes referiram haver aprendido e ampliado suas informações sobre o tema, já que tinham uma compreensão errônea e vaga sobre sexo e sexualidade. Também comprovamos a ampliação dos horizontes acerca da sexualidade, passando esta a ser vista de maneira mais complexa e ligada ao sentimento de amor e não só erotismo; representada pela defesa dos direitos de poder ser o que se quer, seja no trabalho, seja na praia, seja na rua; pelo direito de mostrar o corpo sem incômodo; por ser livre para se expressar sem julgamento.

Considerações Finais

A oficina *Sexo e sexualidade*: como afeta minhas relações e quais as minhas responsabilidades, pressupôs que os adolescentes podem tomar melhores decisões se tiverem suficiente conhecimento e acesso aos recursos disponíveis, possibilitando entenderem a si mesmos e a realidade social em que vivem.

Nesse sentido, de maneira lúdica e pela troca de informações, vivências e experiências, exercitamos a reflexão e o co-

nhecimento dos estudantes para a importância da sexualidade e estabelecimento de comportamentos e hábitos responsáveis, evitando prejuízos físicos e subjetivos e favorecendo uma consciência ética sobre si e a respeito do outro.

Ao final, depreendemos que, para os estudantes, sexo-sexualidade é um tema amplo, complexo e ainda visto na sociedade como tabu, divisado com muitos estereótipos e padrões, em especial, sobre a mulher e sua vivência sexual, exercidos para continuidade de um sistema patriarcal.

Seguramente, o sítio escolar tem grande importância na formação de pensamento e formação de seres humanos, proporcionando, juntamente com as famílias, a desconstrução de tabus e preconceitos reproduzidos pela sociedade, impondo-se, portanto, o fato de que mais iniciativas e projetos dessa natureza aconteçam.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Alice Mayra Santiago; SANTOS, Diana; PAES, Helen Cristina da Silva; DANTAS Isabele dos Santos; SANTOS, Denise Santana Silva. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Enfermagem Contemporânea**, p. 62-67. abr., 2017.

CAMARGO, Elisana Ágatha Iakmiu; FERRARI Rosângela Aparecida Pimenta. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2009.

CARNEIRO, Rithianne Frota. SILVA, Nalyse Chris da. ALVES Thais Almeida *et al.* Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **SANARE**, Sobral, v. 14, n. 1, p. 104-108, jan./jun. 2015.

CARVALHO DE, Cristiana Pereira; PINHEIRO, Maria do Rosário Moura Pinheiro; GOUVEIA, José Pinto Gouveia. Conhecimentos sobre sexualidade: construção e validação de um instrumen-

to de avaliação para adolescentes em contexto escolar. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 30, n. 2, p. 249-274, 2017.

COSTA, Maria Conceição O.; LOPES, Clevane Pessoa A.; SOUZA DE, Ronald Pagnoncelli; e PATEL, Balmukund Niljay. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria**, v. 77, Supl. 2, 2001.

EISENSTEIN, Evelyn. Desenvolvimento da sexualidade da geração digital. **Adolescência e saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, Supl. 1. p. 61-71, abr. 2013.

KERNTOPF, Marta Regina; *et al.* Sexualidade na adolescência: uma revisão crítica da literatura. **Adolescência e saúde**, v. 13, Supl. 2, ago./set. 2016.

LEGISLAÇÃO ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. **JusNet 1648/2009**. DR N.º 151, Série I 6 Agosto 2009 6 Agosto 2009. Disponível em: www.jusnet.pt. Acesso em: 20 ago. 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e educação sexual**. 2014. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p. 17-32.

SANTOS, Carolina Lima dos e SABÓIA, Vera Maria. Sexualidade e saúde na adolescência: relato de experiência. **Academus. Revista Científica da Saúde**, v. 2, n. 1, jan./abr. 2017.

Fabrcio Rodrigues da Silva¹

Luan Lopes²

Tatiane Souza da Silva³

Debate da Identidade de Gênero na Adolescência

A Escola como Espaço Possível

¹ Professor substituto do Curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, **Campus** Iguatu – CE. E-mail: fabricioico@hotmail.com.

² Graduando em Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, **Campus** Iguatu – CE. E-mail: luanlopesds@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, **Campus** Iguatu – CE. E-mail: tatianesouza123456@gmail.com.

Introdução

Emergente na sociedade é pensar estratégias que possibilitem a aproximação de determinados assuntos a públicos específicos, tais como crianças e adolescentes, matérias que historicamente foram bloqueadas, sobretudo, pelo agrupamento conservador hegemônico, na condução do Estado e das políticas públicas. Neste rol temático, destacamos com atenção o debate sobre *Identidade de Gênero*, escolhida pelo projeto, haja vista a necessidade de explanar as dimensões que a largueza da proposição conduz atualmente, sobretudo, com o público adolescente.

Assim, refletir estas estratégias de aproximação é acompanhar o esforço levado a efeito por inúmeros profissionais, professores e pesquisadores de muitas áreas, sobretudo de educação, saúde e ciências sociais, ao desenvolverem projetos para aproximar os adolescentes da discussão de assuntos importantes que lhes vão proporcionar uma transição saudável da infância à idade adulta (HOGA, ABE, 2000). É neste sentido que o Projeto de Extensão intitulado *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável* foi pensado, planejado e executado pelos alunos extensionistas, bolsistas e voluntários, graduandos em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Iguatu – CE, considerando a necessidade de debater com os adolescentes estudantes, temas transversais, tendo a escola como ambiente, em potencial, para tais discussões.

O chão da escola, sem dúvida, é *locus* privilegiado para que tais assuntos possam ser disseminados, pois pressupomos que o acesso à educação não somente se configura como capacitação para o trabalho, mas, sobretudo, como possibilidade de romper com as amarras conservadoras que alienam, restringem as liberdades, as diversidades e, sobretudo, garantem a hegemonia

da classe dominante, já que a educação “[...] consiste na busca em capacitar os pessoas a reagir adequadamente aos acontecimentos e situações novas e imprevisíveis que vieram a ocorrer em sua vida”. (LUKÁCS, 2013, p.176). Assim, é emergente discutir estes assuntos, em especial, no que concerne à identidade de gênero, com adolescentes inseridos na escola, considerando que a educação exerce “[...] função social de atuar na direção da construção do pessoa como membro de gênero e, por esse intermédio, mediar o processo de reprodução social.” (MACENO, 2017, p.91).

Pensar e executar estes debates na escola se faz ainda mais relevante na atualidade, tendo em vista – por exemplo – vivenciarmos um momento histórico de ataque à educação brasileira que atinge todos os seus níveis. Estamos *vis-à-vis* a projetos que contêm grande ofensiva contra as liberdades e diversidades do povo brasileiro em todos os âmbitos, conquistados historicamente, e que representam um avanço progressista dentro dos limites do capital, como a *Escola sem partido*, o *Future-se* e os vastos cortes e contingenciamentos nos orçamentos da educação e demais propostas que representam o nível de organização e articulação do conservadorismo e do neoliberalismo no Brasil.

Haja vista estas reflexões propedêuticas, o objetivo deste capítulo é relatar nossa experiência na execução de uma oficina sobre identidade de gênero, realizada com os discentes do primeiro ano integrado do Curso de Agroindústria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *Campus Iguatu* – CE, considerando a necessidade emergente de se debater sobre o respeito às diversidades e a busca por momentos de reflexão acerca do tema, para uma adolescência saudável e que permita às pessoas lidarem com a sociedade conservadora na qual se inseriam. Procuramos expor a experiência de contribuição sobre a temática neste passo ressaltada em um ambiente escolar, local

propício para discussões e compreensão das inúmeras incógnitas que a adolescência transporta, objetivando ensinar em adolescentes de ensino médio a autonomia e a compreensão sobre identidade de gênero.

Para enriquecer este segmento do livro, procedemos, também, a uma revisão de literatura com vistas a fundamentar a categoria *identidade de gênero*, visando explicar as dimensões que a vastidão da temática atualmente carrega, haja vista a necessidade de entendermos que a *identidade de gênero* é constituída na subjetividade humana, participe de elaborações que ultrapassam os limites biológicos, nos quais as visões conservadoras afixam raízes preconceituosas e marginalizam o teor do objeto. Portanto, é importante que haja uma compreensão, de maneira sucinta, do que é *identidade de gênero*, com as categorias que a acompanham, a fim de que esta seja apreendida.

Aportamos, ainda, algumas designações das inúmeras nomenclaturas do mundo LGBT, sigla de grande aporte teórico e histórico, para compreensão de identidade de gênero. Elucidamos conquistas do público LGBT, ocorrentes por meio de luta e resistência, para sua permanência em uma sociedade patriarcal e preconceituosa.

Identidade de Gênero: Apontamentos Fundamentais ao Debate

Ao abordarmos identidade de gênero, por conseguinte, debatemos sexualidade e suas denominações, como a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), haja vista que esse monograma passa por certas resignações, por não englobar a amplitude de termos e denominações que expressam a sexualidade. Assim, nos reportamos à LGBT, por ser mais popular ao

nosso entendimento. Devemos considerar que a existência LGBT é algo movido de lutas, e que ainda é um grupo marginalizado socialmente, agredido cotidianamente e excluído historicamente.

Assim, ao discutir essa matéria, é importante ressaltar os avanços que o público conquista desde sua emergência. Desse modo, de acordo com Canabarro (2013), o histórico da luta LGBT iniciou-se em Nova Iorque, em um famoso bar da cidade, no ano de 1969, quando a população LGBT sofria tendo em vista a forma como policiais e autoridades da época tratavam a comunidade, com a justificativa de que estes “desviavam” a sociedade. Acreditamos que o conhecido hoje como “parada gay” tenha tido início nesse recorte histórico.

No Brasil, com o declínio da ditadura civil-militar, no início dos anos 1980, o País iniciava o período democrático, oportunidade em que as lutas sociais ganhavam força e voz, quando (re)surgiu o movimento LGBT. Antes disso, já se discutia o tema de modo bastante oculto no final da ditadura, em um conhecido jornal de então, *O Lampion de esquina*¹, que enfrentava a censura da época para falar sobre as “coisas de bicha”.

Ainda nos anos 1980, emergia uma doença ainda desconhecida, atualmente conhecida como AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). Acreditava-se que a moléstia atingiria apenas a população LGBT de então, e logo ficou conhecida como “doença de gay” ou “doença de pervertido”. Assim, isso se tornou mais um motivo para a comunidade ser descriminalizada socialmente. Com isso, iniciava-se uma luta, pelo País, para que a comunidade fosse “despatologizada”. (CANABARRO, 2013).

Desde então, as lutas pela existência do público LGBT se intensificavam e algumas conquistas foram adquiridas como

Nesse cenário, a primeira conquista significativa e de alcance nacional do movimento LGBT brasileiro ocorreu em 1985 e decorre de decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM), que deixou

de definir a homossexualidade como patologia, como ocorria até então nos termos prevaletentes na Classificação Internacional de Doenças (CID), elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A própria OMS passou a ter o mesmo entendimento a partir de 17 de maio de 1990, data que se tornou marco histórico a ponto de este dia ser hoje internacionalmente reconhecido como Dia Mundial de Combate à Homofobia. Esse marco foi recentemente também referendado pelo governo federal, que, a partir de demanda do movimento LGBT, instituiu, por meio de Decreto Presidencial de 4 de junho de 2010, o dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate à Homofobia. (MELLO *et al.*, 2012, p. 152).

Compreender identidade de gênero tornou-se um tabu quando tratamos disso em uma sociedade patriarcal, onde o que é aceitável está em torno de relações heterossexuais normatizadoras, logo, o que é diferido como “normal” causa estranheza. Não podemos negar, entretanto, que a diversidade sexual consiste e possui suas várias maneiras de manifestação. Para que haja um entendimento mais simples, a discussão sobre diversidade de gênero deve transitar por três eixos: sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual.

Quando tratamos de sexo biológico, estamos abordando as genitais com as quais nascemos, em que as definições estejam limitadas a macho ou fêmea, ter vagina ou pênis. Há também as pessoas intersexuais, aquelas que nascem com características de ambos os sexos. Assim, sexo biológico pode ser entendido como

Conjunto de informações dos cromossomos, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem “machos” e “fêmeas”. Há também pessoas que nascem com uma combinação diferente destes fatores e que podem apresentar características de ambos os sexos. Essas pessoas são chamadas de Intersexos. (SENA *et al.*, 2018, p.6).

Já identidade de gênero pode ser compreendida como a maneira com a qual a pessoa se reconhece. De modo mais claro,

É a percepção íntima que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou da combinação dos dois, independentemente do sexo biológico. A identidade traduz o entendimento que a pessoa tem sobre ela mesma, como ela se descreve e deseja ser reconhecida. (SENA *et al.*, 2018).

A compreensão de identidade de gênero não se assemelha a orientação sexual, porquanto é algo muito vasto para ser definido, pois aqueles que são transgêneros, transexuais e travestis podem ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais. Para isso, é importante entender que transgênero conforma pessoas que não se identificam com seu sexo biológico; transexuais, também, não têm essa identificação e sentem necessidade que as formas do seu corpo (características masculinas ou femininas) sejam modificadas, o que é chamado de processo transexualizador² (SENA *et al.*, 2018).

Travesti é um termo denominado para a pessoa que nasce com sexo masculino, mas se identifica com o sexo feminino; é alguém que foge do padrão homem ou mulher, o que significa dizer que travesti não se considera nem homem nem mulher. Algumas travestis colocam silicone, mas não necessariamente realizam mudança de sexo, por exemplo (SENA *et al.*, 2018).

A orientação sexual é a afeição que se desenvolve por alguém. Conforme Sena e colaboradores (2018, p. 7), “[...] é a atração emocional, afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente em relação à outra”. Quando tratamos de orientação sexual na perspectiva da atração por alguém, é comum ouvir a expressão “opção sexual”, cabendo aqui elucidar que, ao abordarmos essas expressões, devemos pesquisar o sentido que essas conduzem. A unidade

de ideia *opção sexual* é tida de maneira incorreta, pois não se configura uma escolha, pois a orientação sexual não escolhe por quem se irá desenvolver afetividade ou desejo.

Ao nos aproximar da temática identidade de gênero, é importante abordar as nomenclaturas pelas quais essa diversidade transita. Assim, apontaremos termos importantes para nossa compreensão: heterossexual – pessoa que sente atração por alguém do sexo oposto; homossexual – atraem-se por pessoas do mesmo sexo; *gay* – homem que sente atração por outro homem; *lésbica* – mulher que se acha atraída por outra mulher; *bissexual* – pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas de ambos os sexos/gêneros (SENA *et al.*, 2018).

Devemos eleger o uso da terminologia homossexualidade como adequada e não utilizarmos o termo homossexualismo, tendo em vista que o sufixo “ismo” se remete a doença, de acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS (1990), já que, desde então, a homossexualidade não é considerada doença. É importante sempre estar atento às definições das pessoas, para que não se as trate com termos pejorativos.

Demarcar o que as pessoas são ou sentem é bastante amplo. Logo, é importante saber de mais alguns termos:

Assexual – Pessoa que não sente atração sexual por outras pessoas; Andrógino – Refere-se as pessoas que apresentam características, traços ou comportamento tido como neutros, nem masculino nem feminino e/ ou que apresente características do sexo oposto. Binarismo – No que tange ao presente tema, é a classificação do sexo e do gênero em duas únicas formas distintas e opostas, a exemplo de masculino/feminino e homem /mulher. Cisgênero – É o termo utilizado para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero de uma pessoa com o gênero associado ao seu sexo biológico. Crossdresser – Pessoas que

utilizam roupas, adereços e objetos que, por convenção, são atribuídos a gênero diverso do seu. Não se identifica como travesti ou transexual, mas vivencia diferentes papéis de gênero, em geral, por motivos profissionais e/ou íntimos. Cirurgia de redesignação sexual/genital - Trata-se de um procedimento cirúrgico que trabalha com a criação de uma vagina para as mulheres trans (vaginoplastia) e o pênis para homens trans (faloplastia). Termo conhecido popularmente como mudança de sexo. Drag Queen - Homem que se traveste de mulher, com fins artísticos e de entretenimento. Drag King - Mulher que se traveste de homem com fins artísticos e de entretenimento. (SENA et al. 2019, p.14).

Ante o exposto, podemos perceber que a sexualidade é algo bastante complexo, e por muitas vezes pode ser confuso para se estabelecer compreensão, pois, como aqui elucidado, existem várias designações para sexualidade. Assim, assimilar como reconhecemos e nos manifestamos pode ser algo bastante conturbado quando unido a uma fase de descobertas e imprecisões.

Além disso, o ambiente escolar traz à adolescência um período em que costuma ocorrer *bullying* pelas maneiras como nossa aparência, gostos e orientação se mostram, nos revelando como a sociedade na qual estamos inseridos é preconceituosa e cheia de estigmas. Assim, reforçamos a necessidade de debates de esclarecimento, de acolhida, entendimento, bem como desmistificar tabus e preconceitos, ressignificando a importância do respeito e cuidado com o outro, como apontamos na experiência a seguir.

A Escola como Espaço para o Debate Sobre Identidade de Gênero com Adolescentes

A escola constitui, na atualidade, lugar em potencial para se debater diversos assuntos que até então eram rejeitados, dentre eles, identidade de gênero. Assim, destacamos como necessária

e de alçada importância uma educação sexual saudável na perspectiva escolar de maneira mais criativa e eficiente, considerando, por exemplo, a própria prerrogativa do Estatuto da Criança e do Adolescente, que leva em conta o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança e do adolescente, como um dos direitos fundamentais para esta faixa etária, e sugere orientação destinada especificamente a eles (BRASIL, 1990).

Conveniente é evidenciar a ideia de que a discussão sobre identidade de gênero com adolescentes é algo bem relevante, considerando que esta fase do desenvolvimento psicossocial e de identidade, muitas vezes, se torna bastante confusa na vivência de milhares de jovens, pois o fato de descobrir o mundo e se descobrir é carregado de ansiedade e conflitos. Assim, a escola, recorrentemente, se faz um ambiente violador, mas que pode ser em um ambiente propício para se discutir identidade, sexualidade e descobertas. É preciso estar atento aos fenômenos que envolvem, em particular, os adolescentes, atentando, inclusive, para o alerta que algumas pesquisas exprimem.

A pesquisa de Bechard, Zucker companhia fornece evidências preliminares sobre as vulnerabilidades psicológicas de crianças e adolescentes com disforia de gênero [...] que revela altas taxas de autoflagelação e ideação suicida neste grupo, mas é necessária mais pesquisa para fornecer um quadro clínico completo. (FRADERA, 2018, p.5).

Neste senso, abrir as portas da escola para debates acerca de assuntos diversos é por demais necessário, pois a ocorrência de crianças e adolescentes estarem sofrendo com disforia³ de gênero poderia, do nosso ponto de vista, ser evitada, se as escolas debatessem sobre identidade de gênero no seu cotidiano. Compreendemos que, numa sociedade injusta e de desigualda-

des sociais, discutir identidade de gênero com adolescentes ainda exprime dificuldades que são reflexos da própria constituição societária de que somos parte, por conformar um ambiente preconceituoso, patriarcal e machista, contribuindo para que os jovens reproduzam seus posicionamentos sociais e políticos, fazendo com que o tema sob comentário se torne alvo de brincadeiras, chacotas e de ironia ou, até mesmo, não seja permitido.

A adolescência constitui um período de elaboração e descoberta, de sorte que a discussão da temática proporciona pequenas mudanças em visões na rejeição que muitas vezes ela carrega, podendo, assim, contribuir para a autopercepção e o respeito pelas inúmeras resignações que a identidade de gênero traz. Para fins de entendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente delimita a adolescência como o período de 12 aos 18 anos de idade (BRASIL, 1990). A Organização Mundial da Saúde (OMS) estrema a adolescência como a segunda década de vida (dez a 19 anos). Brilhante e Catrib (2011) destacam que, quando se discute sobre adolescência, remete-se a um período de descoberta, socialmente denominada como uma quadra de formação de identidade e é, então, que ocorre o desenvolvimento físico, psíquico, social e espiritual, e, em concomitância, acontecem a puberdade e a adolescência:

A puberdade é o período das mudanças físicas que resultam no amadurecimento sexual que possibilita a reprodução. A adolescência compreende todas as mudanças sociais e emocionais dessa faixa etária. (p. 505).

Normalmente nesse período é que se estabelece a identidade de sexo e gênero, permitindo a elaboração das relações. Com efeito, compreender o fenômeno da sexualidade nos adolescentes com base nas relações de gênero permite a percepção que

sexualidade não remete apenas ao sexo biológico, mas, além disso, são dimensões de percepção como pessoa, como gênero, que não se limitam ao ser homem ou mulher. A sexualidade na adolescência é acompanhada de impulsos e, muita vez, por não ter as informações necessárias, o adolescente se sente culpado dos seus sentimentos, de seus instintos, quando depara uma sociedade preconceituosa, ocultando sua realidade.

É na adolescência, quando as mudanças estão consolidando-se, que o jovem precisa de apoio, compreensão e informações claras. Necessita, ainda, da garantia de suporte afetivo e de espaços permanentes para questionamentos, reflexões e diálogos, favorecendo o desenvolvimento de seu potencial pleno, como um ser inserido na sociedade. (BRILHANTE, CATRIB, 2011, p.506).

A abordagem nas instituições de ensino que relacionam a temática identidade de gêneros no meio acadêmico é recente, pois a discussão sobre sexualidade e diversidade sexual ainda se torna um tabu em meio a tantas controvérsias sobre esses diálogos. Podem-se pautar os diversos artifícios que abordam a temática sexualidade como a televisão e a internet, meios de acesso rápido e fácil a esse tipo de conteúdo, expressos no que se pode ver, onde os jovens quase sempre buscam saber e têm acesso de uma maneira não aprofundada. Sendo assim,

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política. (LOURO, 2000, p.17).

Isso leva ao questionamento de como podem ser introduzidas essas discussões diversificadas no ambiente escolar, sendo importante enfatizar que a escola é um espaço de cidadania e, portanto, os direitos humanos devem ter base nos amplos diálogos sobre as igualdades sociais, que podem e devem levar à formação de novas perspectivas e conhecimentos sobre áreas diversas dos saberes que estão além das disciplinas comuns curriculares, nisso adotando uma maneira de introduzir o amplo debate da diversidade sexual e identidade de gênero, preparando pessoas com diversificados conhecimentos para melhor formação individual e social coletiva.

Podemos observar que a inclusão desse debate se pauta na diversidade em que estamos inseridos, sendo que gênero é uma formulação social e histórica, atribuída a variáveis e constantes transformações sociais. Então, podem variar as diversas maneiras de se abordar e inserir o debate sobre identidade de gênero nas escolas, pois, associados aos estigmas de macho e fêmea advindos de corpos biológicos feitos culturalmente, podem e devem ser questionados. Resta salientar que a inclusão desse debate esbarra ainda nos limites impostos historicamente, tendo em vista que:

O que temos é um discurso de defesa da chamada “Família Tradicional”, que nada mais é que um discurso de legitimação da heteronormatividade na sociedade. Além disso, associam quaisquer críticas à esta normatividade em teorias e práticas como um conjunto chamado de “ideologia de gênero”, algo que é demoníaco e socialista/comunista. Neste discurso excluem e visibilizam a diversidade de identidades de gênero e de orientação sexual, tornando abjetas, estranhas e passíveis de violência, como consequência, as pessoas que resistem à estas normas. (MENDONÇA, 2017, p.18).

Em tal situação, é possível suscitar questionamentos e métodos para se levar o debate e abordagem de identidade de gê-

nero às escolas, sendo que a adaptação social, neste âmbito onde estão inseridos adolescentes ainda em fase de desenvolvimento, é necessária, pois suas experiências fora do ambiente escolar podem vir prenhes de estigmas adquiridos na sua primeira inserção social, que é a familiar.

Quebrar barreiras e se adaptar às novas experiências, desconstruindo preconceitos e respeitando as individualidades, e erguendo uma sociedade sem discriminação seja por sua identidade de gênero, raça cor ou etnia, se torna cada vez mais plausível e, ao desenvolver experiências nas escolas, as relações sociais vão sendo constantemente modificadas, mostrando um papel social na formação de adolescentes como pessoas capazes de mudar e estabelecer coletivamente a própria história, com base no respeito às diferenças.

Relato de Experiência

A experiência que ora relatamos aqui foi realizada com base na execução de um projeto intitulado *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, que visa trazer discussões sobre temas transversais, abordados por jovens estudantes do ensino superior para alunos do ensino médio. A oficina discutiu sobre identidade de gênero e se efetivou com participantes na faixa etária de 15 a 17 anos. O momento foi dividido por fases, tendo uma sequência de elementos que pudesse deixar o desenvolvimento mais dinâmico.

Na 1ª fase, trabalhamos a rememoração de alguns aspectos acerca da temática sexo e sexualidade, tratados na oficina anterior, buscando reacender o debate, destacando a diferença entre sexo e sexualidade. A metodologia de trabalho usada consistiu na divisão do quadro da sala em duas partes: de um lado, para serem lançadas as percepções dos alunos sobre sexo e, do ou-

tro, os entendimentos sobre sexualidade. Assim, os envolvidos foram questionando e responderam o que eles entendiam por sexo e sexualidade, até preencher os dois lados com as respostas de todos os alunos. Após esta metodologia, foi aberta uma discussão mais teórica e ampla pelos extensionistas do projeto acerca das definições, destacando que sexo, na biologia, é a definição do conjunto de particularidades que caracterizam os pessoas da espécie humana, em masculino e feminino, com seus respectivos órgãos genitais, enquanto sexualidade diz respeito a um conjunto de relações biológicas, emocionais e ainda psicológicas. Com esta explanação, o assunto ficou mais esclarecedor de modo a possibilitar o entendimento adequado dos participantes.

Os alunos envolvidos tiveram a oportunidade de reacender as suas reflexões acerca da temática, bem como o lance de mudar e ampliar percepções, já que, durante esta fase, ficou nítido o fato de que a maioria anterior à realização do projeto resumia e associava sexualidade a sexo, bem como agregando a sexualidade a tudo o que está ligado aos aspectos genitais das pessoas. Assim, ficou evidente o desconhecimento acerca destes temas, algo preocupante, quando consideramos que os alunos envolvidos possuem de 15 a 17 anos e que, possivelmente, já têm as primeiras experiências com a vida sexualmente ativa. Considera-se de grande importância debater e trabalhar educação sexual com jovens e adolescentes, pois há necessidade de orientação acerca dos relacionamentos sexuais, podendo evitar – por exemplo – contrair doenças sexualmente transmissíveis, desde o uso de preservativos, e, até mesmo, uma gravidez precoce e indesejada. Assim, nesta fase, evidenciou-se a potencialidade do espaço escolar para este debate necessário e emergente.

Na 2ª fase, a atividade desenvolvida tratou de debater sobre os termos, conceitos e definições acerca das nomenclaturas refe-

rentes à diversidade sexual e de gênero. Este instante da atividade teve como metodologia de trabalho o uso de algumas tarjetas que possuíam títulos com os termos da diversidade sexual e de gênero – a exemplo – cis, trans, homossexual, heterossexual, entre outros. Já as outras tarjetas possuíam as definições e conceitos de cada um dos termos da diversidade sexual e de gênero utilizado – a exemplo – aquele que sente atração pelo gênero oposto, aquele que sente atração pelo mesmo gênero, pessoa que não se identifica com as características do gênero designada a ela no nascimento – entre outras definições. Assim, a atividade consistiu nos alunos conseguirem ligar o título ao conceito. Então, os dois grupos de alunos pegaram as tarjetas com os termos e ligaram ao conceito que julgaram adequado para ele, unindo os dois.

A esta altura, a maioria dos participantes dos grupos errou os conceitos ligados aos termos, evidenciando o total desconhecimento do assunto, apesar de ter sido perceptível o relato de alguns, assimilando certas identidades de gênero a determinadas personalidades artísticas conhecidas pelo público jovem na atualidade, mas sem de fato corresponder adequadamente a conceito/termo. Assim, percebemos uma aproximação incipiente de alguns alunos com suporte nestas personalidades, mas não sendo suficiente, por não haver uma compreensão melhor sobre o assunto, fato evidenciado pelas dúvidas sobre os termos e definições utilizados na designação da diversidade sexual e de gênero durante a atividade.

Em alguns momentos, a atividade também foi desenvolvida pelos alunos do sexo masculino em tom de brincadeira, com emprego de colocações pejorativas, ironizando os conceitos utilizados, bem como fazendo gestos e citando os nomes de alguns alunos, relacionando com os termos, certamente, motivados pelo preconceito. Assim, foi notória a rejeição por parte de alguns do grupo masculino ao debate acerca da diversidade sexual e de gênero.

nero, fato que torna explícitas as raízes patriarcais, machistas e conservadoras que inibem a possibilidade de debater sobre as diversidades, séria e respeitosa.

Após esta atividade, os extensionistas da oficina assumiram a explanação maior sobre os termos e os seus devidos conceitos e definições, possibilitando a ampliação dos conhecimentos sobre a temática, de modo a não reduzir o entendimento de identidade de gênero apenas ao sexo masculino e ao feminino, bem como destacando a importância do respeito e do convívio com a diversidade sexual e de gênero.

Na 3ª e última fase, a atividade consistiu na elaboração de um avatar com roupas e acessórios disponibilizados na oficina. A metodologia consistiu com a continuação dos grupos separados - meninos e meninas. Cada grupo elegeu um membro para ser o avatar. Depois, os grupos tiveram que escolher um dos termos sobre diversidade sexual e de gênero, trabalhados na atividade da 2ª fase, para caracterizar esse avatar de acordo com o conceito que corresponde ao vocábulo escolhido. Ao final, cada equipe designaria ainda ao avatar o seu sexo biológico e a identidade de gênero.

Durante a feitura dos avatares, percebemos características relacionadas ao comportamento de alguns dos alunos, pondo em pauta a masculinidade e a feminilidade, podendo-se perceber o compromisso por parte das alunas (meninas), no momento da criação do avatar, sendo que elas escolheram o termo homossexual, bem como definindo o sexo biológico e a identidade de gênero, levando a atividade a sério, dando até uma profissão para o avatar. Já nos alunos (meninos), prevaleceu o tom de brincadeira, explicitando o preconceito, sendo que alguns externalizaram a falta de interesse e a rejeição pela atividade, apesar de a equipe haver conseguido fazer o avatar no final da etapa.

Chamou-nos atenção esse comportamento incoerente, por parte dos meninos, havendo um pouco de resistência de alguns deles para a realização da atividade na 3ª fase. Essa atitude pode ocorrer em razão de padrões heteronormativos, instituídos no ambiente escolar e na convivência familiar, haja vista as determinações impostas por esta sociedade patriarcal, machista e conservadora, tendo sido a oficina uma experiência que possibilitou maior aproximação com o tema para que houvesse respeito e compreensão sobre os assuntos que remetem às diferenças sexuais e de identidade de gênero.

Assim, consideramos que o objetivo da oficina foi alcançado, já que propiciou o debate e a aproximação dos alunos envolvidos com o conjunto de termos, conceitos e definições da diversidade sexual e de gênero. No experimento, foi possível mostrar que existem muitos termos e que todos devem ser respeitados, já que muitas pessoas se identificam com esses vocábulos, se acham representadas, portanto, aproximando um pouco os alunos envolvidos ao universo da diversidade sexual e de gênero.

Considerações Finais

Compreendemos que a temática de identidade de gênero é bastante ampla e complexa para muitos, ao mesmo tempo em que se torna emergente a sua discussão, haja vista a necessidade de criar e fortalecer o convívio respeitoso com todas as pessoas, independentemente de suas particularidades. Assim, é por meio do conhecimento que podemos alcançar essa relação harmoniosa arimada no respeito e na aceitação da diversidade, mas é algo ainda em elaboração ante uma sociedade cujas raízes estão fincadas no patriarcalismo, no machismo e no conservadorismo, fortalecidos em razão do desconhecimento e da não possibilidade de reflexão.

De efeito, romper com estas determinações é ponto expresso na realidade e de erguida importância para a constituir uma sociedade diferente. A mudança começa, sobretudo, pelo conhecimento.

Pensar a educação na atualidade é, sobretudo, refleti-la desde o ponto de vista de sua função social na sociedade, ultrapassando a formação para o mercado. Hoje, é preciso reflexioná-la como uma grande potencialidade ante a desconstituição destas determinações que sustentam a atual sociedade patriarcal, machista e conservadora, daí a necessidade de utilizar os espaços educacionais para a discussão de vários temas que, até então, foram barados, em decorrência da orientação conservadora hegemônica na condução das políticas, especialmente, da educação.

É neste sentido que a escola se torna fundamental perante a revisão de atitudes e consciências assentes nas determinações já apontadas. É possível, por intermédio dela, estabelecer locais saudáveis para debates atinentes a diversos assuntos, incluindo identidade de gênero. É tanto que evidenciamos, com a experiência ora sob comentário, que a escola tem um papel fundamental neste processo, já que, na extensão da sala de aula, conseguimos aproximar os adolescentes envolvidos ao debate da identidade de gênero, um assunto ainda desconhecido por estes. Assim, esses alunos tiveram a ensancha de conhecer e refletir acerca da matéria, bem como experimentaram a oportunidade de mudar e ampliar percepções, possivelmente, amatando preconceitos, comportamentos machistas – bastante ocorrentes nos meninos – e constituindo o respeito ao tratar sobre os assuntos das diversidades, tão em voga na nossa realidade, seja na escola, nas famílias, enfim, na sociedade.

Malgrado a oficina não possuir a capacidade de, sozinha, desconformar a cultura patriarcal, machista e conservadora, no mínimo, possibilitou um espaço de reflexão com os alunos

envolvidos na educação, algo que deve ser considerado grandioso nos tempos de hoje. É possível estabelecer uma sociedade no âmbito da qual todos se respeitem e convivam com a totalidade das diversidades, sejam quais forem. Frisemos, então, que a escola é um locus em potencial para que assuntos como este possam ser debatidos com nossos adolescentes, estabelecendo, com efeito, uma cultura de conhecimento e respeito. Na nossa medida, é, sem dúvida, complexo o debate acerca da diversidade sexual e de gênero, algo que requisita estudo e preparação, mas totalmente possível e necessário para estabelecer um futuro melhor.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRILHANTE, A. V. M.; CATRIB, A. M. F. Sexualidade na adolescência. **Femina**, v. 39, n. 10, 2011. Disponível: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=641387&indexSearch=ID>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CANABARRO, R. História e direitos sexuais no Brasil: O movimento LGBT e a discussão sobre cidadania. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL**. 2013. Disponível: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitostocanabarro.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

FRADERA, A. **A maioria das crianças e adolescentes com disforia de gênero apresentam vários outros problemas psicológicos**, 2018. Disponível: <https://medium.com/hormonionaoebrinque-do/a-maioria-das-crianc%C3%A7as-e-adolescentes-com-disforia>

-de-g%C3%AAnero-apresentam-v%C3%A1rios-outros-problemas-6de5d2f3f046 Acesso em: 28 jul.2019.

HOGA, L. A. K; ABE, C. T. Relato de experiência sobre o processo educativo para a promoção da saúde de adolescentes. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 34, n. 4, p. 401-6, dez. 2000.

LOURO, G. L. WEEKS, J; BRITZMAN, D. B. H; PARKER, R; BUTLER, J. **O CORPO EDUCADO**: pedagogias da sexualidade. Traduções Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Edição Autêntica, 2000.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACENO, E. T. **Educação reprodução social**: a perspectiva da crítica marxista. São Paulo: Instituto Luckács, 2017.

MELLO, L. *et al.* Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, pp. 151-161, 2012. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70324609019.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

MENDONÇA, V. M. O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: Cenas e discursos da mídia e a discriminação de jovens lgbtt nas escolas. **Revista eletrônica da graduação/pós-graduação em educação**, v. 13, n. 2, 2017.

MOSQUEIRA, D. S. B. “Então chegamos”: representações do feminino nas páginas d’O *Lampião da Esquina* (1978-1981). **Albuquerque: revista de História**, v. 7, n. 13, 2017. Disponível em: <http://desafioonline.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2960>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SENA, A; SOUSA, G; BRITO, M. **Entendo a diversidade sexual / Defensoria Pública do Estado da Bahia**. Salvador: ESDEP, 2018. 24 p. Disponível: <http://www.defensoria.ba.def.br/wp>

-content/uploads/2019/01/cartilha_diversidade-sexual.pdf. Acesso em 20 jul. 2019.

SILVA, Aline Gomes da; RODRIGUES, Thais Christina do Lago; GOMES, Katia Varela. Adolescência, vulnerabilidade e uso abusivo de drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. **Revista Psicologia política**, v.15, n.33, São Paulo ago. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200007. Acesso em: 22 jul. 2019.

TISOTTA, Zaira Letícia; HILDEBRANDT, Leila Mariza; LEITE, Marinês Tambara; MARTINS, Ricardo Vianna e COSENTINO Susane Flôres. Álcool e outras drogas e a implantação da política de redução de danos no Brasil: revisão narrativa. **Revista Atenção à Saúde**, v. 13, n. 43, p. 79-89, jan./mar. 2015.

Notas de fim

1 O jornal O Lâmpião da Esquina (1978-1981) surgiu da visita, ao Brasil, do editor da revista gay Sunshine Press, localizada na cidade de São Francisco, na Califórnia. Vindo ao Brasil em busca de entrevistas para a composição de antologia da literatura gay latino-americana, descobriu, assim, a dificuldade em se obter informações sobre este tipo de pesquisa em razão da escassez de material sobre a temática no País. Vale ressaltar que a ausência de publicações sobre a temática gay era fruto de uma cultura autoritária, um resquício da ditadura militar, e que somente com o período de redemocratização pelo qual o País vinha passando, foi possível discutir abertamente nos periódicos sobre esse tema. Disponível em : <http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2960>. Acesso em: 08/08/2019.

2 Modificação por meio de terapias hormonais e intervenções médico-cirúrgicas, com o intuito de adequar seus atributos físicos (inclusive genitais - cirurgia de redesignação sexual) à sua identidade de gênero (SENA et al 2018).

3 Segundo Brown (2017) a “[...] disforia de gênero caracteriza-se por identificação forte e persistente com o gênero oposto associada a ansiedade, depressão, irritabilidade e muitas vezes a um desejo de viver como um gênero diferente do sexo do nascimento. Pessoas com disforia de gênero frequentemente acreditam que são vítimas de um acidente biológico e permanecem cruelmente aprisionadas a um corpo incompatível com sua identidade de gênero subjetiva. A forma mais extrema da disforia de gênero pode ser chamada transexualismo”. Disponível em : <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/sexualidade-disforia-de-g%C3%AAnero-e-parafilias/disforia-de-g%C3%AAnero-e-transexualismo>. Acesso em: 08/08/2019.

Cynthia Studart Albuquerque¹

Maria Raniely de Sousa²

Rachel Araújo de Matos³

Consumo de Psicoativos e Adolescência

Potência da Redução de Danos no Espaço Escolar

¹ Graduada em Serviço Social na UECE, Mestra em Sociologia na UFC e Doutora em Serviço Social na UFRJ. Professora do curso de Serviço Social no IFCE – **Campus** Iguatu – CE. E-mail: cynthiastudart@yahoo.com.br

² Graduanda em Serviço Social no IFCE – **Campus** Iguatu – CE. E-mail: ranielymaria94@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social no IFCE – **Campus** Iguatu – CE. E-mail: rachel.araujoo@outlook.com

Introdução

O consumo de substâncias psicoativas na sociedade não é recente, mas acompanha a história da humanidade. Nas culturas e povos mais distantes no tempo, é possível encontrar referências ao uso desses produtos, em rituais religiosos ou para celebração (SODELLI, 2010). Não obstante, mesmo em curso há largos anos, o emprego de psicoativos na sociedade contemporânea é pejado de preconceitos, estigmas e julgamentos morais.

Quando essa prática é realizada por adolescentes, a perspectiva preconceituosa e estigmatizante é somada à de ordem punitiva e disciplinadora, situação que contribui para que o usuário não seja reconhecido como sujeito de direitos, mas sim adolescente-problema. Vários mitos são, pois, disseminados, dentre os quais a associação entre as substâncias psicoativas empregadas e supostas características genéticas dos adolescentes, como se esses, por dela se utilizarem, fossem propensos a “desvios morais”, especialmente, determinadas minorias sociais, tais como os jovens negros, desde a conformação de um ideal étnico-racial considerado superior, isto é, branco e eurocêntrico. Outro mito se refere à associação entre uso das substâncias psicoativas pelos adolescentes e um possível comportamento “desviante e marginal”, levando à agressividade, ao roubo, ao tráfico e até ao ilícito do assassinato (ALBUQUERQUE *et al.*, 2017).

O consumo de psicoativos por adolescentes constitui preocupação mundial em “[...] função da crescente prevalência e dos prejuízos sociais, psíquicos e biológicos, com possíveis consequências ao futuro dos usuários”. (ALCANTARA; OLIVEIRA FILHO, 2017, p. 48). Pesquisas realizadas no Brasil demonstram que bebidas alcóolicas e tabaco são as principais substâncias consumidas, “[...] sendo que cerca de 25% dos adolescentes e jo-

vens estudantes também relataram a utilização de outras drogas, como: maconha, ansiolíticos, anfetamínicos e cocaína”. “O uso de maconha e cocaína e seus derivados entre adolescentes e jovens estudantes brasileiros está em torno de 5,7% e 3,1%, respectivamente”. (ALCANTARA; OLIVEIRA FILHO, 2017, p. 48).

Sabe-se que alguns grupos de jovens estão sujeitos a maiores riscos no uso de substâncias. Embora não se tenha certeza das causas, essas em geral estão associadas a fatores

[...] estressantes nas suas vidas e/ou a uma resiliência enfraquecida associada ao efeito da interação dos aspectos individuais, familiares, comunitários, sociais e à falta de fatores de proteção. (HOWARD, *et al.*, 2013, p. 57).

Por serem muitas vezes ignoradas, as necessidades específicas desses adolescentes ficam em situação de maior perigo de contaminação por HIV, hepatite C, infecções sexualmente transmitidas, distúrbios mentais, marginalização social, falta de oportunidades de emprego e exclusão econômica, dentre outras (HOWARD *et al.*, 2013, p. 57).

Uma das opções para a prevenção do uso problemático de drogas em adolescentes é a redução de danos, caracterizada como estratégia que realiza o cuidado em saúde na perspectiva da informação e autonomia na realização das escolhas, além de oferecer, aos já usuários, condições menos danosas à saúde, sem necessariamente interromper o consumo, com vistas à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, descartando somente a lógica da abstinência e da internação como alternativas (TISOTTA, 2015).

Difícilmente, nas abordagens sobre drogas, observam-se as reais determinações que envolvem essa prática social realizada por adolescentes, geralmente, efetivadas com base no paradigma moral, criminalizante e marginalizador. Essa situação dificulta o estabelecimento de um novo referencial nas políticas de prevenção

ao uso problemático e precoce de drogas. Para isso, a estratégia de redução de danos se torna uma aliada potente, já que trata o consumo de psicoativos desde uma perspectiva realista e não moralista, centrada na promoção de informações e no fortalecimento da autonomia e do protagonismo juvenil. Pela redução de danos, os usuários de psicoativos são vistos de maneira totalizante, integral, apontando-se a prevenção e a promoção da saúde como estratégias de reduzir riscos e fazer a vida mediante o acompanhamento por meio de redes e linhas de cuidados distintas (TISOTTA, 2015).

Este capítulo, assim, exprime a experiência de oficinas sobre uso de substâncias psicoativas, na perspectiva da redução de danos, realizadas com adolescentes de nível fundamental e médio sob a orientação de acadêmicos do Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE, *Campus Iguatu*, no desenvolvimento dos projetos *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudavel* e *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento da cidadania*.

As intervenções com os adolescentes representam uma maneira importante de debater sobre temas relevantes que perpassam seu cotidiano e contribuem para sua formação pessoal, a fim de que possam agir favoravelmente à promoção da saúde e qualidade de vida. O relato das oficinas que ora passamos a proceder teve como objetivo a discussão sobre substâncias psicoativas, buscando-se refletir junto aos adolescentes sobre o significado do termo **droga**, tipos, modalidades de uso, danos e riscos, problematizando as concepções impostas pela sociedade, visando esclarecer dúvidas e romper os estigmas situados em torno dessa matéria.

Sociabilidade Capitalista, Adolescência e Consumo de Psicoativos

Ponto central para ferirmos o debate sobre o consumo de psicoativos na adolescência é o posicionamento, *a priori*, desta

relação como um problema. A perspectiva crítica na análise da realidade nos possibilita pensar distante das simplificações e homogeneizações comumente realizadas no tema ora sob relação e, portanto, ao transpor a classificação dicotômica como algo que se localiza entre a “doença” ou a “marginalidade”, etiquetas funcionais na produção e reprodução das ideologias conservadoras.

Outra premissa no debate sobre o consumo de psicoativos pelas juventudes é a busca do entendimento deste fenômeno procedente de uma perspectiva totalizante, ou seja, apreensão das determinações e particularidades que envolvem essa prática social. Assim, isto nos faz entender que o “uso abusivo de drogas” é uma expressão da sociabilidade contemporânea, assinalada pela profunda desigualdade social, articulada ao contexto de enorme massificação e alienação numa sociedade mediada por uma intensiva cultura de consumo e de valores, como o individualismo e o hedonismo (BRITES, 2006).

Tais características se fazem complexas, quando consideramos que são os adolescentes e jovens o público-alvo das estratégias de estímulo ao consumo nas cidades, principalmente, nos países de capitalismo periférico. Nos Estados de economia “dependente” como o Brasil, os produtos-mercadorias têm tanta importância nas dinâmicas de vida e modalidades de sociabilidade que ensejam conflitos das mais diversas naturezas e com múltiplos formatos de manifestação, particularmente, no período da adolescência.

A adolescência é, via de regra, concebida como fase do desenvolvimento, na qual se manifestam algumas características especiais, como rebeldia, crise de identidade e conflito geracional, entre outras. Nesse sentido, essa perspectiva naturaliza esse momento da vida, pois não compreende o caráter histórico da adolescência como algo produzido socialmente. O social, neste caso, aparece como moldura que concede configuração e expressividade a essa

“etapa” do desenvolvimento (BOCK, 2007). Essa tendência de naturalizar a adolescência, conferindo-lhe caráter universal, generalizante, é influenciada pelo paradigma biomédico. De acordo com esta perspectiva, a adolescência é havida como etapa de transição da infância para a vida adulta, tendo como base as transformações da puberdade, que desencadeiam mudanças psicológicas e sociais até atingir a maturidade (PERES; ROSENBURG, 1998).

Entendemos que a adolescência é uma experiência humana e, portanto, faz parte de um *moto continuo* contraditório que não possui sentido único, não é homogêneo, nem linear e, tampouco, com um só significado, pois tem intrínseca relação com as condições materiais/objetivas e subjetivas de existência de sujeitos reais (PERES; ROSENBURG, 1998). Assim, para que possamos compreender os adolescentes, devemos considerá-los como sujeitos histórico-sociais, com seus potenciais e vulnerabilidades. O ser jovem e o ser adolescente são vivenciados e significados de múltiplas maneiras que dependem do contexto cultural, do gênero, da classe social e de outros fatores socioculturais (SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

De acordo com Feffermann (2006, p. 1), a juventude deve ser compreendida como relação social e condição transitória da vida, ou seja, inúmeros aspectos devem ser considerados como elementos de análise dos comportamentos juvenis, sem que lhes seja atribuída a condição de “conteúdos inatos”.

Este grupo vivencia e representa o ‘ser jovem’ de formas distintas, influenciado pelas diferentes inserções sociais que possuem e que conduzem a diferenciadas e seletivas oportunidades de acesso a bens materiais e culturais. No Brasil, essa característica é exacerbada por sua reduzida distribuição de renda, produzindo profundas desigualdades socioeconômicas das quais as crianças, os adolescentes e os jovens são as maiores vítimas: problemas educacionais, desigualdades nas formas de adoecimento e morte, entraves nas questões de moradia, oportunidades de trabalho e lazer. (FEFFERMANN, 2006, p. 2).

Na sociabilidade contemporânea, os adolescentes podem encontrar na relação com os psicoativos a alternativa de responder às necessidades do capitalismo e sua ambiência cultural, “[...] uma vez que esta sociabilidade só reconhece o sucesso (material), estimula o prazer e o espetáculo narcisistas e promete a cura de todos os males”. (BRITES, 2006, p. 66). Essa pesquisadora, na análise sobre “uso de drogas”, problematiza as relações entre essa prática e as tendências pós-modernas: cidade, prazer e dispersão (BRITES, 2006).

Conforme Barroco (2011), operou-se um “modo de ser” adequado à (re)produção das relações sociais burguesas, fundada no consumismo como felicidade, na competição, no tributo à propriedade privada e no individualismo. Sua igreja é o *shopping*; seus mitos são as imagens; seu mundo é o virtual. A identidade social é dada pelo potencial de consumo. É nesta perspectiva que Brites (2006, p. 55) problematiza o caráter alternativo da práxis das pessoas singulares, pois é constantemente orientado pela necessidade impositiva da posse e do consumo. Ao mesmo tempo em que elas estão mergulhadas em ambientes “inseguros”, “inóspitos” e “violentos”, paradoxalmente, são estimuladas a participar do “espetáculo” e “[...] a conquistar a felicidade e realização plenas através do gozo”.

Neste horizonte, outra asserção, no nosso entendimento, é de que as drogas são objeto de consumo juvenil, assim como qualquer mercadoria, isto é, as substâncias psicoativas se constituem mercadorias e, além dos seus valores de uso que atendem a necessidades sociais historicamente determinadas, passam a dispor, também, de valores de troca, como caracteriza Marx (2013, p. 113):

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se por

exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.

Carneiro (2002, p. 3-4) explica que o sentido de *necessidade* exprimido por Marx transpõe o conceito aparente de necessidade material. As necessidades são tanto objetivas/materiais como subjetivas/espirituais. Portanto,

A primeira questão a se definir é a de que as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, como quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos da sociabilidade, da cura, da devoção, do consolo e do prazer. Por isso as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades.

A busca de satisfação das necessidades por meio do intercâmbio do homem com a natureza, por via da práxis produtiva, é o que leva a produção dos meios para satisfazê-las, criando, de acordo com Carneiro (2002, p. 5), o que Marx designa como “[...] primeiro ato histórico”. Na linha de raciocínio do autor,

Primeiro é preciso viver, ou seja, “comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais”, mas logo em seguida, acrescenta Marx, “satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades - e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico”, e “as necessidades ampliadas engendram novas relações sociais e o acréscimo de população engendra novas necessidades”.

Na lição de Brites (2006), assim como todos os produtos da práxis social, o uso de drogas responde a motivações orientadas

por finalidades para o atendimento das necessidades. Essa prática articula elementos de naturezas diversas, como as propriedades psicoativas das substâncias, expectativas culturais em relação aos seus efeitos, conteúdos de valor com orientação emocional, político, espiritual, moral ou estético. Enfim, o valor atribuído às drogas por suas propriedades é algo determinado social e historicamente.

Ipsa facto, são diversas as motivações para o início do uso de substâncias psicoativas. É possível distintas pessoas estabelecerem variadas modalidades de relação com as drogas, de modo que nem sempre quem as usa ou experimenta desenvolve algum problema relacionado à dependência, pois, na verdade, as pesquisas apontam que o uso problemático é minoritário. A maioria dos adolescentes, por exemplo, ingere bebidas alcoólicas por motivos “sociais”, mas também há outros apontamentos para esse vezo - busca pelo prazer, diversão, experimentação/curiosidade, valorização social/pertença, alívio do tédio, relaxamento, bem como problemas pessoais (VASTERS; PILLON, 2014).

Destarte, o consumo problemático de drogas em adolescentes envolve uma multiplicidade de fatores, sendo destaque o papel da família, alvo de constante discussão na sociedade. Neste aspecto, deve-se ter o devido cuidado para não realizarmos um discurso culpante e discriminatório no caso de grupos familiares que possuem adolescentes fazendo uso de substâncias psicoativas, valorizando certos modelos domésticos em detrimento de outros, de inserção em variegados âmbitos culturais, sociais e econômicos (SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

Cumprido evidenciar, ainda, a ideia de que, em torno das drogas, estão agregados elementos simbólicos de *status*, poder, virilidade, pertença a determinado grupo social, possibilidade de aquisição financeira e um atributo muito importante para os adolescentes e jovens: a garantia da visibilidade social.

Rosa (2013, p. 120-121) na sua obra *Juventude Criminalizada*, resultante da pesquisa de mestrado com adolescentes que cometeram atos infracionais, constatou que a marginalidade juvenil, ou seja, a juventude marginalizada “[...] é uma relação social que o jovem vivencia”, pois

[...] muitos dos jovens acabam se sociabilizando através de atividades marginais e/ou criminais, exatamente por reproduzirem a lógica dos estigmas que sofrem, decorrentes da vinculação entre pobreza e criminalidade, como, por exemplo, a partir da violência e outras atividades ilícitas como roubos, furtos, tráfico e uso de drogas.

Atualmente, para um adolescente ou jovem pobre concretizar projetos de vida, é indispensável abrir portas para o vazio, em direção a trajetórias que levam, nas mais das vezes, a lugar nenhum (PAIS, 1993). Em meio a tais impasses, o “mercado das drogas” pode se expressar para os jovens como um caminho capaz de garantir o suposto “reconhecimento social” e a “autonomia” pelo caminho fetichizado de acesso ao consumo, ao espetáculo, à obtenção da “[...] fama, sucesso e prazer imediatos”, à ruptura momentânea da “invisibilidade perversa”, em especial, nos jovens PPP's - pobres, pretos e periféricos.

Para jovens e adolescentes que, recorrentemente, não têm acesso às condições dignas de vida e de realização dos objetos de desejo do consumo, o comércio das substâncias psicoativas surge como alternativa de trabalho e geração de renda. Portanto, um elemento que deve ser considerado nesta análise está no conteúdo simbólico e material relacionado aos processos de alienação contidos na relação entre as juventudes e as drogas, como dispositivo de preenchimento de “carências” afetivas e/ou materiais e como relação de pertencimento e de legitimidade em redes de sociabilidade juvenil.

Com efeito, ações de prevenção e informação sobre o consumo de substâncias psicoativas com jovens e adolescentes, principalmente no ambiente escolar, um espaço criativo, educacional e propulsor de autonomia dos estudantes, não podem ser balizadas por moralismo, medo e punição. O desafio é constituirmos uma educação sobre drogas que fortaleça o autogoverno dos jovens sobre os corpos e a soberania nas decisões, com esteio na capacidade de avaliar as opções e realizar escolhas autônomas sobre suas vidas. A redução de danos é uma potente aliada para uma educação crítica e libertadora.

Redução de Danos no Espaço Escolar: a Informação como Aliada

Os projetos de extensão acadêmica *Mano para Mano# Adolescência Saudável* e *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento de cidadania*, realizados pelo curso de Serviço Social do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), ambos foram na área de promoção à saúde e tinham como objetivo subsidiar com os conhecimentos e estimular os adolescentes a comprometerem-se com o cuidado de si e do outro. Neste desiderato, foram realizadas oficinas de redução de danos e riscos no uso problemático de drogas em adolescentes.

A oficina *Substâncias psicoativas: como estou cuidando da minha saúde mental*, realizada nos dois projetos, foi planejada e executada com base na seguinte ordem: dinâmica de integração; 1º Momento - exposição dialogada sobre substâncias psicoativas, tipos de substâncias e modalidades de usos, e a redução de danos; 2º Momento - dinâmica do verdadeiro ou falso, seguida de uma avaliação da oficina. As oficinas se revelaram participativas e potentes, pois uma temática complexa foi discutida de maneira lúdica e agra-

dável, fato este que permitiu o envolvimento, o interesse e a apreensão de conhecimentos pelos estudantes em todas as atividades.

A primeira atividade, exposição dialogada sobre *substâncias psicoativas, tipos e formas de uso e redução de danos* teve início com o seguinte questionamento: quem de vocês já fez uso de drogas? Em ambos os projetos, a pergunta inusitada tomou a todos de surpresa que, sem demora, responderam enfaticamente “não”. Tal asserção demonstra como “[...] o proibicionismo (*sic*) modulou o entendimento contemporâneo das substâncias psicoativas quando estabeleceu os limites arbitrários para usos de drogas como legais/positivas e ilegais/negativas”. Entre outras consequências, houve a simplificação polarizada das drogas entre aquelas permitidas e proibidas e associação implícita das drogas lícitas como as boas e as drogas ilícitas como as ruins, o que de fato não corresponde aos dados epidemiológicos em saúde, já que duas das substâncias que causam maiores danos e comorbidades são o álcool e o tabaco, ambas lícitas (FIORE, 2012, p. 1).

A pergunta também possibilitou verificar a compreensão inicial sobre os psicoativos e indicou aspectos a serem abordados pelos facilitadores, como: o que, de fato, são drogas; qual o significado da diferenciação entre lícitas e ilícitas; a abordagem sobre alguns tipos de drogas com seus possíveis efeitos e a estratégia de redução de danos. Depois da pergunta-surpresa e do debate sobre a natureza dos psicoativos, tipos, modos de uso e classificações, percebemos que as oficinas, nos dois projetos, propiciaram o conhecimento dos estudantes sobre os possíveis danos e perigos associados ao uso problemático e abusivo; inclusive, o fato de alguns sujeitos terem maior risco de realizar uso problemático de substâncias psicoativas e desenvolverem a síndrome de dependência, assim como a potência da redução de danos como estratégia de prevenção e de cuidado.

No projeto *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, realizado com estudantes do ensino médio e, portanto, com jovens de mais idade, o espaço protegido e de confiança durante a oficina possibilitou que muitos alunos relatassem casos de componentes familiares com problemas decorrentes do uso abusivo das substâncias psicoativas. Uma das alunas do grupo, v.g., expôs que há dois anos desenvolveu TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), depressão e síndrome do pânico e síndrome de ansiedade. Explicou que toma muitos medicamentos e que em crise não consegue se controlar, uma vez que toma a medicação, mas caso esta não faça efeito, repete a dosagem antes mesmo do tempo estabelecido para a próxima ingesta. Acentuou que, com muita frequência, chega a tomar quatro doses antes do horário estabelecido para a próxima porção.

Esse relato fortalece a importância da estratégia de redução de danos, que toma para si o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo que as condições de vida material e familiar são determinações fundamentais da sua circunstância de saúde. Conforme a Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas (PAIUAD/MS), um dos seus princípios é

[...] o paradigma da redução de danos – estratégia de saúde pública que visa reduzir os danos causados pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas, resgatando o usuário em seu papel autoregulador, sem a preconização imediata da abstinência e incentivando-o à mobilização social – nas ações de prevenção e de tratamento, como um método clínico-político de ação territorial inserido na perspectiva da clínica ampliada.

Após a exposição, foi realizada a dinâmica do verdadeiro ou falso, consistente na leitura de algumas afirmações em que os estudantes deveriam julgar se eram verdadeiras ou falsas, e, em seguida, se efetuava o debate desmistificador das afirmações. Den-

tre estas, constavam: o melhor remédio para um porre é tomar café; as pessoas que vivem em áreas pobres da cidade estão mais propensas a ter problemas de dependência química; as pessoas com problema de dependência, mesmo após o tratamento, correm o risco de retomar o vício; o *crack* produz uma dependência maior e mais rápida do que a cocaína e a maconha. Esta dinâmica possibilitou o rompimento de ideias propagadas pela *communis opinio*, muitas das quais de caráter preconceituoso e discriminatório. A oficina encerrou após a aplicação de um instrumental de avaliação composto por questões em que os adolescentes deveriam destacar os pontos aprendidos e realizar considerações e sugestões acerca da condução da oficina pelos facilitadores.

Já no projeto *Adolescer para o mundo*: promoção do autocuidado e desenvolvimento de cidadania, que teve o mesmo objetivo do *De Mano para Mano #Adolescência Saudável*, qual seja, subsidiar com os conhecimentos e estimular adolescentes a comprometerem-se com o cuidado de si e do outro, a oficina obedeceu o mesmo planejamento, porém, pensando em tornar a oficina mais lúdica, foi acrescida de um jogo de tabuleiro denominado *Ludo: trilha das substâncias psicoativas*, composto por casas de perguntas, informações, desafios e casas de azar ou sorte. Para jogar, os estudantes foram divididos em grupos aos quais foram entregues cones de cores diferentes. Ao jogar o dado, cada grupo deveria avançar no jogo conforme a quantidade de casas indicadas pelo número exposto e, ao parar, deveria submeter-se à ordem expressa contida na casa. O jogo, constituído de quadros feitos de EVA, ocupou toda a sala, fazendo uma trilha com voltas no chão e o vencedor seria o que conseguisse responder e cumprir as solicitações das casas, avançando até a linha de chegada.

As perguntas e informações versavam sobre curiosidades acerca dos psicoativos e seus efeitos, bem como no tocante às uni-

dades de apoio e atenção aos usuários de substâncias psicoativas, dentre outros aspectos importantes para a discussão do tema com adolescentes. Os desafios foram divididos em dois: cantar uma música que fizesse referência aos psicoativos e montar um quebra-cabeças que indicasse qual era a substância psicoativa mais consumida no Brasil. As casas de azar ou sorte continham comandos como “volte ao começo”, “volte duas casas” e “avance duas casas”.

Na avaliação realizada com os adolescentes, dois aspectos se impuseram: o primeiro refere-se ao desconhecimento do fato de muitas substâncias consumidas no nosso cotidiano serem psicoativas; e o segundo aspecto, indicado como relevante, foi o reconhecimento de que as substâncias psicoativas interagem diferentemente nos distintos organismos em variados contextos, ou seja, a necessária desconstrução do caminho supostamente linear uso-abuso-dependência que comumente é abordado nos contextos educacionais.

Embora o objetivo da busca tenha sido alcançado, uma vez que os estudantes passaram a ter informações e conhecimentos, mesmo que mínimos, sobre os psicoativos e seus danos - situação por si gratificante para todos os participantes dos projetos - há o reconhecimento de que a oficina foi além, produzindo um espaço onde o adolescente pôde situar-se livre e seguramente, sem medo de julgamentos e discriminações.

Em parte, esse êxito ocorreu em virtude de as facilitadoras serem jovens, com idades não muito diferentes do intervalo etário dos estudantes, proporcionarem empatia entre eles e compreenderem melhor estas situações juvenis. A experiência das oficinas conduzidas por seus pares acerca de aspectos que diziam respeito às suas vivências, crenças e valores, se constituiu numa possibilidade de troca de saberes e opiniões, revelando outros sentidos dos projetos de extensão, em ultrapasse às abordagens tradicionais.

Já para as jovens bolsistas e voluntárias dos projetos de extensão que vivenciaram a condição de facilitadoras das oficinas, a experiência deu azo à possibilidade de entrarem em contato com outros jovens, de realidades tão próximas e, ao mesmo tempo, bem distantes das suas, facilitando a percepção sobre as diferenças, semelhanças e desigualdades que perpassam a condição juvenil em Iguatu.

Com efeito, como Senos e Diniz (1998) explicam, a adolescência é um intervalo da vida em que, acima de tudo, o jovem tem necessidade de ser reconhecido pelos outros. Assim, o grupo de pares assume papel fundamental e importante fonte na elaboração da identidade social, ao propiciar o desenvolvimento de habilidades na interação e na relação com os pares, pela partilha de interesses, emoções e preocupações, variando a natureza destas relações com a idade. Portanto, foi apostando na potência das práticas de redução de danos realizadas de “jovens para jovens” e arriscando no protagonismo juvenil, que ocorreram as oficinas sobre usos de psicoativos, tendo a informação como potente aliada à prevenção do uso problemático de drogas no espaço escolar.

Considerações Finais

Nas oficinas realizadas pelos projetos *De Mano para Mano #AdolescenciaSaudável* e *Adolescer para o Mundo*: promoção do autocuidado e desenvolvimento de cidadania sobre a temática do uso abusivo de substâncias psicoativas, os temas foram debatidos, não de maneira alarmista ou fatalista, mas em demanda de estimular adolescentes ao pensamento crítico acerca do assunto, livre e autonomamente.

Nesta direção, o debate versou sobre o termo **droga** - tipos, classificações, modos de usos, danos e riscos associados à saúde

- bem como acerca das estratégias de redução de danos como estratégia potente de cuidado. Em associação à matéria, também foram problematizadas as múltiplas motivações para o uso de substâncias psicoativas, já que nesta prática social estão agregados elementos simbólicos, como *status*, poder e pertencimento, componentes de relevo para os adolescentes e jovens no que concerne ao desejo de visibilidade social. Outro debate necessário aconteceu a respeito das manifestações de preconceito e discriminações realizadas na nossa sociedade às pessoas que usam drogas, principalmente ilícitas, com base em sistemas de hierarquizações e etiquetagem de classe e raça.

As oficinas educativas na perspectiva da redução de danos, por si, não previnem ou evitam o uso de substâncias psicoativas na adolescência, mas contribuem para que os adolescentes possam ter contato com o tema de maneira crítica e científica, isto é, sem ideologias e tabus, que mais atrapalham do que educam e colaboram com os usos problemáticos destas substâncias. Com amparo na proveitosa ação realizada, destacamos a importância da escola como sítio de feitura e socialização de experiências desta natureza. O ambiente educativo é grande aliado para proporcionar o debate crítico e saudável de assuntos ainda estigmatizados, como é o caso do consumo de psicoativos.

Em síntese, considerando que existem distintos empregos de substâncias psicoativas, de modo que, nem sempre, quem faz uso ou experimenta desenvolve algum problema ou síndrome de dependência, acreditamos ser necessário estabelecer uma educação relativa a drogas que fortaleça a autonomia dos adolescentes e jovens sobre seus corpos e a soberania nas suas decisões, com esteio na capacidade de avaliar opções e pinçar escolhas autônomas atinentes as suas vidas.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; GONÇALVES, André de Menezes; LIMA, Leandro Sobral de Lima e BRANDÃO, Wanessa Maria Costa Cavalcante. Drogas e proteção social: compreensões políticas, éticas e técnicas na atenção aos usuários. **Jornada Internacional políticas públicas**, 8, 2017. São Luís, MA, 22 a 25 de agosto de 2017.

ALCANTÂRA, Raeli Matos; OLIVEIRA, Gláucia Caroline Silva de; OLIVEIRA FILHO, Aldemir Branco de. Aspectos epidemiológicos do uso de drogas ilícitas por estudantes adolescentes no Município de Capanema, Pará. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 47-57, abr/jun, 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2007, p. 63-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas**. Brasília, Ministério da Saúde, 2003.

BRITES, C. M. **Ética e uso de drogas**: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. (Tese Doutorado). São Paulo: PUC, 2006.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Revista Outubro**, São Paulo: IES, v. 6, 2002, p. 115-128.

FERFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa. Redução de Danos como Estratégia de Prevenção de Drogas entre Jovens. In: **Boletim do Instituto de Saúde**, n. 40, dez., 2006. São Paulo, Instituto de Saúde – SES. Disponível em: http://nepaids.vitis.uspnet.usp.br/wp-content/uploads/2010/04/reginamf_reducaodanos.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

_____.; ADORNO, Rubens. **Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo**. Organizadores Regina Figueiredo; Marisa Feffermann, Rubens Adorno. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

FIGUEROA, M. **Uso de drogas: controvérsias médicas e debate público**. 2. ed. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2012.

GONÇALVES, André de Menezes; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **Drogas e proteção social: os desafios da intersetorialidade** / André de Menezes Gonçalves; Cynthia Studart Albuquerque. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATSUURA, Sérgio. Uso de drogas aumenta entre os adolescentes no País. **O Globo**, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/uso-de-drogas-aumenta-entre-os-adolescentes-no-pais-19996988> Acesso em: 22 jul. 2019.

PAIS, M. **As culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PERES, Fumika; ROSENBERG, Cornélio P. Desvelando a concepção de adolescência/ adolescente presente no discurso da saúde pública. **Saúde e Sociedade**, n. 7, p. 53-86, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7018/8487>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PILLON, S.C.; VASTERS, G.P. O uso de drogas por adolescentes e suas percepções sobre adesão e abandono de tratamento especializado. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. mar-abr., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n2/pt_13.pdf. Acesso em: 22 de jul. 2019. [08 telas].

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude Criminalizada**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SEGUNDO pesquisa, Ceará é o segundo Estado em uso de drogas por estudantes. **Diário do Nordeste**, 2014. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/edisonasilva/assembleia-legislativa/segundo-pesquisa-ceara-e-o-segundo-estado-em-uso-de-drogas-por-estudantes/> Acesso em: 21 jul. 2019.

SENOS, Jorge; DINIZ, Teresa. Autoestima, resultados escolares e indisciplina. Estudo exploratório numa amostra de adolescentes. **Anál. Psicológica**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 267-276, jun. 1998. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311998000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 ago. 2019.

SILVA, Aline Gomes da; RODRIGUES, Thais Christina do Lago; GOMES, Katia Varela. Adolescência, vulnerabilidade e uso abusivo de drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. **Revista Psicologia política**, v. 15, n. 33, São Paulo ago. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200007. Acesso em: 22 jul. 2019.

TISOTTA, Zaira Letícia; HILDEBRANDT, Leila Mariza; LEITE, Marinês Tambara; MARTINS, Ricardo Vianna; COSENTINO, Susane Flôres. **Álcool e outras drogas e a implantação da política de redução de danos no Brasil: revisão narrativa**. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 13, n. 43, p.79-89, jan./mar. 2015.

Anderson Nayan Soares de Freitas¹

Jaqueline Silva Marques²

Leidiane Ferreira da Silva³

Autocuidado

Protagonismo de Adolescentes na
Busca de uma Vida Saudável

¹ Assistente social, Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Graduanda em Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

³ Graduanda em Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Introdução

Nos últimos decênios do século XX, observamos significativa transformação na maneira de se compreender e erigir proposições para atuação em conjunto com o segmento infantojuvenil brasileiro (RUZANY, 2008). No trânsito dos anos de 1980 para 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) realçava a importância de considerarmos os adolescentes como pessoas que possuem direitos e deveres sociais. Tal publicação representou um avanço significativo para este segmento social, haja vista o fato de que, anteriormente à promulgação desta lei, as ações para este contingente se restringiam à esfera assistencialista (RUZANY; MEIRELES, 2008).

Desde esse reconhecimento dos adolescentes como sujeitos possuidores de direitos e deveres, há uma necessidade do desenvolvimento das mais variadas políticas públicas e programas sociais, direcionados especificamente para esse público, na perspectiva de materializar seu estado de cidadão. De efeito, iniciativas por parte do governo passam a ser realidade e se configuram nas mais distintas esferas, inclusive no âmbito da saúde.

Ruzany (2008) assinala, no entanto, que a solidificação de políticas públicas para o público de crianças, adolescentes e jovens, ainda encara diversos desafios. Algumas reflexões, como as de Ruzany e Meirelles (2008), apontam para um crescente afastamento dos adolescentes das unidades de saúde, principalmente no que diz respeito aos serviços básicos. Os relatos apontam para constrições que os profissionais de saúde enfrentam para chegar ao segmento infantojuvenil.

Na mesma linha, percebemos que as políticas públicas de saúde para crianças, adolescentes e jovens no Brasil, ainda se configuram num viés demasiadamente curativista. De tal modo, há uma

enorme complexidade na perspectiva de rompimento com postulados biomédicos ultrapassados, que não contribuem para uma conexão com o público de adolescentes e que devem ser superados para a promoção de saúde num sentido integral para estas pessoas.

Com essa intenção, trouxemos para o debate a prática do autocuidado numa perspectiva de saúde preventiva para adolescentes e jovens, por meio da oficina - denominada *Autocuidado: como estou cuidando do meu corpo - como parte do projeto De Mano para Mano #Adolescência Saudável*, realizado com discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus Iguatu*.

O autocuidado na percepção do adolescente, embora seja importante e reforçado pela escola e família, nem sempre é posto em prática em razão da multiplicidade de fatores que interferem no cotidiano. Essas considerações nos levam a refletir na ideia de que, mesmo tendo os adolescentes acesso à informação para reconhecimento de fatores de risco e vulnerabilidades relacionadas ao seu comportamento, essas, por si, não os conduzem até o autocuidado seguro. É reforçada, assim, a importância de se debater a adolescência e todo o conjunto de políticas públicas ofertadas para esse segmento. Sobre reiterada, ainda, a indispensabilidade de apontar estratégias para que o autocuidado se transforme em comportamento habitual, numa perspectiva de saúde preventiva, principalmente na adolescência, ocasião de tantas transformações biológicas e psicossociais.

Adolescência, Escola e Autocuidado

Para muitos autores, a adolescência é um período do desenvolvimento humano compreendido da infância à adultícia, e que possui comportamentos específicos desse próprio estágio. Esse concei-

to é, todavia, bastante delicado quanto aos seus significados, tendo diversas variações, a depender da corrente teórica a ser analisada.

Para o terreno da saúde, em sua maioria, o termo *adolescência* é entendido dentro do paradigma biomédico como universal, inerente ao ser humano. Peres e Rosenberg (1998) confirmam essa tese, exprimindo a noção de que, para essa área da Medicina, o conceito dessa transição de criança para pessoa adulta tem como sustentação somente as modificações hormonais responsáveis por todas as outras transformações psicológicas e sociais até atingir a idade madura.

Já o paradigma psicológico-fenomênico sustenta a adolescência no “binômio universalização-individualização” por meio da fenomenologia, também comungando do conceito como universal/naturalizante, porém com algumas diferenciações. Enquanto a Medicina eleva os elementos biológicos, no ramo da Psicologia, é considerada a psique dos adolescentes, seu psicocemocional perante as outras transformações. Desde sua experiência individual e inédita nessa fase da vida, de suas percepções diferenciadas em cada situação, a adolescência pode configurar uma etapa ou não de problemas para as pessoas, haja vista esse ineditismo alterar a psique (PERES; ROSENBERG, 1998).

Daí decorre o fato de algumas correntes teóricas entenderem a adolescência como síndrome, dela fazendo doença, pois, mesmo se tratando da percepção individualizada dos adolescentes, o conceito passa a ser generalizado, subentendendo que todos os outros adolescentes vivenciaram ou venham a vivenciar as mesmas situações conjugadas nessa síndrome da adolescência normal.

Na área das Ciências Sociais, a compreensão de adolescência perpassa um viés totalmente divergente do outro grupo explicitado, passando a situar o termo sob a perspectiva sociocultural e histórica. Consoante Peres e Rosenberg (1998), não se deve con-

siderar somente os aspectos biológicos ou psicológicos como os elementos definidores da adolescência, pois, como analisar esses elementos por si mesmos, se a pessoa só existe nas e pelas relações sociais em um determinado contexto histórico, refazendo modos de ser e existir com suas descontinuidades e contradições?

A Sociologia - à luz do materialismo histórico e dialético - apreende a adolescência

[...] enquanto (sic) experiência humana, portanto parte de um processo contraditório, que não tem sentido único, não é homogêneo, nem tampouco linear [...], pois que é dependente das condições materiais/objetivas e subjetivas de existência de sujeitos reais. (PERES; ROSENBURG, 1998, p. 55).

Para corroborar essa afirmação, temos em Philippe Ariès (2012) não um debate de adolescência, mas uma confirmação de que os significados de infância/criança e adolescência/adolescente não são anistóricos, preestabelecidos por elementos biológicos ou psicossociais, mas de acordo com as relações sociais da época. Quando Ariès (2012, p. 17) se reporta à *Descoberta da Infância*, exprime-se desta maneira: “[...] É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. [...] Apenas seu tamanho os distingue dos adultos”. (p. 17).

Daí percebemos que nem sempre se teve um conceito definido desses vocábulos, pois, nos séculos XII a XVI, não se compreendiam os significados de infância, tampouco se mencionava a adolescência, caindo por terra a ideia de algo imanente ao desenvolvimento humano. Com efeito, Cavalcanti (1988, p. 10 *apud* PERES; ROSENBURG, 1998, p. 06) aponta que “[...] Se a infância nasceu com a burguesia, a adolescência foi gerada no bojo da revolução industrial”. Então, observa-se que o surgimento dessas fases da vida foi demandado num determinado chão histórico,

elas forjadas pelo “[...] real como um todo estruturado que se desenvolve e se cria”. (KOSIK, 1976, p. 43).

Bock (2007) concorda com a emersão do conceito de adolescência junto à Revolução Industrial, quando aponta que, com o desenvolvimento das forças produtivas, se criaram os meios para novas conformações de vida, correspondendo à sofisticação do trabalho pelo viés tecnológico e ao desenvolvimento da ciência, com isso exigindo qualificação técnica para o mercado advindo de maior tempo na escola, além do crescimento da expectativa de vida para o homem, estabelecendo desafios para o mercado de trabalho - desemprego estrutural - e para sobrevivência do proletariado.

Assim,

[...] a adolescência se refere [...] a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico. (BOCK, 2007, p. 68).

Por tais pretextos, chegamos ao corolário de que, para intervir junto a esses sujeitos, é necessária a compreensão da historicidade do conceito, apreendendo-o sob um aspecto sociocultural para não reproduzir ideias equivocadas, como a expressão “aborrecente”, ou mesmo generalizar a adolescência com procedência na prática individual de um só adolescente. Também não podem ser desconsideradas as transformações biológicas e psíquicas, já que podemos observar modificações físicas e comportamentais, porém, não elevando como a parte essencial para a definição de tal unidade de ideia - adolescência.

Assim, realizando um somatório de observações para definir esse assunto, é notória a necessidade de intervir junto aos adolescentes com temáticas transversais, de sobeja importância para um desenvolvimento saudável e que busquem fortalecer a autonomia e cidadania desses sujeitos. E o melhor e mais hígi-

do refúgio para realizar essas ações repousa no âmbito escolar, pois a escola se exprime como instrumento social que está na realidade de, praticamente, a totalidade das pessoas de todas as classes sociais (KASSAR, 2016).

No raciocínio de Amaro (2017, p. 7), “[...] a educação, há muito, não é mais um palco para questões exclusivamente curriculares”. Na contemporaneidade, o ambiente escolar foi ampliado com fins de adequar-se às exigências do capital com vistas à formação qualificada de mão de obra para o mercado de trabalho, integrando sujeitos com particularidades diversas, necessidades e contextos distintos, e com isso a necessidade, nos dias atuais, de ir além do currículo escolar.

Nesse sentido

[...] a escola revela-se um espaço dinâmico e dialético, em que processos de inclusão e exclusão, construção, negação e recriação, dentro do universo da cidadania, são experimentados. (AMARO, 2017, p. 7).

O ambiente escolar é significativamente propício ao aprendizado e à conquista da autonomia de sujeitos. Por consequente, o debate sobre a dimensão do autocuidado encontra terreno fértil para se materializar no chão da escola.

A proposta do autocuidado gravita à órbita de um síncrono de ações que o próprio sujeito executa, de maneira a se beneficiar no âmbito da prevenção e manutenção da saúde e do bem-estar (REQUIÃO *et al.*, 2007). Nesse sentido, a pessoa exerce autonomia sobre o próprio corpo, tanto numa perspectiva de prevenção, como também de tratamento. Quando se referem, especificamente, ao público jovem, assim se expressam esses autores:

Deve-se considerar que cada ser humano é único, porque possui crenças e valores que são cultivados desde a infância. Quando chega à adolescência, que é uma fase marcada pela busca de identida-

de, o adolescente hipertenso, ao agir e reagir diante da descoberta e da convivência com uma doença crônica, decidirá o melhor processo de aceitação ou não da nova condição de vida, e assim poderá optar pelo seu autocuidado. (REQUIÃO *et al*, 2007, p. 234).

As práticas de autocuidado têm por objetivo atender as demandas no âmbito da saúde, seja de caráter preventivo, como também de cariz curativo. Segundo Requião *et al* (2007), três são os requisitos para obtenção do autocuidado, a saber: universais, “desenvolvimentais” e os desvios de saúde. Os primeiros são ações corriqueiras de cada sujeito no seu dia a dia (foco da oficina ministrada); já os segundos estão no entorno dos estágios de desenvolvimento humano e com os elementos de intervenção; os últimos são relacionados a aspectos genéticos, assim como a análise médica e os caminhos para o tratamento.

A prática do autocuidado tem viés para a saúde numa concepção integral, e, quando é realizada concisamente, objetiva promover o desenvolvimento humano. Os adolescentes demandam bastante atenção no que diz respeito à execução das práticas de autocuidado, no sentido de que essa fase se expressa como um estágio de conformação de conhecimento e de comportamento. Configura-se como sobejamente necessário informar corretamente esse público para contribuirmos na compreensão de que as práticas de autocuidado a eles auxiliarão para prevenir e promover saúde (REQUIÃO *et al*, 2007).

De tal sorte, compreendemos que a prática do autocuidado é de enorme importância para os adolescentes por se encontrarem num estágio peculiar de desenvolvimento. Corroboramos o pensamento de Requião *et al* (2017, p. 4), quando assinalam que: “Almejamos que o adolescente: a) aprenda hábitos nutricionais saudáveis; b) identifique precocemente sintomas de hipertensão arterial; c) adote orientações para seu estilo de vida que possam

melhorar seu autocuidado; d) esteja orientado quanto ao uso de medicação, quando prescrito”.

E acrescentam que o autocuidado em adolescentes prevê

a) o entendimento e a prática do autocuidado dependem de fatores econômicos, culturais e espirituais e variam de adolescente para adolescente; b) a ação dos profissionais de saúde é fundamental na educação do adolescente para o autocuidado; c) a compreensão e atuação para prática do autocuidado demandam mudanças de atitudes que são lentas e difíceis, e, na maioria das vezes, são influenciadas pela cultura. (REQUIÃO, 2017, p. 4).

À medida que incentivamos os adolescentes à aquisição de hábitos saudáveis - reeducação alimentar, prática de exercícios físicos etc. - estamos contribuindo para o desenvolvimento biopsicossocial desses sujeitos e também prevenindo a possibilidade de eles serem acometidos por doenças crônicas. A prática do autocuidado ajuda significativamente os sujeitos a encararem estádios do ciclo de vida, como infância e adolescência, adultícia e o envelhecimento, a gravidez e o parto; divórcio ou distanciamento - e demais situações que incidem sobre o curso de suas vidas (REQUIÃO *et al.*, 2007).

Ao contrário do que se pode imaginar, o autocuidado não possui apenas uma vertente, mas diversas, variando de atitudes mais básicas, como escovar os dentes, higienizar bem o corpo, até atividades mais elaboradas, como no caso de práticas de autocuidado apoiado.

Ensinam Fernandes *et al* (2017) que o autocuidado apoiado é uma espécie de elaboração de projeto terapêutico. Teve seu surgimento consolidado nos fins do decênio de 1980 para sujeitos tabagistas pelo *National Cancer Institute*, e se apoia em cinco sustentáculos - avaliação, aconselhamento, acordo, assistência e

acompanhamento - na perspectiva de que o usuário (re)constitua a própria saúde.

Ainda segundo a fonte imediatamente anterior, um tipo de saúde que pauta intervenções nessa linha é o *Chronic Care Model* (CCM), que possui como quinto pilar o autocuidado apoiado. De acordo com Fernandes *et al* (2017, p. 2),

Esse modelo traz propostas de abordagens que estimulam os profissionais de saúde a empoderar os indivíduos com doenças crônicas a autogerirem seu processo de adoecimento, tornando-os protagonistas do cuidado por meio de uma corresponsabilização entre os envolvidos. Isso pode ser realizado mediante abordagens que promovam mudanças de comportamento como grupos operativos; avaliação do comportamento atual e do grau de interesse e confiança na mudança; entrevistas motivacionais; e cursos oferecidos por profissionais de saúde dirigidos ao autocuidado de doenças específicas.

Consoante a vertente ora mencionada, nos casos de doença crônica, essa metodologia pode ser utilizada desde o surgimento dos primeiros sintomas até o diagnóstico, e se manter em todo o percurso de vida do sujeito adoecido, com ações em constância variável de acordo com a necessidade; certamente, tendo em vista o caráter das condições de saúde em que essa pessoa se encontra.

É interessante observar como, de fato, a metodologia do autocuidado nas suas mais variáveis facetas possui consonância com uma perspectiva ampliada de saúde que leva em consideração tanto os cuidados no sentido de prevenção de doenças como as ações com base em determinado diagnóstico que não correspondem ao uso de medicação em si.

É chamada atenção, também, para um ponto bastante complexo no âmbito da saúde medicinal. Vejamos:

Na prática, os serviços de saúde não valorizam as especificidades de cada pessoa e baseiam seu processo de trabalho em atitudes passivas dos profissionais por meio de queixa-consulta, sendo estimulados por estudos realizados por pesquisadores e especialistas clínicos que não facilitam nem incorporam a participação do usuário e de sua família nos cuidados necessários ao controle da doença. (FERNANDES *et al.*, 2017, p. 2).

De efeito, percebemos a relevância de se estudar e produzir sobre autocuidado no que diz respeito ao âmbito da saúde. Infelizmente, o número de profissionais que incorporam e reproduzem essa perspectiva é diminuto.

Ainda acrescentam as autoras o fato de ser na contramão dessa perspectiva que há uma defesa muito consolidada no concernente às redes de cuidado à saúde como caminho para incorporação da capacidade cognitiva coletiva de familiares, pacientes, pesquisadores e médicos, com vistas a criar um circuito que potencialize suas habilidades “[...] uma vez que também são partes interessadas nesse processo e, portanto, podem se dedicar a essa tarefa e acelerar a descoberta de conhecimentos, bem como implementar ações benéficas ao cuidado efetivo”. (FERNANDES *et al.*, 2017, p. 2).

A efetivação de práticas, nesse sentido, demanda que o agente tenha a capacidade de delegar atividades e as responsabilidades de cada sujeito que compõe o sistema, monitorando e acompanhando, administrando cada especificidade com a máxima atenção, com base num conjunto de atividades, como atenção compartilhada em grupo, contínua, por pares e a distância. Ressaltam que esse tipo de atividade deve ser planejado com o estabelecimento de metas e objetivos de cuidados coletivos, sempre monitorando a condição dos usuários, incorporando o sujeito no centro do processo e promovendo a saúde.

No que tange à aplicação dessa metodologia com crianças e adolescentes, compreende-se que esse potencial para o aperfeiçoamento para a autogestão de cuidados deve evoluir gradativamente (FERNANDES *et al.*, 2017). É de máxima importância, também, o acompanhamento escolar e da família nesses casos. As autoras ainda aditam:

Para o contexto da faixa etária pediátrica, pode-se valorar a utilização do processo motivacional como forma de orientar os profissionais a reconhecerem e conduzirem esse usuário a mudanças, pois mesmo que as crianças/adolescentes e suas famílias tenham consciência da necessidade de modificação de certos hábitos, nem sempre isso é colocado em prática. Com a criança, o apoio ao autocuidado pode ser realizado em dois principais espaços: o familiar e o escolar. Já os adolescentes são também influenciados por seus pares e informações sobre saúde on-line, visto que os meios eletrônicos, por serem mais acessíveis, tendem a expandir cuidados e educação para a saúde. (p. 2).

Ante a exposição, é reiterada a importância da escola como instituto de relevo para incentivar o adolescente à autogestão do cuidado. Em virtude do grande tempo de permanência e oportunidade de trocas, vivências e experiências, não apenas entre os próprios adolescentes, mas também com educadores, a escola se torna um *locus* privilegiado para um enfoque ampliado sobre a saúde, na perspectiva de estabelecer a cidadania e envolver os diversos agentes que compõem este universo: adolescentes, estudantes, profissionais de educação, membros familiares, líderes comunitários e profissionais de saúde (FONSECA, GOMES, 2010).

Autocuidado na Escola: Prática Interventiva

A oficina denominada - *Autocuidado: como estou cuidando do meu corpo* - fez parte do projeto *De Mano para Mano: #Ado-*

lescência Saudável, foi levada a efeito por acadêmicos de variados períodos do curso superior de Bacharelado em Serviço Social, do IFCE, Campus Iguatu com adolescentes de nível médio da mesma instituição de ensino.

Antes da data da realização da oficina, em reunião semanal com os facilitadores, foi constituída de maneira coletiva a última etapa do projeto, quando discutido democraticamente o que seria prioritário abordar. Tendo em vista a constatação do fácil acesso que os adolescentes possuem hoje a bebidas alcoólicas, o aumento do uso problemático de outras drogas, tanto lícitas como ilícitas, o sedentarismo causado pelo consumo - também abusivo - de mídias sociais, a má alimentação ocasionada tanto pela industrialização dos alimentos como pelo uso exacerbado de agrotóxicos permitidos pelo País, dentre outros, optamos por uma atividade que discutisse o cuidado consigo e com o outro.

Outra justificativa para a escolha do tema se deu pela percepção do afloramento das redes sociais e exposição exacerbada da vida, precisando chamar a atenção dos estudantes para os riscos que a exposição nessas redes pode acarretar, pois estamos nos referindo a uma mídia consumista que não condiz com a intensificação do desemprego que vivemos hoje, e levando na devida conta o fato de que estamos lidando com adolescentes filhos da classe trabalhadora.

Assim, no planejamento, definimos como base para a realização da oficina o tema *autocuidado dos adolescentes, numa perspectiva de educação emancipadora*, longe de moralismos e padrões que perpassam essa fase da vida. Indicamos que eles seriam os protagonistas do momento a ser realizado. Nesse sentido, a participação dos estudantes ocorreu voluntariamente, respeitando-se a subjetividade, autonomia e exposição de vivências, as quais deram formato à oficina.

Cumpramos ressaltar que as atividades se desenvolveram sob a metodologia ação-reflexão-ação, consistente em refletir cada ação desenvolvida durante sua execução, promovendo novas maneiras de pensar e melhores ações para trabalhos futuros. Para Waldow (2009, p. 140), “[...] a reflexão-na-ação significa pensar o que se faz enquanto se está fazendo [...]. A prática reflexiva expressa vantagens como: atualização, renovação, geração de conhecimentos, entre outras”.

Considerando que seria a última oficina a ser realizada com a turma, optamos por levar aos adolescentes dinâmicas de maneira mais descontraída e que promovessem também um clima de confraternização, visto que seria o encerramento de um ciclo no qual muitos momentos foram proporcionados, conhecimentos guardados e experiências compartilhadas.

Assim, no primeiro momento, realizamos uma dinâmica de integração para deixá-los direcionados para as atividades que se seguiriam. No segundo, foi realizada a ação central que objetivou captar dos estudantes a maneira como esses cuidam de si mesmos no cotidiano. Para tanto, entregamos a eles um instrumental que continha um avatar do corpo humano dividido em níveis de cuidado. No desenvolvimento da dinâmica, perguntas iam sendo lidas, e os estudantes deveriam separar e pintar no avatar, com lápis colorido, níveis que representassem a intensidade do seu autocuidado, caso realizassem cotidianamente as ações referidas nos questionamentos.

As perguntas lidas foram as seguintes: Eu faço alguma atividade física? Eu escovo os dentes pelo menos três vezes ao dia? Eu vou ao médico todos os anos? Eu consumo frutas e verduras diariamente? Eu tenho momentos de lazer? Eu tomo água, pelo menos dois litros, todo dia? Eu durmo bem durante a noite? Eu lavo as mãos antes das refeições? Eu me sinto bem comigo mesmo na

maior parte do dia? Eu sempre penso antes de agir? Eu faço uso adequado do aparelho celular? Tomo banho diariamente?

Findas as perquisições, os estudantes mostraram seus avatares com os níveis de cuidado marcados, tendo sido possível perceber que eles não marcaram satisfatoriamente no avatar as indagações referentes a tomar água adequadamente, sentir-se bem consigo mesmo na maior parte do tempo, pensar antes de agir e fazer uso adequado do aparelho celular.

Ao final da atividade, foi efetivado um debate, enfatizando onde os adolescentes, de modo geral, precisavam dedicar atenção maior em relação ao aspecto do autocuidado. A discussão prosseguiu conforme os membros da turma iam fazendo suas colocações, haja vista prezarmos sempre um debate democrático e respeitoso, baseado nas reflexões feitas quando do planejamento com todo o grupo.

A atividade permitiu que os estudantes se avaliassem como estão cuidando de si, de maneira lúdica, e mostrou-lhes a importância do autocuidado nos aspectos físico, psicológico e social.

Muitos aspectos do autocuidado não são percebidas pelos adolescentes como necessárias para o seu bem-estar. O uso abusivo do telefone, por exemplo, traz consequências graves para a vida desses sujeitos, pois não há o controle de quando e como usar as ferramentas do aparelho, prejudicando a rotina de estudos, aumentando o sedentarismo, provocando os riscos de sofrer ou praticar *ciberbullying*, viver numa realidade falseada pelas redes sociais, onde tudo é belo, feliz e exequível, divergindo em grande parte da realidade concreta dessas pessoas (AMARO, 2017).

Outro exemplo refere-se ao agir sem antes pensar nas situações que se sucederão, ou nas consequências, o que pode explicar os distúrbios alimentares (anorexia, bulimia) e o uso de anabolizantes em busca de um corpo perfeito, a recorrência

abusiva a substâncias psicoativas como sinônimos de poder e/ou supressão do vazio existencial provocado pela pressão social, e tantas outras situações que acontecem por não haver uma reflexão desses comportamentos.

Na terceira atividade da oficina, foi realizada uma dinâmica reflexiva, quando optamos por algo que enfatizasse a expressão corporal, no intuito de demonstrar que cada corpo possui características próprias, atentando-se para as potencialidades de cada um e, conseqüentemente, respeitando também suas limitações. Para isso, uma das facilitadoras do projeto, professora de dança, realizou uma atividade que consistiu na execução de uma coreografia ao som de vários ritmos em que os estudantes deveriam repetir e sentir o corpo.

Essa atividade não foi bem recebida por todos os estudantes, sendo motivos observados a timidez e a dificuldade em flexionar o corpo no ritmo das músicas. Parte deles aproveitou o exercício, em que puderam analisar qual parte do corpo tinha mais flexibilidade, quais delas mereciam mais alongamentos e dedicação, dentre outros aspectos. Não obstante, de todo, a atividade foi mais um momento de descontração do que propriamente de observação de si próprio, pois olhar o colega repetir a coreografia se tornou mais interessante do que se observar, não alcançando a reflexão esperada sobre a expressão corporal de cada um, seus limites e possibilidades.

Como ressaltam Ciampo e Ciampo (2010, p. 55), “[...] embora a identidade de um indivíduo seja estruturada ao longo da vida, é durante a adolescência que diversas características, como sexualidade, crenças, desejos e objetivos de vida, se exteriorizam mais intensamente”. Com efeito, a maneira como o adolescente percebe seu corpo é condição fundamental na formação de sua identidade.

Os autores há instantes citados referem que “[...] a satisfação corporal traduz-se como o componente afetivo da imagem corpo-

ral que permite o adequado desempenho emocional e social do pessoa perante a sociedade”. Satisfação corporal e autopercepção, em verdade, são fatores primordiais na autoaceitação das pessoas e podem ensejar atitudes que interferem no seu convívio social. Já a insatisfação relativa ao corpo acarreta sentimentos e pensamentos negativos quanto à aparência, influenciando o bem-estar emocional e a qualidade de vida (CIAMPO; CIAMPO, 2010, p. 56).

O encerramento da oficina contou, ainda, com um exercício avaliativo de todo o projeto, tendo sobrado explícito o aumento do conhecimento dos estudantes acerca de uma adolescência saudável, a relevância dos temas propostos e o estabelecimento de um espaço de confiança e segurança para exposição de conflitos pessoais.

O momento final foi marcado por uma celebração, quando foi servido um lanche, aproveitando-se da música e da dança previamente planejadas para este momento.

Conclusão

Tratar de autocuidado somente na última oficina a ser realizada com os estudantes foi importante, pois eles já compreendiam as consequências de uma gravidez precoce, a prevenção de AIDS e outras ISTs, os prejuízos do uso abusivo de álcool e outras drogas, a melhora do convívio no ambiente escolar e a redução das práticas de *bullying*, entre outros cuidados primordiais para o crescimento saudável.

Todos esses temas foram tratados no decorrer do projeto e, assim, os estudantes já demonstravam compreender a importância da oficina, aqui relatada. Mediante as avaliações, foi possível perceber que, ao passo que as oficinas aconteciam, o modo como se expressavam os estudantes foi evoluindo para diálogos e reflexões mais profundas e a participação aos poucos foi sendo

compreendida como algo sério e que tinha, de fato, uma importância para o desenvolvimento deles.

O projeto *De mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, durante toda sua execução, direcionou-se a contribuir na melhoria do desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, visando a um adolecer saudável que contribua com a formação ampliada. Sem a pretensão de esgotar as discussões que permearam o tema da oficina, compreendemos que o projeto funcionou como primeiro passo para uma adolescência saudável, o que foi deveras gratificante. Não esperamos que apenas as atividades realizadas pelos facilitadores façam com que os estudantes tenham, de fato, um autocuidado, porquanto isso não depende apenas do esforço dos facilitadores, no entanto, entendemos que a oficina, minimamente, contribuiu para reflexão de que o bem-estar de cada um depende de autocuidado.

Em síntese, os projetos contribuíram para despertar no adolescente a relação entre si e o outro, dentro de uma totalidade social. Nesse sentido, a universalização do acesso a direitos sociais para desenvolver autonomia e emancipação da população jovem como sujeitos de direitos e que atendam às necessidades específicas dessa fase da vida se faz imperativa. É primordial estabelecer políticas públicas com a participação de pais, professores, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e demais agentes sociais, como também com o próprio público adolescente, para que esses tenham um desenvolvimento saudável, acessando todos os bens produzidos em sociedade.

Referências Bibliográficas

AMARO, Sarita. **Serviço social nas escolas: fundamentos, processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, ABRAPEE, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan./jun., 2007.

CHRISTANTE, Luciana. **Com saída**. **Rev. Unespiciência**. 13. ed., outubro, 2010. Disponível em: <<https://www.unesp.br/aci/revista/ed13/com-saida>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

CIAMPO, Luiz Antonio Del; CIAMPO, Ieda Regina Lopes. Adolescência e imagem corporal. **Adolescência e Saúde**, v. 7, n. 4, p. 55-59, 2010.

FERNANDES, Leiliana Teixeira Bento; NÓBREGA, Vanessa Medeiros da; SILVA, Maria Elizabete de Amorim; MACHADO, Amanda Narciso; COLLET, Neusa. Autocuidado apoiado a crianças e adolescentes com doenças crônicas e suas famílias. **Rev. Bras. Enferm.**, 2017; v. 70, n. 6, p. 1318-29. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0553>.

FONSECA, A. D.; GOMES, V. L. O. ; TEIXEIRA, Karina Correa. Percepção de Adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos de Enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 14, p. 330-337, 2010.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p.1223-1240, out. dez., 2016.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1976.

PERES, Fumika; ROSENBURG, Cornélio P. Desvelando a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso da saúde pública. **Saúde e Sociedade**, n. 7, p. 53-86, 1998.

REQUIÃO, Paula Regina Escorse; PIRES, Cláudia Geovana; CAMARGO, Climene Laura de. Reflexões sobre a prevenção e o controle da hipertensão arterial (HA) em adolescentes e a teoria do autocuidado. **Ciência, Sociedade e Saúde**, v.6, n.2, p. 231-237, 2007.

RUZANY, Maria Helena. Atenção à saúde do adolescente: Mudança de paradigma. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. p. 21-25

_____.; MEIRELLES, Zilah Vieira. Promoção de Saúde e Protagonismo Juvenil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. p. 35-41

WALDOW, Vera Regina. Momento de cuidar: momento de reflexão na ação. **Rev. Bras. Enferm.** [online]. Brasília 2009, v. 62, n. 1, p.140-145. ISSN 0034-7167. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000100022>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

O livro *Adolescer para a vida: diálogos e vivências* é fruto da experiência de alunos do Curso de Serviço Social do IFCE, Campus Iguatu, com adolescentes de escolas públicas de ensino fundamental e médio, por meio da extensão universitária. Representa uma integração buscada explicitamente pelo coletivo de educadores comprometidos, não somente, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com seu trabalho acadêmico e profissional, mas também com a conexão do sistema federal de educação com as redes de educação pública das esferas estadual e municipal, integrando a formação pública numa unidade de rumo emancipadora.

O trabalho materializado nesta obra incide na necessidade de ampliar a formação dos estudantes para aspectos que permeiam o cotidiano social – no entanto sem espaços de aprofundamento, em razão da multiplicidade de fatores que interferem no dia a dia da família e da escola - para que os adolescentes possam refletir, se posicionar e agir sem os modos intolerantes, preconceituosos ou pejorativos, expressos por meio de aspectos arraigados da cultura dominante. Esses elementos culturais tradicionais, de caráter retrógrado em relação aos avanços humanistas, pluralistas e vinculados à cultura da tolerância e inclusão, constituem foco de debates muito em voga atualmente no Brasil.

Este volume conforma uma coletânea de artigos com relatos de experiências advindas das oficinas realizadas por meio de dois projetos acadêmicos, um de intervenção, intitulado *De Mano para Mano #AdolescênciaSaudável*, e outro de extensão, com o título *Adolescer para o mundo: promoção do autocuidado e desenvolvimento de cidadania*. Estes projetos, embora tenham como foco a área da saúde, não se limitam a esta, assumindo um escopo de transversalidade com caráter interdisciplinar, revelando-se espaços de promoção de aprendizagens socioculturais significativas e emancipadoras, uma vez que estimulam a reflexão e o posicionamento dos estudantes de modo a garantir sua autonomia.

Prof. Dr. Enéias de Araújo Arrais Neto



ISBN 978-85-7282-784-3

